



JÉSSICA VERÓNICA CRUZ MARTEL PERÚ

**PANORAMA DA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA AS
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO:
UM NOVO OLHAR SOBRE AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE
SEM-ABRIGO**

Orientadora: Professora Doutora Hélia A. de Magalhães C. Bracons Carneiro

**Universidade Lusófona - Centro Universitário de Lisboa
Instituto de Serviço Social
Lisboa
2023**

JÉSSICA VERÓNICA CRUZ MARTEL PERÚ

**PANORAMA DA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA AS
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO:
UM NOVO OLHAR SOBRE AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE
SEM -ABRIGO**

Dissertação defendida em provas públicas para a obtenção do Grau de Mestre em Serviço Social: Gestão de Unidades Sociais e Bem-Estar no Curso de Mestrado em Serviço Social: Gestão de Unidades Sociais e Bem-Estar, conferido pela Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa, no dia 21 de julho de 2023, perante o júri, com o Despacho de Nomeação N° 242/2023, de 26 de abril de 2023, com a seguinte composição:

Presidente: Prof^a. Doutora Paula Ferreira

Arguente: Prof^a. Doutora Vanda Ramalho

Orientadora: Prof^a. Doutora Hélia Bracons

**Universidade Lusófona - Centro Universitário de Lisboa
Instituto de Serviço Social
Lisboa**

2023

EPÍGRAFE

Não sei quantas almas tenho

“Não sei quantas almas tenho.
Cada momento mudei.
Continuamente me estranho.
Nunca me vi nem achei.
De tanto ser, só tenho alma.
Quem tem alma não tem calma.
Quem vê é só o que vê,
Quem sente não é quem é,
Atento ao que sou e vejo,
Torno-me eles e não eu.
Cada meu sonho ou desejo
É do que nasce e não meu.
Sou minha própria paisagem,
Assisto à minha passagem,
Diverso, móbil e só,
Não sei sentir-me onde estou.
Por isso, alheio, vou lendo
Como páginas, meu ser
O que segue não prevendo,
O que passou a esquecer.
Noto à margem do que li
O que julguei que senti.
Releio e digo: «Fui eu?»
Deus sabe, porque o escreveu”

Fernando Pessoa

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer a mim por nunca ter desistido e por ter ultrapassado vários obstáculos ao longo deste árduo caminho.

A Deus e ao meu anjo da guarda, por toda a força que me deram quando me senti cansada.

Obrigada.

À Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa, pela qualidade de ensino e todos os docentes que fizeram parte da minha trajetória académica.

À Professora Doutora Hélia Bracons Carneiro pelo apoio, pela paciência, pelo crédito depositado quando aceitou ser minha orientadora, a disponibilidade ao longo da realização da dissertação e pelas inúmeras aprendizagens que sempre me transmitiu.

À Professora Paula Ferreira pelo apoio e orientação que me concedeu que foi muito importante para concretização da dissertação. O meu obrigado.

A todos os entrevistados, pela abertura, sinceridade e por se terem disponibilizado a participar no estudo. O meu muito obrigada a todos.

À minha família, especialmente à minha mãe por todo o apoio. A ti, o meu muito obrigada.

Às minhas colegas de mestrado.

Aos meus amigos, especialmente à minha amiga Marta por me ter apoiado e motivado a continuar esta caminhada. Pelas palavras de incentivo quando eu sentia-me desanimada e ansiosa. A ti, muito obrigada.

Por fim, quero agradecer a todas as pessoas que tornaram possível a realização da dissertação, a todos eles expresso a minha enorme gratidão.

RESUMO

A presente dissertação aborda a problemática das pessoas em situação de sem-abrigo e a Estratégia Nacional para as pessoas em situação de sem-abrigo.

A Estratégia Nacional para integração de pessoas em situação sem-abrigo foi implementada e apresentada, publicamente, a 14 de março de 2009, visando a elaboração de respostas para que ninguém tivesse de permanecer na rua por ausência de alternativas, bem como monitorizar o fenómeno.

A metodologia utilizada nesta investigação baseou-se numa abordagem qualitativa. A investigação pretende, através dos discursos de 16 profissionais que intervêm junto da população de rua e de quem tem muito conhecimento sobre ENIPSSA, compreender se a Estratégia Nacional tem sido eficaz e eficiente na resposta às necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo e atenuado o fenómeno.

Os principais resultados permitem constatar que a Estratégia Nacional para as pessoas em situação de sem-abrigo tem sido importante para um melhor entendimento da problemática. A ENIPSSA elaborou um novo conceito a nível nacional, que promoveu a inclusão das pessoas em situação de sem-abrigo. A implementação e o alargamento dos NPISAS e o aparecimento de uma ajuda especializada no âmbito da intervenção, o gestor de caso. Estratégia Nacional para as pessoas em situação de sem-abrigo necessita ajustar várias questões: existir linhas de financiamento no âmbito da ENIPSSA; mais respostas de alojamento; respostas de alojamento com mais durabilidade; mais respostas de Housing First, respostas ajustadas a cada indivíduo; mais acompanhamento técnico nos modelos Housing First e apartamentos partilhados; mais respostas de emergência; existir mais recursos humanos; assegurar o acesso aos cuidados na saúde mental; mais apoio dos municípios na ENIPSSA; uniformização do novo conceito; participação das pessoas em situação de rua na ENIPSSA; respostas menos burocráticas e promover a sensibilização da comunidade sobre as pessoas em situação de sem-abrigo.

Palavras-chave: Estratégia Nacional; Pessoas em situação de sem-abrigo; Cidadania; Intervenção social

ABSTRACT

This dissertation addresses the issue of people experiencing homelessness and the National Strategy for people experiencing homelessness.

The National Strategy for the integration of people experiencing homelessness was implemented and publicly presented on March 14, 2009, aiming to develop responses so that no one would have to remain on the streets for lack of alternatives, as well as to monitor the phenomenon.

The methodology used in this research was based on a qualitative approach. The research aims, through the speeches of 16 professionals who intervene with the homeless population and who have much knowledge about ENIPSSA, to understand whether the National Strategy has been effective and efficient in meeting the needs of homeless people and mitigating the phenomenon.

The main results show that the National Strategy for People Experiencing Homelessness has been important for a better understanding of the issue. ENIPSSA has developed a new concept at the national level, which has promoted the inclusion of people experiencing homelessness. The implementation and expansion of NPISAS and the emergence of a new profession in the field of intervention, the case manager. The National Strategy for People Experiencing Homelessness needs to adjust several issues: exist funding lines under ENIPSSA; more housing responses; housing responses with more durability; more Housing First responses, responses adjusted to each individual; more technical follow-up in the Housing First models and shared apartments; more emergency responses; exist more human resources; ensure access to mental health care; more support from municipalities in ENIPSSA; standardization of the new concept; participation of homeless people in ENIPSSA; less bureaucratic responses and promote community awareness about people experiencing homelessness.

Keywords: National Strategy; Homeless People; Citizenship; Social Intervention

ÍNDICE DE SIGLAS

AMI	Associação Médica Internacional
AML	Área Metropolitana de Lisboa
CASA	Centro de Apoio aos Sem-abrigo
COVID19	Doença respiratória causada por um coronavírus (SARS-CoV-2)
CML	Câmara Municipal de Lisboa
CLAS	Concelho Local de Ação Social
DGS	Direção-Geral da Saúde
EAPN	Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal
ENIPSA	Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-abrigo – 2009-2015
ENIPSSA	Estratégia Nacional para a integração de pessoas em situação de sem-abrigo 2017/2023
ETHOS	European Typology of Homelessness and Housing Exclusion
FEANTSA	Federação Europeia das Associações que Trabalham com as Pessoas Sem- Abrigo
GIMAE	Grupo de implementação, monitorização e avaliação da ENIPSSA
INE	Instituto Nacional de Estatística, I.P.
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica
ISS	Instituto da Segurança Social, I.P.
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
NPISA	Núcleo Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONU	Organização das Nações Unidas
ONGS	Organizações não-governamentais
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PSP	Polícia de Segurança Pública
RSI	Rendimento Social de Inserção
SIDA	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	15
1.2 A Pobreza em Portugal	15
1.3 Exclusão social na sociedade moderna	21
1.4 O papel do preconceito na pobreza e na exclusão social	25
1.5 Desafiliação como rutura dos laços sociais	28
2.1 Definição do conceito sem-abrigo	30
2.2 A diferença entre sem-abrigo sem casa e sem-abrigo sem teto	33
2.3 Perfil da pessoa em situação de sem-abrigo português.....	34
3.1 O impacto da COVID 19 na vida dos sem-abrigo	37
4.1 Um olhar sobre a segunda fase da estratégia nacional de 2017 até 2023	40
CAPÍTULO II- ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	44
2. Justificação do tema	44
2.1. Objeto e objetivos de investigação	44
2.2. Metodologia: Tipo de estudo	45
2.3. Instrumento de recolha de dados.....	45
2.4. Procedimentos.....	47
2.5. Participantes	48
2.6. Caracterização sócio- demográfica da população inquirida	49
CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS 51	
3.1 Apresentação e análise dos resultados	51
3.1.1 Interesse pela população em situação de sem-abrigo	51
3.1.2 Formação específica sobre a problemática	52
3.1.3. Acompanhamento e sinalização das pessoas em situação de sem-abrigo	52
3.1.4 Desafios na atuação junto das pessoas em situação de sem-abrigo.....	55
3.1.5 Perceções sobre as principais razões das pessoas em situação sem-abrigo continuem a viver na rua	57
3.1.6 Perceção sobre a Estratégia Nacional para os sem-abrigo	59
3.1.7 Influência da ENIPSSA no desempenho das funções como técnico de intervenção e aquisição de competências para trabalhar com este grupo social específico	63
3.1.8 Melhoria da Estratégia Nacional de 2017 a 2023.....	65

3.1.9 Cumprimento dos objetivos da Estratégia Nacional até o ano 2023	69
3.1.10 Perceção sobre o modelo de intervenção assente na premissa “Ninguém deve ficar na rua por mais do que 24 horas”	71
3.1.11 Influência do Covid no Programa Estratégia Nacional	73
3.2. Discussão de resultados	74
Conclusão	80
Referências bibliográficas.....	83
APÊNDICES.....	I

Índice de Quadros

Quadro 1 - Quadro sociodemográfico.....	49
--	-----------

INTRODUÇÃO

A presente dissertação intitulada Panorama da Estratégia Nacional para a integração de pessoas em situação sem-abrigo, resultou de uma investigação, realizada no âmbito do mestrado de Serviço social: Gestão de Unidades Sociais e Bem-Estar, ministrado pela Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa.

O interesse pelo estudo da temática das pessoas em situação sem-abrigo é pelo facto de este tema ser de enorme relevância para a evolução do conhecimento científico da área social, devido a ser um problema social em consequência da pobreza, privação dos direitos humanos e da exclusão social.

Além disso, a problemática da população de rua é um tema de grande relevância para a área de serviço social. Pretende-se assim chamar a atenção de algumas debilidades do sistema e dar a conhecer as soluções existentes através do apoio social, para que as pessoas não precisem de viver na rua.

Este estudo tem como objetivos explorar as trajetórias de vida de pessoas em situação de sem-abrigo, compreender o papel da Estratégia Nacional, bem como reconhecer se esta irá cumprir os objetivos que se propôs e por fim as estratégias utilizadas, quer pelas instituições públicas para solucionar os problemas das pessoas em situação de sem-abrigo e compreender, junto deles, qual o tipo de apoio que necessitam para “saírem” desta situação.

Apesar da falta de habitação ser a primeira dimensão a ressaltar, a situação de sem-abrigo comporta um conjunto de dificuldades e escassez que vão além de ausência habitacional, ainda que esta seja mais visível. Os indivíduos que vivem em situação de sem-abrigo são privados de todos os direitos elementares de um cidadão (Mendes, 2017; Aldeia, 2014).

Como já referido, com este trabalho, pretende-se alargar o conhecimento sobre a problemática da população de rua e da Estratégia Nacional para integração de pessoas em situação de sem-abrigo e responder à pergunta de partida Será a ENIPSSA capaz em conjunto com outras associações fazer frente ao flagelo que é a condição de pessoas em situação de sem abrigo?

A problemática das pessoas em situação de sem-abrigo é um tema muito presente na agenda europeia de combate à pobreza e exclusão social. Com o crescimento do número de pessoas em condição de sem-abrigo, o Estado Português teve que tomar uma atitude face ao que estava a ocorrer no país, assim, implementou uma estratégia nacional para combater o

fenómeno e foi dessa forma, que surgiu em 2009, a Estratégia Nacional de integração para pessoas em situação de sem-abrigo. A mesma foi a primeira a aparecer em Portugal e nos países do sul da Europa.

A Estratégia Nacional na integração de pessoas em situação de sem-abrigo, nasceu devido ao reconhecimento de um fenómeno a nível nacional, da falta de entendimento do mesmo, reconhecimento de respostas limitadas, como também da falta de conexão das intervenções das associações que intervêm junto das pessoas em condição de sem-abrigo, criando assim este projeto de intervenção (Belchior, 2014).

A relevância do estudo da Estratégia Nacional, deve-se por ser o primeiro grande projeto de intervenção à população sem-abrigo em Portugal, visa a sua prevenção, intervenção e acompanhamento.

Na década de 90 as instituições portuguesas começaram a preocupar-se com as condições dos sem-abrigo, a partir daí implementaram alguns projetos para minimizar a sua condição (Bento & Barreto, 2001).

O presente estudo, visa conhecer a perceção de 16 profissionais de diferentes áreas e diferentes contextos, concretamente: técnicos de intervenção da Associação Comunidade Vida e Paz; gestores de caso da GIRA e da CRESCER; CASA; Exército de Salvação, centro de acolhimento Xabregas; técnica da Câmara Municipal de Amadora; técnica da Câmara Municipal de Almada; CÁRITAS; técnica de EAPN de Almada; técnico de EAPN de Lisboa e do NPISA de Lisboa. Um dos critérios de selecção da amostra prendeu-se com a condição de que os entrevistados tivessem conhecimento sobre as pessoas em situação de sem-abrigo e conhecessem de perto a Estratégia Nacional para as pessoas em situação de sem-abrigo.

Pretende-se saber, ainda, se a Estratégia Nacional para as pessoas em situação sem-abrigo tem sido eficiente e eficaz para responder às necessidades dessas pessoas e saber se tem diminuído essa condição.

O processo de recolha de informação foi através de uma investigação qualitativa, recorrendo assim a uma entrevista semiestruturada. Esta técnica de recolha de dados permitiu uma relação com os entrevistados, de modo a eles sentirem-se à vontade e a responder às questões colocadas. Optou-se pela entrevista semiestruturada com suporte de um guião, dividido em duas partes.

A primeira parte são questões de foro pessoal, com o objetivo de conhecer melhor os entrevistados. Estas questões foram elaboradas com o intuito de conhecer as suas experiências a nível académico e profissional, as suas motivações e dificuldades em trabalhar com este

grupo social. Além disso, há uma questão muito pertinente sobre a problemática, que se baseia no porquê das pessoas continuarem a viver na rua.

A segunda parte são questões mais voltadas para a Estratégia Nacional para as pessoas em situação sem-abrigo.

A presente dissertação está dividida em três capítulos. O capítulo I enquadra os conceitos fundamentais para a investigação. No enquadramento teórico, foi realizada uma vasta revisão bibliográfica desde livros, artigos científicos, relatórios, pesquisas na internet, empregando palavras-chave, dissertações e teses, que contribuíram para o enriquecimento da informação sobre a temática e dos conceitos a explorar.

Foi, sem dúvida, possível compreender melhor os seguintes temas: pobreza, exclusão social, desafiliação, preconceito, conceito sem-abrigo, COVID 19 e Estratégia Nacional para as pessoas em situação de sem-abrigo.

O enquadramento teórico está centrado em quatro grandes blocos temáticos:

1) Problemática da pobreza e a exclusão social. No primeiro bloco estão estruturados os seguintes subtemas estudados: ser pobre em Portugal; exclusão social na sociedade moderna; preconceito como parte integrante da pobreza e da exclusão social; desafiliação como ruptura dos laços sociais.

2) Fenómeno das pessoas em situação sem-abrigo. O segundo bloco temático incide em subtemas relacionados com a temática de pessoas em situação de rua: definição do conceito sem-abrigo; a diferença entre sem-abrigo sem casa e sem-abrigo sem teto; perfil do sem-abrigo português

3) Saúde das pessoas em situação sem-abrigo. O terceiro bloco temático incide no impacto da COVID 19 na vida dos sem-abrigo

4) Respostas sociais para pessoas em situação de sem-abrigo. Um olhar sobre a segunda fase da Estratégia Nacional de 2017 até 2023.

No capítulo II, são apresentados os objetivos do trabalho, a metodologia e as técnicas utilizadas para a recolha dos dados, os procedimentos e os participantes do estudo. No mesmo capítulo, são apresentados elementos sobre a caracterização sociodemográfica dos entrevistados e a análise das informações recolhidas através das entrevistas realizadas. Esta análise incide sobre domínios que consideramos exprimirem com maior significado as dimensões dos objetivos do nosso estudo

No capítulo III, irá fazer-se a contextualização do estudo, bem como a análise dos resultados, seguida da discussão dos mesmos com base em fundamentos teóricos, ou seja, manifesta uma análise reflexiva de todo este processo de investigação-ação, onde se analisam

e correlacionam os dados teóricos e empíricos pesquisados, com os resultados recolhidos na presente dissertação.

Para finalizar, é apresentada a conclusão do estudo e as reflexões sobre a investigação, limitações e expectativas futuras.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Neste capítulo, iremos aprofundar os conceitos relacionados com a problemática das pessoas em situação de sem-abrigo. Os conceitos são: pobreza, exclusão social, preconceito e por último desafiliação. No mesmo capítulo são abordados vários subtemas dentro da problemática das pessoas em situação de sem-abrigo. Abordou-se sobre a definição o conceito sem-abrigo; distinção de sem-abrigo sem casa e de sem-abrigo sem teto; o perfil do sem-abrigo português; o impacto do COVID 19 na vida dos sem-abrigo. Por fim, é apresentado um olhar sobre a Estratégia Nacional para as pessoas em situação de sem-abrigo, neste subtema estão expostos os objetivos estratégicos e os três eixos de intervenção da ENIPSSA.

1.2 A Pobreza em Portugal

No século XIX apenas as instituições privadas de caridade vinculadas à igreja eram os principais responsáveis por prestar apoio aos mais pobres. Em 1834, na segunda Revolução Industrial, na Inglaterra, apareceu a Lei dos Pobres. Esta lei social foi criada como uma resposta à pobreza extrema que existia na época, e teve como objetivo dar assistência aos pobres incluindo os desempregados. Neste sentido, a Lei dos Pobres marcou o início da implementação de um estado de bem-estar com intervenção estatal na Inglaterra (Diogo, 2015).

A partir do século XXI, a União Europeia trata a questão da pobreza como uma prioridade e tem implementado diversas medidas para diminuir o desemprego. Em Portugal, os níveis de pobreza diminuíram significativamente após o 25 de Abril e a com a adesão de Portugal à União Europeia. Contudo, estes valores sempre apresentaram oscilações devido à crise económica da primeira metade dos anos 90 (Capucha, 2004).

A sociedade moderna tem-se interessado em entender e conhecer melhor o problema da pobreza e da exclusão social.

“Sem que deixe de se verificar uma subalternidade do tema da pobreza e da exclusão social e, em particular, dos compromissos governamentais nesse domínio, em relação a outros temas e compromissos como os de política económica, não podemos deixar de reconhecer que a problemática tem vindo a conhecer uma visibilidade imprevista há apenas alguns anos atrás, com presença regular nos meios de comunicação social e com um razoável impulso na pesquisa científica” (Capucha, 2004, p.85).

O estudo sobre a pobreza em Portugal permitiu a diminuição dos preconceitos e dos estereótipos sobre os indivíduos que vivem em situação de pobreza. Os pobres são vistos como responsáveis pela sua própria condição de vida. Além disso, o conhecimento da problemática contribui para identificação das razões que levam ao aparecimento da pobreza e das características dos grupos em risco de pobreza (Diogo, 2015).

Pereirinha (2008) refere que o estudo da pobreza é determinante para identificar o número de pessoas que vivem em condições de pobreza e para compreender melhor essa problemática. É importante comparar as condições individuais para determinar quem vive em condições aceitáveis na sociedade e quem não vive e para estabelecer uma linha de pobreza.

Bruto da Costa (2008), defende que o conceito de pobreza não foi alterado com o decorrer do tempo, contudo o conceito foi obrigado adaptar-se aos países industrializados, à expansão das ciências sociais, dos meios de comunicação. Mas, já havia uma significativa preocupação pelas desigualdades sociais que afetam a dignidade do homem.

Bruto da Costa (2008), entende que a pobreza são situações de escassez, devido à falta de recursos essenciais para satisfazer as necessidades do indivíduo, como alimentação, habitação, cuidados de saúde ,etc. Contudo, a pobreza é uma questão complexa que vai além da escassez de recursos materiais, a pobreza deve ser considerada como uma situação existencial. Nesse sentido, a pobreza pode ter impactos psicológicos, sociais, culturais e espirituais que afetam muitos aspetos da vida de um indivíduo. A pobreza pode levar à angústia, instabilidade, alterações nos hábitos e comportamentos, falta de liberdade e bem-estar do sujeito. Além do mais, a pobreza pode afetar a maneira como uma pessoa se relaciona com os outros e com a sociedade.

Bruto da Costa (2008), criou dois conceitos importantes para o estudo da pobreza, a saber: a habilitação e a capacidade. A habilitação permite o acesso e a capacidade refere-se pela procura da felicidade. No entanto, esta perspetiva não desvaloriza os recursos materiais, pois, os bens materiais são muito importantes para muitas pessoas em situação de pobreza. Este autor, também defende que a pobreza é a falta de liberdade, dando um exemplo, uma pessoa com fome não é livre de comer.

Spicker distinguiu as várias definições de pobreza agrupando-as em três categorias: 1ª, necessidade material (falta de alguns bens e serviços indispensáveis como, alimentação, energia e habitação), 2º, circunstâncias económicas (baixo padrão de vida, rendimento baixo que corresponde ao baixo consumo) 3º, relações social, exclusão social, grupos sociais alvos de pobreza, tais como trabalhadores precários, pessoas idosas e deficientes (cit in Costa, 2008).

O estudo da pobreza está em torno de dois grandes conceitos “ Pobreza absoluta” e “ Pobreza relativa”. A pobreza absoluta está associada à falta de capacidade em satisfazer as necessidades básicas de um indivíduo ou famílias. Esse tipo de pobreza assenta na privação extrema de bens e serviços como, alimentação, água potável, habitação condigna, cuidados de saúde. A pobreza absoluta está mais presente nos países em desenvolvimento na África, na Ásia e na América do Sul e não tanto na Europa, porém há alguns grupos sociais que sofrem deste tipo de pobreza, nomeadamente as pessoas em situação de sem-abrigo (Freitas, 2021; Capucha, 2004).

O conceito pobreza relativa foi criado por Rowntree, este conceito refere-se a uma situação em que uma pessoa tem um padrão de vida ou rendimento que é muito abaixo ao padrão de vida da maioria da sociedade em que vive. As pessoas em situação de pobreza relativa são obrigadas a lutar para conseguirem ter uma vida digna e poderem participar em atividades políticas, sociais e culturais. A pobreza está intimamente ligada à exclusão social, pois as pessoas pobres que não têm as condições necessárias, podem ser excluídas pela sociedade em que vivem e privadas de certas atividades sociais. Além disso, há fatores que podem avaliar as condições de vida de uma pessoa pobre e uma pessoa excluída, os fatores são: a alimentação, o modo de vestir, as condições habitacionais e o estado de saúde (Costa, 2008).

Segundo Costa (1984), mencionado por Carmo (2007), existem seis tipos de pobreza:

- Pobreza absoluta – pessoas ou grupos de indivíduos com poucos recursos financeiros e com incapacidade em pagar as despesas; A Pobreza absoluta é representada por duas subcategorias: a pobreza primária (rendimento inferior indispensável para manutenção física e pobreza secundária (rendimento superior que gastos primários de habitação, entre outros);
- Pobreza relativa – representação social da pobreza de uma cultura e momento histórico;
- Pobreza subjetiva – representação da pobreza responsável pelo indivíduo;
- Pobreza convencional – considera-se pobre o indivíduo que tiver um rendimento inferior, como RSI;
- Pobreza total/parcial – a primeira, é ausência total de recursos financeiros e a segunda, é a ausência parcial de algum rendimento;
- Pobreza permanente/temporária – a primeira, é de longa duração e a segunda, é uma situação de curta duração.

Segundo o INE (2021), as pessoas que verifiquem pelo menos sete das privações materiais das seguintes treze dificuldades financeiras, estão eminentemente em risco de pobreza.

- 1) “Ter capacidade para pagar uma despesa inesperada (sem ter necessidade de recorrer a um empréstimo);
- 2) Pagar uma semana de férias por ano e fora de casa;
- 3) Ter capacidade para pagar pagamentos em atraso da renda de uma casa ou de prestações de crédito habitacional;
- 4) Capacidade financeira para ter uma refeição equilibrada com proteína, carne ou peixe dois em dois dias;
- 5) Manter a casa adequadamente quente;
- 6) Possuir um automóvel próprio;
- 7) Substituir o mobiliário antigo;
- 8) Comprar roupa nova;
- 9) Possuir de dois pares de sapatos de tamanho adequado;
- 10) Gastar semanalmente algum dinheiro em benefício próprio;
- 11) Participar várias vezes de uma atividade de lazer;
- 12) Encontrar com os amigos e familiares para tomar uma bebida ou jantar fora pelo menos 1 vez por mês;
- 13) Ter internet com tráfego ilimitado em casa”.

Em 2008, Portugal sofreu uma crise económica que afetou muitas pessoas no país. A taxa de desemprego aumentou, logo as pessoas tinham menos dinheiro para gastar face às despesas, no entanto a taxa de pobreza diminuiu nesse ano.

A taxa de pobreza em Portugal diminuiu significativamente entre 2003 e 2008, mas aumentou novamente entre 2011 e 2013, antes de diminuir novamente entre 2014 e 2016. Em 2017, cerca de 2,4 milhões de pessoas em Portugal, viviam em situação de pobreza e exclusão social, enquanto 1,9 milhões não tinham recursos suficientes para pagar despesas inesperadas. As mulheres, são particularmente afetadas pela pobreza em Portugal, devido à desigualdade de género e ao subemprego. A maioria das mulheres portuguesas exerce trabalhos nas limpezas e na cozinha. Em Portugal, a desigualdade de distribuição de rendimento são das maiores da OCDE (EAPN, 2009).

Uma grande percentagem dos portugueses, encontram-se em situação de pobreza persistente, isto é, sem qualquer perspetiva de aumento do ordenado e sair dessa condição. Os grupos sociais mais vulneráveis à pobreza são: as mulheres, os idosos, as crianças, as famílias monoparentais, os operários com pouca qualificação e os pensionistas com baixas reformas (Diogo, 2021, p.18).

Em 2013, mais de 15 milhões de pessoas na Europa viviam abaixo do limiar da pobreza. Em Portugal, estimava-se que cerca de 10 % dos portugueses estavam no ativo não

ultrapassavam a linha de pobreza, porém os cortes nos salários dificultava a vida dessas pessoas (Diogo, 2015).

Segundo o Relatório luta contra a pobreza e exclusão social (2020) e o Relatório luta contra a pobreza e exclusão social (2021), em 2019 a taxa de pobreza e de exclusão social manteve-se igual a 2018. Cerca de 2,215 mil indivíduos estavam em risco de pobreza, cerca de 1,772 mil pessoas viviam com apenas 501 euros por mês. Os grupos sociais mais representativos entre os pobres na sociedade são aqueles que têm menos 17 anos e os que se encontram na faixa etária dos 35-54 anos. Mas, os grupos sociais que correm o risco de pobreza são os idosos com mais de 65 anos e os com mais de 75 anos e as crianças e adolescentes com idade inferior a dezassete anos.

“No caso português, em 2020, cerca de 2 milhões de indivíduos encontravam-se em risco de pobreza ou exclusão social, mas menos de 100 mil viviam em agregados em que os três sub-indicadores eram simultaneamente observados. Em segundo lugar, os indivíduos em risco de pobreza constituem a grande maioria dos indivíduos em risco de pobreza ou exclusão social. No caso português, mais de 1,2 milhões de indivíduos encontravam-se em risco de pobreza sem viverem uma situação de privação material e social severa ou uma baixa intensidade laboral. Em terceiro lugar, uma fração significativa de indivíduos em situação de privação material e social severa não vive nem em risco de pobreza nem em agregados com baixa intensidade laboral” (Alves, 2022,p.5).

De acordo com o Relatório Pobreza e Exclusão Social (2022), a população em risco de pobreza ou exclusão social aumentou 12% o que corresponde a mais 256 mil indivíduos. Portugal, está em 8º lugar face aos 27 países da União Europeia, referente aos indivíduos que estão em risco de pobreza. Além disso, Portugal apresenta-se como o Estado membro com maior aumento dos níveis desigualdade de rendimento.

De acordo INE (2010), a taxa de risco de pobreza corresponde a proporção da população equivalente que se encontra abaixo da linha de pobreza, designada como 60 % do rendimento mediano por adulto equivalente. Em 2004, 15,9 % dos indivíduos entre os 25-65 anos encontravam-se em risco de pobreza uma proporção abaixo em 3,5 p.p à taxa de risco de pobreza 19,4 % para o total da população residente. O risco de pobreza dos indivíduos, tende a transmitir-se de pais para filhos, sobretudo quando está associado ao contexto social, económico e educacional da família de origem.

Há muitos indivíduos que não permanecem muito tempo num trabalho, passando de uma situação de trajetória de emprego e de grande instabilidade, designado por modelo carrossel. Essa situação contribui para que o indivíduo não saía da pobreza. Há pessoas que

não têm contrato de trabalho, pois fazem apenas alguns biscates para sobreviverem, vivendo numa situação muito precária. Os indivíduos assegurados por um contrato de trabalho conseguem viver uma vida mais desafogada, contudo um acidente de percurso, como um divórcio, desemprego e doença pode colocá-los numa situação de pobreza (Diogo, 2021).

Em 2020, constatou-se que os indivíduos com pouca escolaridade, tendo apenas o ensino básico e com 18 anos, estavam em risco de pobreza e de exclusão social, superior aos indivíduos que possuísem o ensino secundário e pós-secundário. Conclui-se que, quanto menor o nível de escolaridade, maior será o risco de pobreza e exclusão social. Também, constatou-se que as mulheres que tivessem apenas o ensino básico estavam efetivamente em risco de pobreza face aos homens (Relatório Pobreza e Exclusão Social, 2021).

Segundo Debates, Presidência da República (1998), António Teixeira Fernandes defende que os pobres são tidos como objetos e não como verdadeiros cidadãos. O indivíduo pobre é que aquele que não só vive numa situação de privação e de falta de recursos, como também é dependente e que essa dependência pode ser permanente ou transitória.

Em Portugal, em 2009, 14,1% dos indivíduos viviam em condições de escassez do espaço habitacional, uma quantidade inferior à verificada entre 2004 e 2008 em que taxa de sobrelotação da habitação era da ordem dos 15,9 % (INE, 2010).

Diogo (2021) refere que as condições de habitação são relevantes para análise das condições de vida da sociedade, constatou-se que as famílias e os indivíduos com rendimentos baixos e em risco de pobreza viviam em casas com um número de divisões habitáveis inadequadas.

Há muitos indivíduos, que não permanecem muito tempo num trabalho, passando de uma situação de trajetória de emprego de grande instabilidade, designado por modelo carrossel, essa situação contribui para que o indivíduo não saia da pobreza. Há pessoas que não têm contrato de trabalho, fazem apenas alguns biscates para sobreviverem, vivendo numa situação muito precária. Os indivíduos assegurados por um contrato de trabalho conseguem viver uma vida mais desafogada, contudo um acidente de percurso, como um divórcio, desemprego e doença pode colocá-los numa situação de pobreza (Diogo, 2021).

Em 2020, constatou-se que os indivíduos com pouca escolaridade, tendo apenas o ensino básico e com 18 anos estavam em risco de pobreza e de exclusão social, superior aos indivíduos que possuísem o ensino secundário e pós-secundário. Conclui-se que, quanto menor o nível de escolaridade, maior será o risco de pobreza e exclusão social. Também, constatou-se que as mulheres que tivessem apenas o ensino básico estavam efetivamente em risco de pobreza face aos homens (Relatório Pobreza e Exclusão Social, 2021).

De acordo com Ruivo (2002), a sociedade portuguesa tem vindo a ser qualificada por vários analistas como uma sociedade semiperiférica, isto é uma sociedade de desenvolvimento intermédio ao nível do perfil e funcionamento da esfera da produção. Várias Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), com apoio de quatrocentas Misericórdias tem constituindo-se como interlocutores privilegiados no relacionamento com os indivíduos em situação de pobreza. Em Portugal, em algumas zonas específicas do país criaram-se políticas sociais e projetos de intervenção que visam combater a pobreza e exclusão social, nomeadamente o caso de Matosinhos.

Neste contexto, os projetos de intervenção visam na assistência às pessoas mais carenciadas, no desempenho das suas incumbências no âmbito do ensino, da habitação e dos equipamentos coletivos, de modo a combater a pobreza nessa região.

Neste âmbito, em Matosinhos, nasceu a associação ADEIMA com apoio da Câmara Municipal de Matosinhos, essa associação, promove o desenvolvimento do Concelho “ A assistência da ADEIMA é ser uma entidade que assenta muito no partenariado (...) Tenta-se envolver as entidades locais no desenvolvimento do Concelho” (Ruivo, 2002, p.84).

Ruivo (2001), a Câmara Municipal de Matosinhos apostou numa política de habitação social intensiva, com o objetivo de erradicação das barracas e construções clandestinas que existem no Concelho.

“Em termos de habitação, o Concelho (...) possivelmente foi um concelho pioneiro em relação a outros (...) Porque este Presidente (...) em boa hora procurou atacar as construções clandestinas e as barracas que existem no Concelho... E então foi feito um programa com o objetivo de se atacar em vários sectores... Primeiro foi a habitação social, depois foi pôr à disposição dos munícipes terrenos com projeto aprovado a custos baixos (...) em Matosinhos (...) começaram (...) arrancar as primeiras cooperativas. E temos orgulho em dizer que os maiores cooperativistas da habitação são do Conselho” (Ruivo, 2002, p. 91).

1.3 Exclusão social na sociedade moderna

O conceito exclusão social foi introduzido pela primeira vez em 1974 com o livro “ Les Exclus, un français sur dix “ de René Lenoir. Desde então, outros autores, como Robert Castel em sua obra “Metamorfoses da questão social” que integra dois eixos principais de integração social são o mundo do trabalho e o mundo das relações sociofamiliares. Hannah Arendt explorou sobre o tema, a exclusão social nos seus estudos sobre a condição humana, entendia que a exclusão social é um processo pela qual as pessoas são impedidas de exercer as suas capacidades de condição humana. Neste sentido, a exclusão social está relacionada com

os vínculos sociais, que permitem que cada indivíduo tenha uma participação na sociedade. Dessa forma, os grupos sociais sem vínculos com o trabalho e com a sociedade, veem os seus direitos a não serem respeitados e a sua condição humana é limitada (Escorel, 1999).

Neste entendimento, a exclusão social é um fenómeno que se relaciona com os vínculos sociais, entre grupos intermediários e com a sociedade global. Quando esses vínculos são frágeis ou inexistentes, as pessoas ou grupos podem ser excluídos da vida social e os seus direitos não são respeitados o que limita sua condição humana. Além disso, a exclusão social é considerada uma categoria que ajuda a entender e analisar a pobreza urbana de uma região (Escorel, 1999).

O tema exclusão social surgiu, em 1969 na França, no âmbito de estudos científicos sociais. Embora, o conceito começou a ter uma enorme relevância através de um documento oficial da União Europeia em 1980. Em 1989, houve um importante debate na Itália no qual teve a participação de Peter Townsend e de Robert Castel. Nesse evento, levantaram-se duas importantes questões: O que é a exclusão social? Em que difere do conceito pobreza? Os dois conceitos pobreza e exclusão social são diferentes, contudo são importantes e estão verdadeiramente inter-relacionados (Costa, 2012).

Segundo autor Diogo (2015), a exclusão social é entendida como uma perda do laço sociomoral, isto é, a perda da conexão com os valores e normas compartilhados pela sociedade. O autor, também menciona que a exclusão social pode ser resultado de uma desestruturação da sociedade, ou seja, há uma falta de valores e referências morais.

Capucha (2004), a exclusão social é uma nova questão social que está inserida na sociedade moderna.

“As sociedades europeias enfrentam um problema relativamente novo de exclusão de uma parte importante dos cidadãos relativamente ao bem-estar que elas são já capazes de produzir, mas não de distribuir de forma equitativa” (Capucha, 2004, p.43).

Para Castel (1998), o conceito exclusão é utilizado para designar aqueles que são rejeitados e excluídos do convívio social ou aqueles que não têm direitos frente à outros que os possuem. O trabalho é um fator marcante para o indivíduo ganhar reconhecimento na sociedade.

“Mas é exatamente no momento em que os atributos vinculados ao trabalho para caracterizar o status que situa e classifica um indivíduo na sociedade pareciam ter-se imposto definitivamente, em detrimento dos outros suportes da identidade, como o pertencimento familiar ou a inscrição numa comunidade concreta” (Castel, 1998, p.412).

O emprego é um dos elementos essenciais na integração social nas sociedades modernas. Não, ter trabalho significa, não só, ter rendimento para pagar as despesas, como também perder um dos vínculos mais relevantes de ligação à sociedade e à rede de relações interpessoais que o trabalho proporciona. Por outras palavras, o trabalho é um dos recursos estruturante central no corpo social (Arruda & Colaço & Baia, 2014).

“O Núcleo da questão social hoje seria, pois novamente, a existência de “inúteis para o mundo”, de supranumerários e, em torno deles, de uma nebulosa de situações marcadas pela instabilidade e pela incerteza do amanhã que atestam o crescimento de uma vulnerabilidade de massa (...) Foram necessários séculos de sacrifícios, de sofrimento e de exercício da coerção (...) para fixar o trabalhador em sua tarefa e nela conservá-lo através de um leque de vantagem sociais que vão qualificar um status constitutivo da identidade social” (Castel, 1998, p. 593).

A exclusão social é uma consequência da pobreza, ou seja, não existe pobreza sem exclusão social. Contudo, existem formas de exclusão social que não implicam pobreza, por exemplo os idosos, visto que o problema dos idosos não está relacionado com a pobreza, mas sim com a solidão. Os idosos são excluídos pela sociedade independentemente do seu rendimento (Costa, 2012).

Com os estudos empíricos, constatou-se que a base territorial é uma forma específica de exclusão. Esse tipo de exclusão afeta as pessoas e as famílias, e também as áreas geográficas a onde vivem. São formas de exclusão que se manifestam a diferentes níveis territoriais, ou seja, a um nível mais local, nas zonas periféricas, como os bairros de lata, habitações degradadas e zonas rurais isoladas do país, essas zonas encontram-se excluídas, assim como os seus habitantes (Costa, 2012).

O tema da zona da periferia apareceu na obra do sociólogo francês Robert Castel “Metamorfoses da questão social” (1998), como zona da precariedade ou da vulnerabilidade. São zonas na qual, a miséria está bastante presente e é vivida por aqueles que vivem lá. Castell acredita que a maioria dos habitantes dessas zonas periféricas têm trabalhos muito precários ou estão desempregados, por isso são alvo de desafiliação.

Leal (2011), defende haver zonas que são bastante desvantajosas para os seus habitantes, prejudicando-os, dessa forma as suas vidas, assim como afastando-os da sociedade, conduzindo-os à exclusão social.

“À dificuldade de acesso aos serviços e infra-estruturas urbanos
(transporte precário; saneamento ineficiente; drenagem inexistente;

dificuldade de abastecimento; difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches; maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menores oportunidades de emprego (...), menores oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer” (Leal, 2011 p.12).

Para Escorel (1998), o tema exclusão social está cada vez mais presente na sociedade moderna.

“Exclusão social é uma expressão cada vez mais utilizada por governantes, jornalistas, políticos e estudiosos. É tema de conferências, congressos, livros e trabalhos. Pode designar toda situação ou condição social de carência, dificuldade de acesso, segregação, discriminação, vulnerabilidade e precariedade em qualquer âmbito” (Escorel, 1998, p. 23).

Marques & Lúcio (2018) consideram que a exclusão social não afeta somente as pessoas, assim como territórios e instituições sociais. Pois, os lugares podem ser simultaneamente excluídos e causar a exclusão nos sujeitos. São exemplo designados por *quartiers difficiles*, onde existe, uma crescente concentração de famílias desestruturadas, um grande número de desempregados, indivíduos com trabalhos precários, entre outras dificuldades.

A precariedade e a vulnerabilidade dos laços do mundo laboral, geram-se contingências populacionais desnecessárias. Neste sentido, as relações sociais fragilizadas dos vínculos no âmbito familiar, vizinhança, comunidade e instituições pode gerar rutura que conduz à exclusão social e à solidão (Sawaia, 1999).

De acordo com Bruto da Costa (2015); Freitas (2021) há 4 tipos de exclusão social:

Económico

Está relacionado com a pobreza extrema, que causa privação monetária e um difícil acesso a bens e serviços indispensáveis. Este tipo de exclusão, surge quando as pessoas vivem em más condições de vida, têm baixos níveis de instrução e qualificação profissional e têm um emprego bastante precário e instável. A exclusão no âmbito económico pode conduzir à condição de sem-abrigo, que é de facto a condição mais grave e difícil em pobreza e exclusão social.

Cultural

A exclusão cultural, deve-se a fenómenos sociais, como o racismo, a xenofobia ou outras formas de nacionalismo extremo que conduz à exclusão social de minorias étnico-cultura, tomemos o exemplo das comunidades ciganas.

Social

Esta forma de exclusão está inserida no domínio dos laços sociais. É uma situação desafiliação social, que corresponde à falta de laços afetivos, devido ao isolamento. Os idosos, vivem num profundo isolamento, é por isso que os idosos são um grupo social em risco de exclusão social.

De origem patológica

As ruturas familiares são originadas por problemas a nível psicológico e mental, dando origem a disfuncionalidades na relação dos indivíduos com os sistemas acima mencionados. Doenças do fórum psiquiátrico, alcoolismo e a toxicodependência.

Por comportamentos autodestrutivos

Alguns indivíduos, encontram-se em situação de exclusão social ou de auto-exclusão, devido a comportamentos autodestrutivos, comportamentos relacionados com a toxicodependência, alcoolismo e a prostituição.

Com base em Bento & Barreto 2002 (cit. Castel 1992), refere que a exclusão social é um processo descendente que consiste em três zonas de inserção ou exclusão social, essas zonas são as seguintes: zona de integração social: essa zona caracteriza-se pelo trabalho estável e uma inscrição relacional sólida, a onde está inserida a pobreza integrada; zona de vulnerabilidade: essa zona está associada ao trabalho precário ou pela fragilidade dos suportes sociais e familiares; zona de marginalidade/ exclusão social: é uma zona que está totalmente marcada pela falta de trabalho e por isolamento social.

Com base em Vasconcelos (2011) houve um inquérito sobre Pobreza e Exclusão Social, publicado em 2009, demonstraram que os cidadãos europeus estão cada vez mais conscientes das situações de pobreza e exclusão social do seu país e mesmo do continente europeu. A maioria dos participantes acha que os indivíduos são pobres quando os bem que têm são limitados ao ponto de as impossibilitar de participar ativamente na sociedade em que estão inseridos, além disso eles acham que é das maiores injustiças da sociedade.

1.4 O papel do preconceito na pobreza e na exclusão social

A partir do momento em que nascemos, atribuem-nos rótulos e notamos que a sociedade está cheia de rótulos sociais, alguns deles podem ter conotações negativas, tais como homens ou mulheres, brancos ou negros (Santos & Maia, 2019).

O preconceito é definido como uma atitude negativa ou opinião pré-formada de uma pessoa sobre um grupo de pessoas ou sobre um indivíduo específico, baseada em estereótipos

e suposições sem fundamento. Isso pode incluir julgar alguém pelo seu aspecto físico, como a cor da pele (Crochik, 1996).

De acordo com Marmelstein (2016), há dois tipos de preconceitos, o preconceito implícito e o preconceito explícito. O preconceito implícito é uma forma de discriminação inconsciente, isto é, o agente discriminador não tem intenção de prejudicar ninguém, além disso ele não tem noção que está agir de uma forma preconceituosa.

O indivíduo é influenciado por vieses cognitivos inconscientes que se podem manifestar através de micro agressões sutis.

O autor dá um exemplo de um estudo, realizado através de ressonância magnética funcional que mostrou que a atividade cerebral de uma pessoa branca que se diz não ser preconceituosa, pode alterar quando é apresentada uma imagem de uma pessoa negra. Constatou-se, através desse estudo que apesar das pessoas afirmarem que não são preconceituosas, as áreas cerebrais associadas a emoções negativas podem ser ativadas automaticamente com a visão de uma imagem de uma pessoa negra desconhecida.

O preconceito explícito são atitudes que se manifestam de forma consciente, isto é, o indivíduo tem noção que está agindo de forma preconceituosa e pratica intencionalmente o preconceito.

Lima (2004), defende que há processos automáticos de preconceito e que esses processos psicossociais, alteram a produção de respostas automáticas no nosso corpo.

“Imagine que está andando sozinho numa rua escura a altas horas da noite (...), vem uma outra pessoa. Imagine que outra pessoa é um Negro, e que ele parece olhar fixamente para você (...) O seu coração poderia acelerar. As suas mãos talvez comessem a suar um pouco (...) A pessoa cruza então com você e, num gesto simpático, lhe cumprimenta. Qual seria a sua reacção agora? Talvez se sentisse constrangido (...)” (Lima, 2004, p. 41).

Vários estudos, demonstraram haver certas palavras com uma conexão negativa, por exemplo a palavra “Negros”. Realizaram um teste, na qual os participantes foram sujeitos a um *priming* (pré-ativação) referente a uma categoria social “Negros”, verificou-se que os indivíduos demoraram mais tempo para reconhecer palavras ou associações positivas e foram mais velozes para identificarem palavras ou associações negativas relacionada a essa palavra. (Crochik, 2004; Lima, 2004).

Desse modo, constatou-se que um *priming* associado à categoria “Negros” contribui para haver preconceito aos indivíduos negros. Conclui-se, também que o individualismo

impede pensamentos e comportamentos preconceituosos contra os certos indivíduos, enquanto a coletivismo promove o preconceito.

De acordo com Guiddens (2008), o preconceito são opiniões ou práticas partilhadas por membros de um grupo acerca de outro. As ideias preconceituosas de um indivíduo são baseadas em rumores do que propriamente em provas concretas. Os preconceitos assentam em estereótipos, categorizações fixas e inflexíveis de um grupo de indivíduos.

Segundo Lima (2004), há duas formas de preconceito: o preconceito subtil e o preconceito flagrante. O preconceito subtil tem como base a defesa dos valores do individualismo, devido à crença dos elementos do grupo minoritário terem mais privilégios, enquanto, o preconceito flagrante é direto e explícito.

De acordo com Crochík (2004); Lima (2004), o preconceito está relacionado com carências psíquicas, pois um indivíduo com preconceito contra o judeu, também vai ser preconceituoso em relação ao negro e aos indivíduos deficientes, ou seja, com todos os grupos de minorias. O preconceito é uma relação direta e rápida com a vítima. O preconceituoso carrega emoções muito negativas, uma espécie de ódio perante o indivíduo que sofre a ação.

Segundo Castel (1998) defende que aqueles que têm trabalho estão muito bem posicionados na sociedade do que os que não tem, por outras palavras o trabalho dignifica o indivíduo.

“ O salario deixa de ser a retribuição pontual de uma tarefa. Assegura direitos, dá acesso a subvenções extratrabalho (doenças, acidentes, aposentaria) e permite uma participação ampliada na vida social: consumo, habitação, instrução e até mesmo (...) lazer” (Castel, 1998, p.416).

Segundo Bento & Barreto (2002), o sem-abrigo é um grupo social alvo de preconceito e de estigma, normalmente são considerados “drogados” ou “alcoólicos”, esses estereótipos populares prejudicam esse grupo social, trazendo vários obstáculos e empurrando-os para exclusão social .

Bento & Barreto (2002), por um lado os media podem ter uma importância na vida dos sem-abrigo, dando-lhes voz. A população sem-abrigo costuma ser reconhecida na época natalícia, alguns são convidados para falar da sua história de vida. Por outro lado a comunicação social, muitas das vezes contribui para criação de rótulos e estereótipos.

Pais (2006) apresenta um relato de um sem-abrigo, que foi alvo de preconceito por parte de uma criança e do pai dela.

“Até nas crianças se verifica uma certa agressividade quando estão na brincadeira. Eu não gosto muito disso, não gosto! [...] No outro dia estava ali

sentado e apareceu [...] uma criança [...] No momento em que levei a mão aqui à saquinha e me preparo para beber um golinho... um trago de vinho, para encetar a minha viagem, é bom! Estás a compreender? Então o rapaz vai e atira-me com um pau à testa, e eu tive que chamar à atenção ao pai. E além do rapaz me estar a agredir com o pau, o pai ainda me deu um pontapé no rabo, e disse: «Desaparece daqui antes que eu te descasque todo.» Eu fiz algum mal à criança? Por beber um traguinho de vinho para me pôr em pé, para seguir o caminho, para recuperar as forças” (Pais, 2006, p.70).

1.5 Desafiliação como rutura dos laços sociais

O conceito de “desafiliação” aparece com Castel nas suas obras, como “Metamorfoses da questão social”. Segundo Castel (1999), os operários eram um grupo bastante vulnerável, devido às condições de trabalho em que viviam ou pelo aumento do desemprego, por isso eram mais suscetíveis à desafiliação.

Segundo Castel (1998), o conceito desafiliação é uma ruptura à ordem da produção e isolamento, em relação à ordem sociofamiliar. Porém, a pessoa “desfiliado” não é afastado pela sociedade, dado que não vive numa condição de “ausência profunda de vínculos” Para Castel (1994), o indivíduo desprotegido pelo sistema laboral é um vagabundo e desfiliado:

“A vagabundagem colocou um problema social maior porque é perpetuamente alimentada pela instabilidade da condição salarial (...) o ponto de ruptura da relação de trabalho, enquanto a precariedade se transforma em exclusão (...) Assim o vagabundo realiza a desfiliação em sua dupla dimensão” (Castel, 1994, p.30).

De acordo com Paugam (2009), existe quatro tipos de laços sociais:

1. *Laços filiação* - Está relacionado com os vínculos familiares, sobretudo com os pais e filhos, tendo funções no âmbito da socialização e também da construção identitária dos sujeitos. O laço de filiação é entendido como laços de amparo, pela expectativa de podermos contar com a compaixão dos familiares, relativamente a laços de reconhecimento, visto que transmitem uma dimensão carregada de afetos. Quando há uma rutura deste tipo de laço, geram-se sentimentos de desamparo e rejeição.
2. *Laços de participação efetiva*- Está associado aos laços de socialização, como por exemplo cônjuges, amigos e outros indivíduos da rede social a nível informal. Qualquer indivíduo é responsável pela estruturação da rede em que está inserido, selecionando membros que

diferencia da sua rede anónima da sociedade. Portanto, a rutura deste tipo de laço, gera sentimentos de traição e desproteção.

3. *Laços de participação orgânica* – Este tipo de relações está relacionado com os laços que constroem-se no trabalho, os colegas de trabalho, esses vínculos promovem a identificação social, devido às suas tarefas laborais que a pessoa executa, proporcionando uma proteção contratualizada. Mas, a falha deste tipo de laço, geram sentimentos de inutilidade e de humilhação social.

4. *Laços de cidadania* - Assentam-se entre os integrantes de uma comunidade política que contribuem para acolhimento confirmado, quer pelos direitos civis como políticos e sociais, tal como reconhecer o indivíduo enquanto cidadão em igualdade perante a lei.

Devido à dissipação do desemprego estrutural e de alguns subempregos, em consequência disso, aumentou o número de indivíduos considerados “inúteis” ou “supranumerários”, conceitos usados por Castel. A Precarização do trabalho condicionou que as pessoas não tivessem apoio social, visto que deriva em média do vínculo dos indivíduos com o mercado de trabalho, mas a incerteza das proteções estatais no campo laboral contribui para *deficit* na estabilização do trabalho, que proporciona a disjunção entre os sujeitos e o sistema de proteção estatal (Castel, 1999).

Com efeito a desafiliação social está associada com o conceito de pobreza, porém não pode limitar-se à falta de rendimentos, uma vez que não é a única forma de desvantagem social. De acordo com Castel (1994), os indivíduos que tinham poucos recursos financeiros, corriam mais risco de desafiliação social.

“O que têm em comum o desempregado de longa duração, o jovem casal enforcado, impossibilitado de pagar as contas e o aluguel? Eu levantaria a hipótese de que eles exprimem um modo particular de dissociação do vínculo social que chamaria a desfiliação” (Castel, 1994, p. 22).

Os estudos mostraram que, os sem-abrigo não tinham contacto com os familiares por mais de um ano, além disso concluíram que eles tinham casamentos muito instáveis. Os homens entre 30 a 40 % dos restantes eram divorciados ou separados. As principais razões do término da relação, manifesta-se pela incompatibilidade pessoais, consumos de álcool e problemas financeiros (Bento & Barreto, 2002).

Segundo Castel (1998), as pessoas teriam dois pontos de coesão que funcionariam como motores de conexão à sociedade. O primeiro ponto corresponde ao fundo económico e o segundo ao fundo social. No primeiro ponto, o trabalho estável e regular, gera um lugar às

variadas categorias de trabalho, sob relações pobres, até conduzir ao desemprego. No segundo ponto, a inserção do sujeito em redes de sociabilidade, como família e vizinhança. A união destas duas vertentes, que são interdependentes, conduz a quatro tipos de “zonas” a onde os sujeitos estão inseridos. A primeira zona é sobre “integração” (que o agente social tem as garantias de um trabalho permanente e está inserido em relações sólidas). A segunda, zona corresponde “vulnerabilidade” (o sujeito está perante uma situação no qual é ameaçado pela precariedade do trabalho, além disso encontra-se numa rutura dos seus laços sociais). Na terceira, é a zona da assistência (é a esfera pública que evita o afastamento dos laços familiares). A última, é a zona de desafiliação (estão inseridos os que não somente estão no desemprego, como também perderam as relações que tinham construído no trabalho, no bairro e na vizinhança).

2.1 Definição do conceito sem-abrigo

A palavra sem-abrigo possivelmente teve origem na tradução do francês “Sans-Abri” e do inglês “Homeless”. A palavra em inglês “Homeless” refere que além da falta de residência, o indivíduo sofre, também de isolamento social ou de desafiliação.

O termo “Sans -Abri,

“Demonstra uma ideia de “falta de habitat” limitado, que protegeria o ser humano do frio, do vento ou da chuva que da mesma maneira que a alimentação e vestuário, assegura uma necessidade essencial à sobrevivência humana” (Thomas, cit. in Bento & Barreto, 2002, p.23).

De acordo Bento & Barreto (2002), o termo sem-abrigo é usado na atualidade para evidenciar a questão da habitação num sentido mais limitado, e a pobreza e a exclusão social num sentido mais expandido. Para o autor, um indivíduo sem-abrigo é impedido de ocupar uma habitação de uma maneira segura e com algum conforto.

A FEANTSA (Federação Europeia de Serviços para Pessoas Sem Abrigo) defende que um sem-abrigo é uma pessoa que não consegue ter e assegurar uma casa com o seu próprio rendimento ou não consegue assegurar uma habitação social (cit. In Bento & Barreto 2002).

No decorrer dos anos existiu uma grande dificuldade na definição da palavra sem-abrigo e deve-se pelo facto de não haver, e nunca ter existido uma definição explícita a nível internacional de sem-abrigo. O sem-abrigo é um indivíduo que não tem uma casa, um espaço com a qual se possa identificar, ou seja, um sem -abrigo é uma pessoa com carência ao nível habitacional (Marques & Lúcio, 2018).

Segundo Marques & Lúcio (2018), a definição do termo de sem-abrigo, dirige-se a todos indivíduos que não possui de um abrigo físico, porém essa falta está relacionada com ausência de outras protecções, como sociais, económicas, laborais, familiares e psicológicos. O indivíduo, também está em rutura consigo próprio e com os outros à sua volta.

Bento & Barreto (2002), entende que inúmeras foram as terminologias usadas para designar uma pessoa em condição de sem-abrigo, tais como “pedintes”, “vadios”, “mendigos”, “vagabundos”, “ociosos” e “indigentes”

De acordo com Pereirinha (2008), há dois tipos de sem-abrigo, os sem-abrigo crónicos e os novos sem teto. Os sem-abrigo crónicos, são indivíduos que vivem na rua há muitos anos na rua e eles são desprovidos de regras sociais, mas também de sonhos. As suas condições de saúde ao nível da doença física ou mental, se agravam com o passar do tempo. Os novos sem teto, são indivíduos que se encontram recentemente na rua, derivado a inúmeras carências, quer sejam elas individuais, familiares e profissionais, que precisam de um mecanismo de intervenção que lhes auxilie a reconstruir o seu projeto de vida.

Segundo Revlin (cit. in Plano Cidade para a Pessoa Sem-abrigo Lisboa, 2008), diferencia as pessoas em situação de sem-abrigo em termos do período de tempo em que estes se encontram na rua e do conseqüente grau de fragilidade. Dessa forma, distinguem-se por quatro formas de pessoas em situação de sem-abrigo:

O *crónico* – O indivíduo passa grande parte da sua vida a deambular pela rua, tem apenas dinheiro suficiente para pequenos gastos e pode manter uma rede de contactos sociais com indivíduos na mesma condição de vida;

O *periódico* – O indivíduo tem uma casa, contudo por vezes, deixa-a para ir morar para um albergue ou para a rua;

O *temporário* – O indivíduo está numa situação de sem-abrigo, devido a uma situação inesperada;

O *total* – O indivíduo não tem casa, dorme em centros de acolhimento, igrejas, edifícios abandonados. Além disso, o indivíduo não tem qualquer tipo de suporte social.

Segunda ENIPSA (2009-2015) e Graça & Lúcio (2018), a Estratégia Nacional para integração de pessoas em situação de sem-abrigo, tinha como objetivo de criar um conceito geral para as pessoas que vivem em condição de sem-abrigo. Este conceito foi criado com base nas categorias operacionais da tipologia elaborada pela FEANTSA.

Neste sentido, a Estratégia Nacional para integração de pessoas em situação de sem-abrigo considera:

“Pessoa sem-abrigo aquela que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição sócio-económica e condição de saúde física e mental, se encontre: sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para ao efeito” (ENIPSA, 2009-2015, p.8).

FEANTSA (2010), Jesus & Menezes (2010), apresentou pela primeira vez, em 1998 a Tipologia Europeia sobre Sem-Abrigo e Exclusão Habitacional, designada por ETHOS (European Typology of Homelessness), essa tipologia foi utilizada pelos países europeus, inclusive Portugal. A tipologia proposta pela FEANTSA parte do princípio que o conceito é composto por três domínios, cuja ausência pode constituir uma forma exclusão:

- *Domínio físico* (corresponde ter uma casa adequada que um indivíduos e a sua família possam usufruir)
- *Domínio social* (refere à pose de um espaço de vida privada para manter)
- *Domínio legal* (remete para a posse de um título legal de ocupação)

De acordo com FEANTSA (2010), Jesus Menezes (2010), considerou uma tipologia que está associada ao fenómeno com o fator de habitação. Essa tipologia enquadra a população em situação sem-abrigo, em quatro condições que são:

- ❖ *Situação de sem-abrigo* – indivíduo que vive na rua em espaço público.
- ❖ *Situação de sem-casa* – indivíduo que vive em alojamentos temporárias.
- ❖ *Situação de habitação precária/insegura* – indivíduo que vive desprotegido, como despejo, incapacidade de arrendamento e casos de violência doméstica.
- ❖ *Situação de habitação inadequada* - pessoa que vive em casas impróprias com estruturas degradadas.

Segundo Bento & Barreto (2002), a o situação de sem-abrigo é o resultado de uma vida sem suporte e afetos, que se reflete em uma estrutura frágil que complica com as experiências resultantes. Isso significa que, antes de uma pessoa se tornar em situação de sem-abrigo, as condições necessárias para evitar essa situação, já não estão presentes.

Segundo o ISS (2005), existem circunstâncias que poderão efetivamente conduzir os indivíduos a uma situação de sem-abrigo com uma estadia mais prolongada na rua ou num centro de acolhimento. Na verdade há variadíssimas situações de vulnerabilidade que se traduzem nas várias sub-categorias:

- Pessoas incapacitadas de manter uma casa com ou sem apoio de serviços sociais;
- Indivíduos que apoderam-se de edificações abandonadas ou barracas;

- Indivíduos com problemas do foro psiquiátrico e de dependências (alcoolismo e droga) que pernoitam na rua;
- Pessoas que têm alojamento, embora pontualmente dormem na rua ou num centro de acolhimento, derivado a problemas familiares, assim como violência doméstica.

2.2 A diferença entre sem-abrigo sem casa e sem-abrigo sem teto

De acordo com ENIPSSA (2018), há duas vertentes de pessoa em condição de pessoas em situação de sem-abrigo: Sem- abrigo sem casa e sem-abrigo sem teto.

Sem teto, é a maneira mais visível da problemática, porque diz respeito aos indivíduos que dormem na rua ou tem um abrigo temporariamente, a mesma está subdividida em três categorias:

Espaço público- locais de utilização pública, tais como jardins, estações de metro/ comboios, paragens de autocarro, estacionamento, passeios, viadutos e pontes .

Abrigo de emergência- qualquer instituição que acolha de imediato e gratuitamente e por períodos de curta duração, indivíduos que não tenham um local para pernoitar.

Local precário – local que, cuja as condições são bastante precárias para pernoitar, como carros abandonados, vãos de escada, entradas de prédios e edifícios abandonados.

Ainda há categoria habitação inadequada, cujo alojamento é indigno para habitação por estar superlotado ou por o alojamento ser um carro ou um barco.

Sem casa, encontrando-se em alojamentos temporários ou em casa de familiares e amigos.

Alojamentos temporários - instituições que visam acolher indivíduos adultos que não tenham um sítio para dormir, tendo como objetivo principal promover a inserção deles na sociedade e encaminhamento de uma resposta mais adequada para vários tipos de situações. Mas, apesar de estarem em alojamentos temporários são considerados sem-abrigo.

Nestes alojamentos de curta duração não se incluem respostas específicas para certas problemáticas, tais como:

- Pessoas Vítimas de Violência Doméstica (Casa Abrigo);
- Família e Comunidade em Geral (Centro de Apoio à Vida e Comunidade de Inserção);
- Pessoas com comportamentos aditivos e dependências (Comunidades Terapêuticas, Apartamentos de Reinserção Social, Centros de Abrigo e Centros de Acolhimento, Unidades de Tratamento da Toxicodependência);
- Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA (Residência para Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA);

- Infância e juventude (Casas de Acolhimento, Apartamento de Autonomização e Lar de Apoio);
- Pessoas Idosas (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Centro de Noite)

2.3 Perfil da pessoa em situação de sem-abrigo português

O problema das pessoas em condição de sem -abrigo é efetivamente uma das realidades das grandes zonas metropolitanas, Lisboa e Porto. Atualmente, estima-se que exista cerca 2,5 milhões de pessoas em condição de sem-abrigo na União Europeia. De acordo, com um estudo feito pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em Lisboa havia 1366 indivíduos em situação de sem-abrigo, estes dados são referentes ao ano 2000 (Marques & Lúcio, 2018).

De acordo com Bento & Barreto (2002), num trabalho elaborado pela Equipa de Rua da Santa Casa da Misericórdia a partir de entrevistas, constatou-se que o perfil das pessoas sem situação de sem-abrigo da cidade de Lisboa são maioritariamente do sexo masculino, nacionalidade portuguesa, idade entre os 35 e os 60 anos, com escolaridade mínima, solteiro sem filhos, sem contactos com a família. O indivíduo pernoita no centro da cidade de Lisboa, recorre aos serviços da Santa Casa da Misericórdia, tem um passado institucional e por último tem doenças do fórum mental, dependências (alcoolismo e toxicodependência) ou psicoses. ■

Segundo o ENIPSSA (2020), num inquérito que fez em 2020, constataram que as pessoas em situação de sem -abrigo são maioritariamente do sexo masculino, quase metade dos indivíduos, 47% tem entre os 45 e os 65 anos e 9% tem 18 anos, maioria deles São solteiros, 46%, contudo na região do Alentejo, os indivíduos são casados ou em união de facto, além disso foram registados 158 casais a viver em condição de sem - abrigo.

A maioria dos indivíduos são portugueses, estão divididos entre o próprio concelho em que estão sinalizados e outro concelho. Quanto ao nível de escolaridade, mais de um terço das pessoas em situação de sem teto é desconhecida. Nas restantes, verifica-se que 42% tem qualificações ao nível do 1º ciclo do ensino básico e um terço tem o 2º / 3º ciclo do ensino básico. As regiões do Alentejo e Centro têm uma maior proporção de indivíduos com qualificações baixas, pois não vai além do 1º ciclo do ensino básico. A duração da situação de sem teto entre 1 e 5 anos, representa 30% dos indivíduos sinalizados e menos de 1 ano 27%. Esta proporção sobe para mais de um terço no Alentejo e na AML. No que respeita aos rendimentos, mais de metade destas pessoas têm como principal fonte de rendimento o Rendimento Social de Inserção (RSI).

Na análise dos indivíduos em condição de sem-abrigo de sem casa, a maioria eram do sexo masculino, não havendo diferenças significativas por região. Relativamente à idade, a maior percentagem de pessoas 39%, encontra-se entre os 45 e os 64 anos, os indivíduos jovens têm entre 18 e 30 anos e um quarto entre 31 e 44 anos. Relativamente ao estado civil, dois terços das pessoas, são solteiras. Entre os indivíduos em situação de sem casa prevalecem a nacionalidade portuguesa. O nível de escolaridade mais frequente entre os indivíduos em situação sem casa é o 2º / 3º ciclo do ensino básico. A análise regional, destaca o Alentejo, onde o nível de escolaridade mais frequente corresponde ao 1º ciclo do ensino básico. A situação de sem casa, dura há menos de 1 ano para 46% das situações reportadas a nível de Portugal continental.

Nas regiões, Alentejo, AML e Centro a percentagem é superior 72%, 55% e 50%, respetivamente, por seu lado a região do Norte regista a maior proporção de indivíduos, cuja condição de sem casa, dura há mais de 5 anos 30 % e metade destes há mais de 10 anos. Quanto às fontes de rendimento, verifica-se que RSI constitui a principal fonte de rendimento para um terço destes indivíduos. Mas, no Alentejo e na AML, os indivíduos têm como principal fonte de rendimento o salário.

De acordo com Martins (2007), do universo das 1471 dos indivíduos que recorreram à AMI no ano 2006 que estavam em condição de sem-abrigo, a maioria tinham idades compreendidas entre os 40-49 (30 %) e os 30-39 (29%), seguindo-se as idades nas faixas etárias dos 50 aos 59 anos e dos 21 aos 29. Conclui-se que 89% das pessoas em situação de sem-abrigo estão em idade ativa. Quanto ao estado civil, temos um grupo de indivíduos isolado 76 % que vivem sós, solteiro(a)s 58% , divorciado(a)s (16%) que são viúvo(a)s e 12% os casado(a)s.

Podemos concluir que a maioria das pessoas em situação de sem-abrigo são solteiros. Quanto à nacionalidade, a maioria tem naturalidade portuguesa (67%), seguindo-se os naturais dos PALOP (15%) e com uma percentagem do Países de Leste (7%). Relativamente à escolaridade, 57 % da população sem-abrigo tem escolaridade baixa, apenas 6% tem o ensino médio ou superior. Em termos dos locais de pernoita, 32 % dos indivíduos dormem na rua, escadas / átrio, prédios /carros abandonados e 22% dorme em albergues. Quanto ao item dos recursos económicos, o rendimento mais frequente é a mendicidade 27%, seguindo-se os subsídios 22%, o RSI 10% dos indivíduos sem-abrigo recebem.

Segundo Martins (2006 cit in FEANTSA 1997, Bento & Bento, 1999), maioritariamente dos sem-abrigo são homens (70-80%). Além disso, os homens em situação de sem-abrigo são mais jovens do que as mulheres, com as faixas etárias entre os 48 anos e os

54 anos. A percentagem dos indivíduos em situação de sem-abrigo com alguma formação profissional, não excedia os 25 anos.

Com o estudo pela FEANTSA em 1997, percentagem de 82 % dos inquiridos sofriam de doença mental, alcoolismo e toxicodependência. Constatou-se assim, que o homem em situação de sem-abrigo é jovem, solteiro, sem filhos, de baixa escolaridade e com um estado de saúde débil.

As mulheres em situação de sem-abrigo representam 20%, sendo uma minoria face aos homens, concentram-se em torno de dois perfis e motivos diferentes. As mulheres jovens, foram vítimas de maus tratos e de problemas familiares. As mulheres mais idosas, sobretudo viúvas, após o falecimento do seu marido de quem dependiam, em termos afetivos e económicos, entram num processo de isolamento que as deixam bastante vulneráveis (Martins, 2006).

De acordo Marques & Lúcio (2018), a maioria da população em situação de sem-abrigo é do sexo masculino 90% e a feminina representa 10 %, mais de metade dos sem-abrigo tem entre 30 e 49 anos, maioritariamente dos indivíduos em situação de sem-abrigo são solteiros, com percentagem 64%. Em relação à nacionalidade, a grande maioria é de nacionalidade portuguesa 75%, embora há alguns indivíduos dos países dos PALOP e dos Países do Leste também estão nessa condição. Maioritariamente das pessoas em situação de sem-abrigo encontravam-se desempregadas.

Em 2004, a Câmara Municipal de Lisboa, elaborou um estudo que tinha como objetivo de análise da população de Rua da Cidade de Lisboa. Este estudo abrangeu todas as freguesias da cidade de Lisboa, tendo sido observados 931 pessoas, dos quais 432 dormiam efetivamente na rua. As pessoas em situação de sem-abrigo, em estudo tinham idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos, a maioria do sexo masculino e de nacionalidade portuguesa. A maioria dos indivíduos contactados, verificou-se que um grande número de indivíduos tinha problemas com drogas (Marques & Lúcio, 2018).

De acordo Nunes (2020), os indivíduos estrangeiros em condição de sem-abrigo são oriundos de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de Países Orientais, cuja reinserção é condicionada pela complexidade legal, complexa de solucionar. Os emigrantes jovens entram em condição de sem-abrigo nos seis meses seguintes à entrada no país, e os mais velhos entram em situação de sem-abrigo, após cinco anos a residir no país.

Com base na autora Freitas (2021) os indivíduos que se encontravam em condição sem teto na Região Autónoma da Madeira são do género masculino (93%), idades compreendidas entre os 36 e 45 anos e entre os 46 e 55 anos, com baixa escolaridade, sobretudo solteiros e

divorciados de nacionalidade portuguesa e naturais de freguesias do concelho de Câmara de Lobos e do Funchal. Estes indivíduos moram em quarto, casa ou apartamento de familiares ou amigos, tem dependência socio-económica de terceiros. Mais de metade dos indivíduos não tem cartão de cidadão. Estes indivíduos estão desempregados ou com incapacidade para trabalhar, todavia tem algumas fontes rendimento, como rendimento social de inserção, que podem variar entre os 101 e 200 euros e esmolas. Ainda existe uma pequena percentagem que recebem pensões de velhice ou de invalidez. A maioria dos indivíduos tem problemas de saúde, sobretudo com dependências e comportamentos aditivos.

3.1 O impacto da COVID 19 na vida dos sem-abrigo

As pessoas em situação de sem-abrigo, normalmente não encaram os cuidados de saúde como uma prioridade na vida deles, por isso só recorrem aos serviços de urgência hospitalar quando precisam. Assim, é crucial a intervenção dos profissionais que no terreno avaliam o estado de saúde e identificam os problemas de cada indivíduo, transmitindo-lhes informações sobre os cuidados de saúde e de higiene.

Nos Cadernos da Pandemia (2021) é referido que “o que reclama uma atenção redobrada ao problema do acesso a cuidados de saúde (...) a doenças físicas, mas também a patologias do foro mental e ao tratamento de dependências” (Os sem-abrigo - Cadernos da Pandemia, 2021, Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto, 2021, p.36).

Segundo Campos (2010), as pessoas em situação de sem-abrigo recorrem pouco aos serviços de saúde, existindo elevadas taxas de mobilidade e mortalidade. Uma das principais razões das pessoas em condição de sem-abrigo não irem ao hospital é por sofrerem de preconceito, pois quando recorrem ao serviço de saúde são mal atendidas, são ignoradas, tratadas rudemente e apressadamente pelos profissionais de saúde. A percentagem de mortalidade de uma pessoa em situação de sem-abrigo adulta é quatro vezes superior à população em geral e a sua média de vida situa-se abaixo dos 45 anos de idade. Campos (2010) ainda refere que os principais problemas de saúde que as pessoas em situação de sem-abrigo têm são problemas respiratórios, doenças de pele, trauma e doenças infecciosas. Porém, esses problemas de saúde são mais visíveis nos homens do que nas mulheres.

De acordo com Os sem-abrigo Cadernos da Pandemia 2021, a Organização Mundial de Saúde (OMS) proclamou, dia 11 de março de 2020, a emergência de saúde pública ocasionada pela doença COVID 19 como uma pandemia ao nível mundial, sendo uma epidemia pública. Dessa forma, foi anunciado o estado de emergência em Portugal, através

do Decreto do Presidente da República nº 14-A/2020, 18 de Março, pela primeira vez na história da democracia portuguesa. O governo português, determinou a aplicação de um conjunto de normas importantes e de carácter urgente a nível restritivas de circulação, de modo a prevenir a transmissão do vírus. Entre estas normas delineadas foi o confinamento obrigatório e restrição das deslocações autorizadas ao abrigo do dever geral de recolhimento domiciliário.

Em detrimento das medidas impostas pelo governo para evitar a transmissão do vírus, gerou um conjunto de desafios e deu origem a um obstáculo multifacetado de resolução difícil referente às pessoas em situação de sem-abrigo.

Na verdade é que, os sem-abrigo vivem numa situação de enorme vulnerabilidade e tem um maior risco de contaminação de doenças transmissíveis, derivado à falta de cesso a serviços de higiene e locais de isolamento (Os sem-abrigo – Cadernos da Pandemia, 2021).

De acordo com Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto (2021); Coutinho (2021), no momento mais crítico da pandemia ,ocorrido no país tiveram que se encontrar respostas para ajudar as pessoas em situação de sem-abrigo, o ENIPSSA divulgou no dia 19 de março de 2020, as seguintes medidas extraordinárias:

Orientações a todos os NPISA para definição de um plano de contingência, assegurar a continuidade de todo o tipo de cuidados e de serviços; Preparar espaços de acolhimento ou quarentena em vários locais do país.

Na cidade do Porto, na Santa Casa da Misericórdia do Porto ,foram reservadas 10 camas para as pessoas em situação de sem-abrigo. Em Lisboa foram criados quatro espaços específicos de acolhimento para população sem-abrigo: Pavilhão desportivo do Casal Vistosos, com capacidade para 40 camas, a funcionar entre as 18 horas e as 9h , ” este centro destacou-se dos restantes já existentes na cidade por acolher as pessoas sem necessidade de pré-registo“

(Coutinho, 2021 p23); Pousada da Juventude; Casa do Lago (espaço cedido pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, alberga apenas mulheres, com capacidade para acolher 20 pessoas) e a Casa dos Direitos Sociais; Em Almada, a Câmara Municipal criou um espaço com camas reservadas; Em Cascais, a Câmara Municipal elaborou dois espaços para acolher os indivíduos.

Em articulação permanente com a DGS e com os coordenadores da rede dos NPISA para reconhecimento de situações e problemas a responder: Até fevereiro de 2021, os serviços de distribuição alimentar e higiene mantiveram-se ao encargo das equipas de rua, restaurantes sociais e associações que já o faziam, tendo incrementado o número de refeições à medida que os meses vão passando. No que diz respeito à cidade do Porto, com apoio de restaurantes

solidários, desde o dia 19 de março de 2020, foram disponibilizadas ,cerca de 300 refeições diárias em formato takeaway, a partir do antigo Hospital Joaquim Urbano; As equipas de rua e dos serviços de atendimento e de acolhimento apresentaram as orientações da DGS junto das pessoas em condição de sem-abrigo; Elaboração de um guião de recursos com medidas extraordinárias para as pessoas em condição de sem abrigo, de norte a sul do país, onde constam respostas do Porto e Leiria, medidas como balneários, a distribuição de refeições e acolhimento.

Na mesma linha de pensamento, as pessoas em condição de sem-abrigo ficaram desprotegidas face ao vírus covid 19, não apenas pela falta de habitação, como também como pela sua acentuada a fatores de contaminação comunitária. Assim, para proteger estes indivíduos elencaram-se algumas respostas por várias entidades do Estado de Emergência e dos NPISAS de várias zonas do país. Na região norte do país, NPISA de Braga ,criou um centro de acolhimento temporário ,que albergou 31 pessoas em condição de sem-abrigo.

No Algarve, mais concretamente em Faro, a resposta de alojamento não passou pela implementação de medidas específicas para as pessoas em situação de sem-abrigo.

A Câmara Municipal, em articulação com várias entidades, elaboraram algumas zonas de apoio à população. O NPISA da cidade de Tavira desenvolveu uma resposta múltipla para as pessoas em situação de sem-abrigo, esta autarquia facultou provisoriamente contentores que serviriam como quartos, servidos por um balneário comum. Foram também, assegurado o fornecimento de refeições ofertadas pela delegação da Cruz Vermelha aos indivíduos (Os sem-abrigo Cadernos da Pandemia, 2021).

Os sem- abrigo Cadernos da Pandemia (2021), as associações que ajudam os sem-abrigo uniram todos esforços para que não falta-se nada para estes indivíduos em momento de pandemia.

“A atividade das instituições ao acompanhamento das pessoas em situação de sem-abrigo foi ajustada à nova realidade e às medidas preventivas e protetoras que se impunham , mesmo antes de ser decretado o Estado de Emergência” (Os sem-abrigo, Cadernos da Pandemia, 2021, p.29).

Segundo Os sem-abrigo, Cadernos da Pandemia(2021); Serviço de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (2020), questão que assume uma enorme relevância no quadro da prestação de cuidados de saúde à população sem-abrigo assenta no tratamento de dependências de álcool ou de drogas. Estes cuidados são assegurados por uma rede de instituições e equipas multidisciplinares, que prestam apoio específico para o tratamento dependências. Esses cuidados são realizados em unidades específicas, em Centros

de Respostas Integradas, Unidades de desabituação, Unidades de alcoologia, comunidades terapêuticas e Centros de Respostas Integradas.

De acordo Programa Nacional para a Saúde Mental (2019), em Portugal o direito à saúde mental é um direito social que está consagrado na Constituição da República Portuguesa abrangendo todos os cidadãos nacionais e estrangeiros. Todos os grupos vulneráveis onde estão inseridos os indivíduos em situação de sem-abrigo representam uma prioridade para a saúde mental, pois o tipo de vida deles desencadeia problemas graves do fórum mental, nomeadamente esquizofrenia. Neste âmbito, foi elaborado em 2009, um programa Nacional para a Saúde Mental da Direção -Geral da Saúde em colaboração com a 1ª Estratégia Nacional (2009-2015), tem participado através de um projeto -piloto para tratamento de pessoas em situação de sem-abrigo com doença mental. O referido projeto-piloto foi desenvolvido em 20210 em parceria com o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, dada a importância frequência de indivíduos em situação de sem-abrigo nesta cidade.

O estudo realizado por Bento & Barreto (2002), na cidade de Lisboa, numa amostra de 511 pessoas em situação de sem-abrigo, sobre a prevalência de perturbações psiquiátricas, constatou-se que, 32% dos indivíduos apresentava o diagnóstico de alcoolismo, 17% de dependência de outros tóxicos e de 10%, de esquizofrenia e perturbações da personalidade.

4.1 Um olhar sobre a segunda fase da estratégia nacional de 2017 até 2023

Segundo ENPISSA (2019), a segunda fase da estratégia nacional de 2017 até 2023, assenta em três principais áreas, configuradas em 3 eixos de intervenção, que se operacionalizam através de alguns objetivos estratégicos.

Eixo 1- Promoção do conhecimento do fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo, informação, sensibilização e educação

Visa na promoção do entendimento do fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo, através da informação, da sensibilização e da educação.

Com base no Plano de Ação ENIPSSA (2019), o Eixo 1 tem cinco objetivos estratégicos:

1º Promover a utilização de um conceito único de “pessoa em situação de sem-abrigo”, a nível nacional.

Com base ENIPSSA (2019) é significativo haver do ponto de vista operacional , um conceito simples. Esse conceito foi aprovado pelo ENIPSA em 2009-2015, com objetivo que o conceito seja aplicado por todas as entidades públicas e privadas. Neste sentido pretende-se

a divulgação do conceito de pessoa em situação de sem-abrigo por parte GIMAE (Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia), bem como todas entidades nelas representadas, que garanta o seu uso a nível nacional.

“Durante o ano de 2019 foram várias as entidades do Grupo para a Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia (GIMAE) que contribuíram para a concretização do objetivo estratégico promover a utilização de um conceito único de "pessoa em situação de sem-abrigo, a nível nacional” (ENIPSSA, 2019 , p. 14).

2º Garantir a monitorização do fenómeno.

Neste objetivo estratégico prevê-se um levantamento e análise comparada dos sistemas locais de informação, de maneira a se identificarem e consensualizarem indicadores importantes que possibilitam a recolha e análise do conteúdo para a monitorização do fenómeno.

3º Assegurar que os Diagnósticos e os Planos de Desenvolvimento Social (PDS) dos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), incluam indicadores relativos ao fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo.

Este objetivo estratégico requer a sensibilização dos CLAS, para o uso dos indicadores de risco, nos diagnósticos da rede social, de dados relativos à dimensão e caracterização do fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo, e à revisão de indicadores de risco face à condição de sem-abrigo.

“O diagnóstico do risco permitirá o desenvolvimento de ações atempadas de carácter preventivo. Este objetivo corresponde, assim, portanto, à inscrição, em PDS e respetivos planos de ação, das atividades previstas e adequadas, em resposta ao diagnóstico efetuado” (Plano de Ação , 2017-2023, p.17).

4º Garantir a atualização permanente do conhecimento tendo em vista prevenir e combater a discriminação.

Este objetivo visa combater a discriminação e promover a abolição de preconceitos e estereótipos. Além disso promover o tema pessoas em situação de sem-abrigo “ nas escolas, através da produção de projetos de investigação e trabalhos escolares.

5º Garantir a acessibilidade e disponibilização de informação permanentemente atualizada sobre o tema e os recursos existentes.

Promover o acesso de todos cidadãos a um conteúdo relacionado com a temática.

“70% dos concelhos referem conhecer a ENIPSSA e 81% das organizações que integram os NPISA/CLAS utilizam o conceito adotado na E estratégia. Porém,

apenas 12% utiliza um software destinado à recolha de informação específica sobre pessoas em situação de sem abrigo, no âmbito do sistema local” (Relatório de Avaliação Intercalar 2019, 2020, p. 24).

Eixo 2- Reforço de uma intervenção promotora da integração das pessoas em situação de sem-abrigo.

Com base ENIPSSA (2018), o eixo 2 operacionalizam-se em 7 objetivos estratégicos, sendo que o último se subdivide em 5 áreas importantes para a intervenção junto das pessoas em situação de sem-abrigo:

1. Promover a qualidade técnica da intervenção;
 2. Garantir eficácia e eficiência na intervenção;
 3. Garantir a qualidade das respostas e dos serviços prestados;
 4. Assegurar que ninguém é desinstitucionalizado sem que tenham sido ativadas as medidas e apoios para garantir um lugar adequado para viver, sempre que se justifique;
 5. Assegurar que ninguém tenha de permanecer na rua por mais de 24 horas;
 6. Assegurar o apoio técnico à saída de um Alojamento Temporário durante o tempo necessário;
 7. Assegurar a existência de condições que garantam a promoção de autonomia através da mobilização e contratualização de todos os recursos disponíveis de acordo com o diagnóstico e necessidades.
- A) Fomentar o aumento de soluções de alojamento para as pessoas em situação de sem-abrigo;
- B) Disponibilizar soluções de capacitação, educação, formação profissional e inserção profissional;
- C) Assegurar o acesso a medidas de proteção social;
- D) Assegurar o acesso aos cuidados de saúde;
- E) Assegurar o acesso a medidas de apoio à migração.

De acordo com o Plano de Ação ENIPSSA (2019), o Eixo 3 visa colmatar a complexidade relacionada à coordenação, monitorização e avaliação da Estratégia Nacional. O Eixo 3 operacionaliza-se em 3 objetivos específicos:

Objetivo Estratégico 1- Garantir a participação de todas as entidades relevantes para esta temática;

Objetivo Estratégico 2- Garantir o funcionamento articulado dos órgãos e estruturas ENIPSA;

Objetivo Estratégico 3 - Assegurar a monitorização e avaliação da ENIPSA.

De acordo com ENIPSSA (2019), na sequência do primeiro inquérito permitiu obter um primeiro levantamento sobre o número de indivíduos em condição de sem-abrigo em Portugal Continental (a 31 de Dezembro de 2017), o uso do Conceito de Pessoa em Situação de Sem-Abrigo e os sistemas locais de informação existentes, foi pedido aos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), o preenchimento de um questionário de caracterização dos indivíduos em condição de sem-abrigo. Este questionário foi dirigido a todos os CLAS, que tenham ou não implementado NPISA. Com base na informação levantada pelos locais foi possível conhecer, a nível nacional, o perfil dos indivíduos em condição de sem-abrigo. Na verdade é que, este conhecimento é fundamental, quer suster as respostas efetivadas a nível nacional e local , quer para garantir um melhor planeamento. Neste contexto, foram iniciados os trabalhos para implementação de uma plataforma *online*, de modo a implementar um sistema de informação nacional a ser usado pelas equipas que intervêm com esta população.

CAPÍTULO II- ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

No capítulo II, vão ser apresentados o objeto e os objetivos de investigação, a metodologia utilizada, o tipo de estudo, os instrumentos usados para recolha de dados, os procedimentos e caracterização dos dezasseis entrevistados.

2. Justificação do tema

Tendo em conta que o fenómeno aqui analisado se apresenta segundo um carácter multidimensional e complexo, que pode afetar não só os indivíduos considerados mais vulneráveis, como também aqueles que se encontram numa situação social e económica estável considerou-se relevante fazer um estudo teórico pratico acerca do mesmo. Neste sentido, importa também referir que as associações sobre as quais recaíu, maioritariamente a investigação, é constituída por pessoas com experiência de ser sem-abrigo, ou de certa forma passaram por situações em que tiveram que lidar com tal flagelo da sociedade, não existindo conhecimento acerca de nenhuma outra com semelhanças no que diz respeito a esse aspeto. Os estudos enunciados demonstraram, na sua maioria alguma semelhança/regularidade no que a isto diz respeito, sendo que tanto fatores individuais, como fatores estruturais estão presentes, quer nas trajetórias descendentes relativamente à integração social, quer nas trajetórias ascendentes à medida que se inserem

2.1.Objeto e objetivos de investigação

O objeto do estudo desta investigação, visa saber a percepção de vários profissionais acerca da Estratégia Nacional, para as pessoas em situação de sem-abrigo. O objetivo geral da investigação pretende saber o papel da Estratégia Nacional para as pessoas em situação sem-abrigo e se este tem sido eficiente e eficaz em responder às necessidades delas bem como atenuar este flagelo que assola o país, cada vez mais presente na população.

O estudo tem objetivos específicos:

- Explorar as trajetórias de vida de pessoas em situação de sem-abrigo, assim como as suas perspetivas para o futuro. Tendo em conta este objetivo foram formuladas as seguintes questões de investigação: a. Quais as razões que levaram estas pessoas a ficar numa situação de sem-abrigo? b. Que papel tem tido as instituições na sua trajetória de vida?

- Compreender se a Estratégia Nacional foi fundamental para um melhor entendimento da problemática;
- Identificar o que é necessário ajustar na Estratégia Nacional 2017 a 2023;
- Reconhecer se a Estratégia Nacional vai cumprir com todos os objetivos que se propuseram até ao ano de 2023.
- Quais as estratégias utilizadas, quer pelas instituições públicas para solucionarem os problemas dos sem-abrigo crónicos e que vivem há mais tempo na rua, e compreender, junto das pessoas sem-abrigo, “residentes” nos Centros de Abrigo, qual o tipo de apoio que necessitam para “saírem” desta situação.

2.2. Metodologia: Tipo de estudo

Para alcançar o objetivo de estudo adotou-se uma abordagem qualitativa na medida em que procuramos aceder às percepções dos profissionais sobre a eficiência e eficácia da Estratégia Nacional para as pessoas em situação de sem-abrigo .

Os investigadores que usam os métodos qualitativos procuram explicar o porquê das coisas, manifestando o que importa ser feito, porém não quantificam os dados, a pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados (Gerhardt & Silveira, 2009),

“As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenómeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenómeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências” (Gerhardt & Silveira, 2009, p. 32).

2.3. Instrumento de recolha de dados

O instrumento de recolha de dados que a mestranda decidiu utilizar foi uma entrevista semiestruturada. Com entrevista semiestruturada não há tanta rigidez, há mais liberdade de expressão, eu posso fazer alguma questão que eu ache pertinente para o estudo no decorrer da entrevista e os entrevistados podem acrescentar algo que não foi dito anteriormente.

O guião da entrevista tem questões abertas e fechadas, as questões estão bem elaboradas, são sucintas e diretas, as questões são sobre pessoas em situação de sem-abrigo e da Estratégia Nacional na integração de pessoas em situação de sem-abrigo.

O guião está estruturado em duas partes, a primeira parte é para ficar a conhecer melhor o entrevistado, ou seja, foram feitas algumas questões do fórum pessoal, a experiência académica, experiência profissional, como se interessou pela população em situação de sem-abrigo, os desafios em intervir junto dessa população, perfazem 7 questões na primeira parte. Há duas questões na 1ª parte do guião que é sobre a perceção dos entrevistados acerca dos desafios em intervir junto das pessoas em situação de sem-abrigo e os motivos das pessoas continuarem a viver na rua. Contudo, houve 3 entrevistados, 2 técnicos da EAPN e o coordenador da NPISA de Lisboa, que se colocou menos questões na primeira parte, porque eles não tem contacto direto com a população em situação de sem-abrigo.

A segunda parte é apenas questões sobre a Estratégia Nacional para as pessoas em situação de sem-abrigo, que perfazem 11 questões, articulando as duas partes do guião, perfazem 18 questões.

A entrevista tem o objetivo de obter informações, perceções, expectativas relacionadas com a temática das pessoas em condição de sem-abrigo e da Estratégia Nacional na integração das pessoas em situação de sem-abrigo.

A entrevista é uma técnica onde o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe elabora questões, visando aquisição dados relevantes para investigação. Por outras palavras, a entrevista é uma maneira de interação social, é uma forma de diálogo assimétrico que uma das partes pretende recolher dados e outra se apresenta como fonte de informação.

A entrevista é uma técnica de recolha de dados mais usado no âmbito das ciências sociais e é muito adequada para obtenção de informações sobre o que as pessoas percebem, sabem, sentem ou desejam (Gil, 2008).

A mestranda preferiu uma entrevista semiestruturada, porque com este método de recolha de dados permite ter mais abertura com os entrevistados, visto que permite que no decorrer da entrevista surjam questões pertinentes para investigação e questionar os entrevistados sobre as mesmas.

“Na entrevista semi-estruturada, o investigador segue, de forma aleatória, um conjunto de questões provenientes de um quadro teórico combinando perguntas abertas e fechadas, de forma a aprofundar a evolução da população em estudo. Assim, o que distingue a entrevista não estruturada da semiestruturada é a utilização constante do quadro teórico que é utilizado para a construção do guião de entrevista” (Reis, 2018, p.94).

2.4. Procedimentos

A investigação desenhada para este trabalho de investigação foi eminentemente qualitativa. Pretendemos recolher perceções de vários profissionais de diferentes áreas sobre a problemática das pessoas em situação de sem-abrigo e da Estratégia Nacional para as pessoas em situação de sem-abrigo.

A maior parte das entrevistas foram realizadas por via online, na plataforma zoom, assim foi mais acessível para mim e para o entrevistado, porque havia profissionais que estavam em teletrabalho e podiam dar a entrevista no conforto das suas casas, além disso evitou que a mestranda deslocasse para vários sítios, visto que a recolha de dados foi realizada em diferentes locais.

Porém, houve 2 entrevistas que foram presenciais, a entrevista ao Diretor da Associação CASA, a mestranda fez questão de se deslocar, para conhecer o espaço e falar diretamente com o diretor. A outra entrevista presencial, foi à Técnica superior da Câmara Municipal da Amadora.

As entrevistas tiveram duração entre 45 min. e 1 hora, porém houve entrevistas que prolongaram-se mais do que 1 hora, por exemplo a entrevista à Diretora da Ação Social da AMI, que durou uma hora e quarenta minutos, ao diretor do centro de acolhimento de Xabregas do Exercito da Salvação, que durou uma hora e trinta minutos. Houve uma entrevista que teve apenas a duração de 30 minutos, a entrevistada tinha muito conhecimento sobre a problemática, porém sabia pouco sobre a Estratégia Nacional e houve algumas questões, que ela não soube responder e daí ser mais curta do que as outras.

As entrevistas começaram a ser feitas em Março do ano 2021 e terminaram em Novembro do ano 2022. As entrevistas foram feitas no horário da manhã e da tarde, houve entrevistados que preferiam mais de manhã, outros à tarde conjugando também com disponibilidade da mestranda.

Foi feita uma pequena apresentação inicial aos profissionais, sendo apresentadas garantias de anonimato e confidencialidade de tudo o que era dito e é explicitado o direito de não responderem a uma ou duas questão que sejam mais difíceis de responder ou que sejam comprometedoras para a sua profissão.

Uns dias antes da entrevista, a mestranda enviou aos entrevistados um e-mail anexado o guião da entrevista, de modo os profissionais a estarem mais preparados a responder às questões feitas pela mestranda, sobretudo sobre a Estratégia Nacional, que são aquelas que requerem mais memorização e pensamento crítico .

A mestranda teve várias dificuldades em encontrar pessoas para entrevistar, houve pessoas que não responderam ao pedido enviado por correio eletrónico, outras responderam, mas não tiveram disponibilidade para dar a entrevista, por exemplo o gestor da Estratégia Nacional para as pessoas em situação sem-abrigo. A falta da participação do gestor da Estratégia Nacional dificultou a investigação da mestranda. Pois, houve questões levantadas pelos entrevistados que ficaram por responder.

Outras dificuldades, que a mestranda encontrou foi relativamente a não ter uma resposta concreta na questão 4, por parte de alguns entrevistados, isso prende-se por algumas pessoas não terem estado a trabalhar no período da primeira fase da Estratégia Nacional para pessoas em situação de sem-abrigo.

2.5. Participantes

O público alvo do estudo foram profissionais de diferentes áreas profissionais, no entanto havia a condição que os indivíduos tivessem muito conhecimento sobre a população sem-abrigo ou da Estratégia Nacional para as pessoas em situação sem-abrigo, não era necessário que eles trabalhassem diretamente com esta população, foi assim recolhida uma amostra de 16 participantes.

Foram entrevistados 16 profissionais de áreas distintas: Técnicos de intervenção da associação Comunidade Vida e Paz; funcionária da AMI; Exército de Salvação na valência de Xabregas; CASA; CÁRITAS; técnica superior da Câmara Municipal da Amadora; técnica superior NPISA da Câmara Municipal de Almada; Técnica do núcleo distrital de Setúbal da EAPN, Portugal; técnico do núcleo distrital de Lisboa da EAPN Portugal; Técnicas da CRESCER e da GIRA e profissional da NPISA Lisboa .

2.6. Caracterização sócio- demográfica da população inquirida

Quadro 1 - Quadro sociodemográfico

Entrevistados	Sexo	Idade	Habilitações literárias	Profissão
1º Entrevistado	feminino	49 anos	licenciatura em serviço social e mestrado em mulheres sem-abrigo	AMI
2º Entrevistado	masculino	54 anos	licenciatura em teologia e psicologia	Gestor Comunidade Vida e Paz
3º Entrevistado	feminino	23 anos	licenciatura em serviço social	Técnico Comunidade Vida e Paz
4º Entrevistado	feminino	31 anos	licenciatura em serviço social	Técnico Comunidade Vida e Paz
5º Entrevistado	feminino	27 anos	licenciatura em serviço social	Técnico Comunidade Vida e paz
6º Entrevistado	feminino	41 anos	licenciatura em serviço social	Técnica Comunidade Vida e Paz
7º Entrevistado	masculino	47 anos	licenciatura em engenharia do ambiente	Associação CASA
8º Entrevistado	masculino	56 anos	licenciatura em economia e mestrado em economia social	Centro de acolhimento de Xabregas do Exército de Salvação
9º Entrevistado	feminino	43 anos	licenciatura em serviço social	Técnico Câmara Municipal da Amadora
10º Entrevistado	feminino	47 anos	licenciatura em serviço social	Coordenadora na Câmara Municipal de Almada
11º Entrevistado	feminino	59 anos	licenciatura em política social	CÁRITAS
12º Entrevistado	feminino	47 anos	licenciatura em sociologia	Técnico do núcleo distrital de Setúbal da EAPN Portugal
13º Entrevistado	masculino	32 anos	licenciatura em antropologia	Técnico do Núcleo distrital de Lisboa da EAPN Portugal
14º Entrevistado	feminino	38 anos	licenciatura em psicologia	Projeto Housing First e gestora de caso da Crescer

15º Entrevistado	feminino	41 anos	licenciatura em psicologia	Gestora de caso e acompanha o modelo Housing First e Apartamentos partilhados da Gira em Almada
16º Entrevistado	masculino	48 anos	licenciatura em Urbanismo	NPISA de Lisboa

Com base no quadro sociodemográfico de cima, podemos constatar que 11 dos indivíduos inquiridos são do sexo feminino e 5 são do sexo masculino. Os indivíduos têm idades compreendidas entre os 23 e os 59 anos. Quanto à formação é diversificada sendo 6 de serviço social, 3 de psicologia, 1 de teologia, 1 de engenharia ambiental, 1 de economia, 1 de política social, 1 de sociologia, 1 de antropologia, 1 de Urbanismo. Quanto às funções exercidas são bastante diversificadas, além disso há indivíduos que têm múltiplas funções. Sendo assim, 1 diretora da Ação social da AMI, 1 diretor de gestão de equipa da associação Comunidade Vida e Paz, 4 técnicas de intervenção da associação Comunidade Vida e Paz, 1 diretor da associação CASA, 1 diretor do centro de acolhimento de Xabregas da associação Exército de Salvação, 1 técnica de intervenção superior da Câmara Municipal da Amadora, 1 Coordenadora de intervenção da Ação Social da NPISA da Câmara Municipal de Almada, 1 Presidente da Cáritas, 1 técnica da EAPN Setúbal, 1 técnico da EAPN Lisboa, 1 gestora de caso da associação Crescer, 1 gestora de caso da associação Gira, 1 coordenadora do projeto Housing First da Crescer, 1 que acompanha o modelo Housing First e apartamentos partilhados da associação Gira e 1 coordenador NPISA de Lisboa

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Neste capítulo pretendemos apresentar, analisar o conteúdo recolhido nas dezasseis entrevistas e a discussão dos resultados suportada por bibliografia já existente, de modo a poder refletir de acordo com os objetivos definidos.

3.1 Apresentação e análise dos resultados

3.1.1 Interesse pela população em situação de sem-abrigo

Constatou-se que três dos entrevistados tiveram sempre interesse pelas pessoas em situação de sem-abrigo, através do voluntariado ou de uma grande referência na sua vida académica, o caso do 4º entrevistado, que se interessou por esta problemática na faculdade por influência de um professor. Os outros dois indivíduos fizeram voluntariado numa associação e foi a partir daí que tiveram contacto direto com esta população. Constatou-se, também que 3 dos entrevistados tiveram sempre interesse em ajudar pessoas mais vulneráveis, o 2º entrevistado fez voluntariado na faculdade, também esteve na Quénia e noutros países em ações humanitárias, o 8º inquirido sempre interessou-se pelas pessoas mais carenciadas, como jovens e idosos, o 6 inquirido gostou sempre de estar em contacto com os adultos mais vulneráveis, daí o interesse pelas pessoas em situação de sem-abrigo.

Quanto aos dez entrevistados, foi a profissão deles que os levou a interessar-se por esta problemática.

A mestrandia escolheu quatro excertos de quatro entrevistas que fundamenta a sua análise sobre a questão e ambos alegam o interesse pela população em situação de sem-abrigo.

“Isto vem um bocadinho ao encontro de um professor que eu tinha na licenciatura que é o gestor da Estratégia Nacional, pronto ao longo das aulas veio a colocar esse bichinho, por assim dizer por esta população, população em situação de vulnerabilidade, não necessariamente pessoas em situação sem-abrigo, mas em pessoas que necessitam de algum apoio” E3

“Já tinha dado apoio nas equipas de rua já de algum tempo de infância e de adolescência, com grupo de jovens ligado à igreja, depois surgiu essa oportunidade de trabalho e até mesmo inicialmente na comunidade terapêutica centro mais resguardado e que acabou aqui por ter, também este interesse um bocadinho melhor.”E4

“Lá está, não foi bem uma escolha! É a primeira experiência que eu tenho” E5

“Mais diretamente na área das pessoas em situação de sem-abrigo, começo a ter quando assumo funções como assessor no gabinete nos direitos sociais, ou seja, no pelouro que tem a responsabilidade sociais na Câmara Municipal de Lisboa, entre as várias temáticas que esse pelouro tinha, uma delas era área das pessoas em situação sem-abrigo, no qual eu tenho contacto direto” E16

3.1.2 Formação específica sobre a problemática

Constatou-se que, só um entrevistado teve formação específica académica sobre pessoas em situação de sem-abrigo. O 1º entrevistado fez um mestrado sobre mulheres-sem-abrigo. Dois entrevistados tiveram formação disponibilizada pela ENIPSSA, o 4º entrevistado teve formação pela ENIPSSA para gestores de caso. Um entrevistado teve formação sobre as pessoas em situação de sem-abrigo na associação a onde trabalha, o caso do 6º inquirido teve formação na associação Comunidade Vida e Paz a onde trabalha. Sete entrevistados não tiveram qualquer tipo de formação sobre a problemática. Dois dos entrevistados não têm formação específica com pessoas em situação sem-abrigo, mas têm com substâncias psicotrópicas.

A mestranda escolheu quatro excertos sobre a questão a formação específica sobre a problemática.

“Tenho o Mestrado em mulheres sem-abrigo” E1

“Tenho algumas formações a nível interno... Fiz recentemente também a formação da ENIPSSA para gestores de caso” E6

“Não tenho formação específica” E7

“Não! Não tenho formação específica para trabalhar com a população sem-abrigo” E8

3.13. Acompanhamento e sinalização das pessoas em situação de sem-abrigo

A mestranda conclui que, a maioria do acompanhamento com as pessoas em situação de sem-abrigo é de uma forma direta com base do que foi dito por oito entrevistados. A mestranda não fez esta questão ao 12º e 13º entrevistados, porque eles trabalham na EAPN Portugal e a EAPN é uma instituição que analisa a questão da pobreza e não ajuda diretamente as pessoas em situação de sem-abrigo. O 7º entrevistado refere que, a associação que ele trabalha opta por modelo de assistência por via de distribuição alimentar, não ajuda só pessoas em situação de sem-abrigo, também ajuda famílias carenciadas.

O 1º entrevistado afirma que, a equipa da AMI não usa o modelo de assistência por via de disponibilização de comida e de roupa, pois prefere outro tipo de acompanhamento, como sensibilizar as pessoas a mudarem e irem ao centro de apoio da AMI. O 5º entrevistado desempenha um acompanhamento muito direto com essas pessoas, visto que ela trabalha num espaço disponibilizado pela Câmara Municipal da Amadora. Há um espaço aberto ao diálogo, apoio de um assistente social (é criada uma ficha com os dados das pessoas que frequentam o espaço) apoio psicológico, além disso as pessoas podem tomar banho, lavar a roupa deles e comerem. O 10º entrevistado, também acompanha de uma maneira direta com as pessoas em situação de sem-abrigo, porque ela coordena um espaço de acolhimento noturno, uma resposta à pandemia, implementada pela Câmara Municipal de Almada. O 14º entrevistado afirma que, a Crescer acompanha de uma maneira muito direta os sem-abrigo que consomem. Uma vez que, as equipas de rua deslocam-se para alguns bairros a onde estão indivíduos que consomem e muitas das vezes eles dormem no mesmo sítio a onde consomem.

Verificou-se que, as sinalizações podem ser feitas de várias maneiras, tais como, pela Câmara Municipal, municípios, pelos NPISAS, pelos órgãos de segurança (PSP), pelas instituições locais, equipas de voluntários que fazem as rondas noturnas, gestores de caso, vizinhos e particulares. Segundo o 6º entrevistado quando é feita a sinalização, ela e os colegas vão ao local, falam com a pessoa de modo a recolher informações importantes para intervenção, é criada uma ficha com os dados da pessoa, na qual irá ser acompanhada por um conjunto de técnicos. O 15º entrevistado delegou que, a Gira acompanha pessoas que tenham problemas de saúde mental, as sinalizações são feitas ao NPISA de Almada. A 9ª entrevistada refere que as sinalizações podem ser feitas através do preenchimento de uma ficha ou por chamada.

As pessoas que são acompanhadas pelas associações, são sem-abrigo sem teto, muitos tem consumos associados e outros têm problemas do fórum mental. Segundo o 8º entrevistado, o centro de acolhimento em que ele trabalha têm pessoas com idades entre os 18 e os 65 anos, de várias nacionalidades, têm homens e mulheres, com capacidade para albergar 65 homens e 10 mulheres.

A mestrandu optou por oito excertos de oito entrevistas que fundamenta a sua análise sobre a questão acompanhamento e sinalização das pessoas em situação de sem-abrigo.

“São todas as pessoas que estão na rua. As sinalizações são feitas pelos voluntários da Comunidade Vida e Paz que realizam as voltas à noite e ainda por munícipes ou pela câmara municipal. Nós fazemos um acompanhamento direto com essas pessoas” E2

“Portanto, a grande maioria, são sem-abrigo sem teto. Aqui no concelho necessariamente pessoas que nós acompanhamos estão na condição sem-teto e há aqui um consumo relacionado com o álcool” E3

“Acompanho os sem-abrigo do município de Odivelas. Relativamente às sinalizações há varias formas, pode chegar através de municípios da própria autarquia, através PSP, através de instituições locais, equipas de voluntários que fazem as rondas noturnas e vão sinalizando, no hospital, todas as entidades envolvidas no município e particulares” E4

“Eu vou falar específico na Amadora... a comunidade tem um espaço físico, porque é feito pela Câmara Municipal e funciona de igual modo, como espaço aberto ao diálogo de Chelas, a onde é disponibilizado apoio da assistente social que sou eu, apoio psicológico pelo colega que é psicólogo... temos hipótese aqui que cada utente possa tomar banho, temos balneários, temos pequeno almoço e almoço e temos lavandaria... temos uma ficha que fica os dados pessoais, como é que chegou até a nós, se é ex. residente ou não da Comunidade Vida e Paz, se foi a encaminhado por outra instituição, se foi passa palavra entre utentes, tentar perceber se a pessoa está sem-abrigo, se está aqui no concelho da Amadora e que freguesia, se já é apoiado por outra estrutura aqui no concelho, se recebe algum tipo de rendimento ou não, depois se tem alguma problemática associada, algum consumo associado” E5

“Nós em Loures, nós temos um núcleo de intervenção para as pessoas em situação sem-abrigo , os conhecidos NPISAS, do qual a Comunidade Vida e Paz é parceira ... para além daquilo que podem ser as sinalizações aqui a Câmara Municipal de Loures pode receber, que está instalado o NPISA, falo por pessoas que são comuns , um vizinho , uma entidade, pronto todas essas pessoas podem entrar em contacto e sinalizar ... gestores de caso podem também sinalizar estas pessoas por já conhecerem o local, podem ser por vários motivos... quando é pedida uma intervenção... nós vamos ao local, falamos com a pessoa, percebemos o contexto, se for uma situação nova, se for uma situação que já é acompanhada vamos sinalizar e monitorizando com os gestores de caso . Depois há uma formalização, uma ficha de sinalização, depois também há parte mais formal e é sinalizado, um núcleo a onde há intervenção para as pessoas em situação sem-abrigo, depois há todo um conjunto de técnicos que acionados, depois o objetivo é de nós conseguirem partilhar. Portanto, as informações técnicas e as possibilidades de intervenção fazemos, também a base de gestão de casos e depois os apontamentos, surgem como uma resposta para os utentes para poderem sair desta situação, muitos deles são sinalizados para a comunidade terapêutica se tiverem motivação, outros organismos de saúde para fazerem tratamentos, estamos a falar de unidades de alcoologia” E6

“A população que nós temos tem idades entre os 18 e os 65 anos, as origens são todas aquelas, como pode imaginar... não só portugueses como africanos, sul americanos e europeus. Nós aqui temos senhores e senhoras, mas temos principalmente senhores, 65 camas de homens e 10 de mulheres A sinalização destas pessoas é feita, através de outras instituições na cidade de Lisboa, portanto esta valência é uma parceria entre o Exército de Salvação e Câmara de Lisboa e Segurança Social, portanto as entidades que encaminham pessoas em situação de sem-abrigo são a Segurança Social ...todas instituições da cidade de Lisboa fazem parte de uma rede que se chama o NIPSA que é uma

rede de instituições que apoia as pessoas em situação de sem-abrigo da cidade de Lisboa.” E8

“A Crescer começou em 2001, a trabalhar com equipas técnicas de rua... respostas de primeira linha e de proximidade de equipas que se deslocavam alguns bairros, a onde as pessoas estavam a consumir muitas vezes, a dormir no mesmo sítio a onde estavam a consumir e a fazer as suas restantes atividades durante o dia. O trabalho da Crescer é de rua, proximidade, de primeira linha com pessoas em situação de grande vulnerabilidade, muitas vezes afastadas em estruturas de saúde e sociais e que em muitos casos o único contacto são estas equipas de rua” E14

“Gira acompanha pessoas que foram identificadas anteriormente, antes de chegar a mim, foram identificadas como sendo pessoas com alguma problemática de saúde mental ... quem nem todos os casos se confirma, mas qualquer das formas são estas as pessoas que eu acompanho...a sinalização é sempre feita ao NPISA nunca é feita aos técnicos gestores de caso, diretamente ou quando é feita aos gestoras é diretamente por via dos contactos que recebemos e fazemos. Nos direcionamos sempre para o NPISA. A sinalização é sempre feita ao NPISA de Almada e pode ser feita por qualquer organismo ou por qualquer pessoa” E15

3.1.4 Desafios na atuação junto das pessoas em situação de sem-abrigo

Verifica-se que, os entrevistados têm perceções semelhantes sobre as dificuldades e os desafios que os técnicos sentem ao intervirem juntos dos indivíduos em situação de sem-abrigo. Contudo, houve três entrevistados que não responderam concretamente ao que foi pedido, foram os dois técnicos da EAPN Portugal e o coordenador da NPISA Lisboa, isso deve-se por não terem contacto direto com as pessoas em situação de sem-abrigo. De acordo com as perceções de treze entrevistados, os principais desafios em intervir junto de pessoas em situação de sem-abrigo são: problemas comportamentais, estado emocional e a personalidade vincada dos indivíduos.

Uma das principais dificuldades e obstáculos apontados pelos entrevistados é a falta de comunicação e não conseguirem responder às expectativas dos indivíduos, porque devido à condição que eles têm, são pessoas com pouca abertura, desconfiadas, pouco empáticas, muito teimosas, desmotivadas e pessimistas. Além disso, as dependências e a questão mental também são um grande desafio para os técnicos, como referem dois dos entrevistados. Um técnico de intervenção tem que ser tolerante, compreensivo, sincero, deve saber respeitar as ideias dos outros, tem que ter uma boa gestão emocional e saber lidar com as frustrações, pois podem deparar-se com situações difíceis que não estavam à espera. Seis dos entrevistados sentem que um grande obstáculo é aceitar que aquilo que a pessoa em situação de sem-abrigo quer no momento não é o melhor para ela, o 3º entrevistado dá exemplo de aconselhar um

doente alcoólico a tratar-se e ele não querer. O 9º entrevistado acha que é muito difícil encontrar as respostas adequadas para as pessoas em situação de sem-abrigo.

O 11º entrevistado defende que a principal dificuldade é a abordagem certa e não acredita na abordagem por via de distribuição de bens alimentares. Além disso, acredita que o problema das pessoas em situação de rua não está relacionado com uma habitação, segundo o entrevistado há pessoas que não estão preparadas para viver numa casa.

O 10º entrevistado enfatiza a importância da relação, a relação deve ser trabalhada com essas pessoas, além disso pela falta de respostas e por haver um sistema atrasado, torna -se difícil que as pessoas em situação de sem abrigo acreditem no técnico que a acompanha, por essas razões é importante que a pessoa volte a ganhar confiança.

A mestrandia escolheu sete excertos de sete entrevistas que fundamenta a sua análise sobre a questão as maiores dificuldades e desafios em intervir junto das pessoas em situação de sem abrigo.

“A maior dificuldade que existe é realmente a falta de habitação. São pessoas que não têm casa, independentemente das problemáticas que tenham, como disse fragilidade, problemas do fórum mental, problemas do fórum físico, seja os problemas que tenham... temos que ter muito cuidado quando nós chegamos próximo de uma pessoa em sofrimento extremo, de vulnerabilidade extrema com as promessas que fazemos, com os passos que damos e não querer transformar essa pessoa num engenheiro de fato e gravata de olhos azuis ... portanto, o papel do técnico é de extrema importância, tem que ter muito cuidado com os passos que dá, sobretudo muito respeito e nunca querer fazer o outro que nós achamos como deve ser, porque o outro deve ser aquilo que quer e pode” E1

“Trabalhar com uma pessoa em situação de sem-brigo é trabalhar com uma pessoa que é pouco amistosa , quer dizer , eu não estou a trabalhar num centro a onde a pessoa tem as necessidades satisfeitas, a onde eu tenho uma sala acolhedora . Eu com o sem-abrigo, trabalho muito em criar acolhimento na rua , tenho que criar um relacionamento num ambiente hostil... depois trabalhar com um sem-abrigo é trabalhar com pessoas, que podem eventualmente estar descompensadas do ponto de vista psiquiátrico, que é um enorme desafio, estarem a usar substâncias, que também é constrangedor para o lado do discernimento, podem estar deprimidas. Portanto, as características das pessoas são um enorme desafio uma grande dificuldade, porque os técnicos têm que estar preparados para poderem atuar nessas circunstancias... nós gostávamos dar uma resposta óbvia, mas não conseguimos ir ao encontro das expectativas das pessoas” E2

“Próprios consumos são aqui um desafio, trabalhar aqui esta problemática, a motivação...eu não diria que é um trabalho difícil, é um trabalho que exige muito por quem o faz no sentido que nós precisamos estar aqui assente a questão do pragmatismo, eu posso acompanhar uma pessoa dizer que consome álcool e que não quer fazer o tratamento. Eu sei que aquela pessoa não fizer um tratamento acaba por falecer na rua” E3

“Que é as respostas, falta de respostas para dar a esta população, vamos para a rua, fazemos um trabalho com eles, queremos tirá-los da rua, temos poucas respostas do município que possam dar continuidade a este trabalho... depois são pessoas com pouca socialização, com pouca empatia para com o outro, muitos desconfiados pela experiência de vida que acabam por ter muita dificuldade em conectar-se com alguém, tem conseguido criar boas relações com a maioria dos utentes, mas efetivamente umas das dificuldades é não ter respostas” E4

“Nota-se que ali alguma questão a nível mental ou também de pessoas que estão muito tempo, que passam muito um período na prisão, depois chegam cá fora aí nota-se que é preciso ir com calma, apesar de vir connosco, pedir ajuda nota-se que, ou seja, já deu o primeiro passo, mas nota-se que ali há questões... muitas vem, sem nenhum suporte cá fora ... sentimos depois que há uma descrença já pela pessoa quem vem pedir ajuda, sabemos que é tudo muito burocrático, há sempre muitas questões que são entraves e a pessoa acaba sempre por já vir e ficar desacreditada no sistema, acho que esse é o principal entrave” E5

“A principal dificuldade que eu sinto é por vezes a nossa vontade, enquanto técnicos, nós sabemos que é o indicado e razoável para aquela pessoa naquele momento pode não ser aquilo que a pessoa acha que precisa naquele momento. Eu acho que esse é o maior obstáculo... e o maior desafio das nossas expectativas” E6

“Trabalhar com pessoas que abaixo disto não há mais nada, nós estamos a trabalhar com aquelas pessoas a onde tudo já falhou, por isso e que elas estão ali e depois é assim, há uma dificuldade que é a dificuldade de relação... depois o grande problema é começarem outra vez a ganhar confiança destas pessoas, se não eu sou mais uma ... que não vai fazer nada como ninguém fez. Esta é a grande primeira luta voltar a fazer com que estas pessoas confiem em nós” E10

3.1.5 Perceções sobre as principais razões das pessoas em situação sem-abrigo continuarem a viver na rua

Constatou-se que, os entrevistados têm perceções iguais relativamente aos motivos das pessoas continuarem a viver na rua. Verificou-se através das perceções dos entrevistados que há muitas pessoas que estão em condição de sem-abrigo, porque preferem viver na rua do que ir para um abrigo. As razões pelas quais, as pessoas continuam a viver na rua são diversas, tais como problemas de saúde mental, consumos, habituarem-se a viver na rua, não obedecer a regras, não cumprirem horários nos abrigos e quererem mais privacidade. Segundo 5 entrevistados as pessoas em situação de sem-abrigo habituam-se a viver na rua, o facto é que há pessoas que estão a viver na rua há 20 ou mais 30 anos, como mencionaram dois entrevistados. Apesar das pessoas que estão em condição de sem-abrigo estarem expostas ao frio e à chuva, elas tomam a rua como um lugar delas, sentem-se em segurança e acolhidas

por moradores e comerciantes, como refere o 2º entrevistado. O 1º entrevistado acredita que, há pessoas em situação de sem-abrigo que preferem estar à chuva e ao frio do que irem dormir a um centro de acolhimento, por acharem que não tem privacidade, não quererem cumprir horas de entrada e de saída do abrigo. O 15º entrevistado defende que, na rua também há regras, há regras de convivência com os outros e regras de sobrevivência, além disso defende que na rua não se vive com liberdade como parece.

Segundo o 3º entrevistado, há pessoas que vivem mais de 30 anos na rua, por isso era muito difícil que essas pessoas habituassem a viver numa casa, pois essas pessoas habituam-se à vida de rua e tomam-na como a sua zona de conforto, dá um exemplo de um indivíduo que tem uma casa, de dia fica em casa e à noite vai dormir para a rua.

O 7º entrevistado acredita que, as sociedades desenvolvidas são egoístas, sobretudo nas grandes cidades, por essa razão a problemática das pessoas em situação de sem-abrigo está mais vincada nas grandes cidades. O 8º entrevistado defende que não há ninguém que goste de viver na rua e a exclusão social é a principal razão das pessoas continuarem a viver na rua. A questão da saúde mental é um dos motivos das pessoas continuarem a viver na rua, pois as pessoas não têm noção da realidade em que vivem e por isso não conseguem ter discernimento para encontrar alternativas para sair da rua. Os consumos, também são um dos motivos das pessoas continuarem a viver na rua, pois elas preferem satisfazer o vício do que viver de uma maneira segura e acolhedora.

A mestrandu optou por sete excertos significativos que fundamenta a sua análise sobre a questão das perceções das principais razões das pessoas continuarem a viver na rua.

“Alguns não querem por milhares de razões. O facto é que não podemos pegá-los ao colo e levá-los a fazer aquilo que a gente quer...A pessoa não vai, algumas situações, as pessoas não querem abrigos, preferem estar na rua, aquele que consideram deles à chuva e ao frio do que irem dormir a um abrigo, porque acham que tem menos privacidade, não querem cumprir horas de entrada, não cumprir horas de saída...89 % ou mais das pessoas que estão na rua estão identificadas já foram dadas soluções, já foi feito trabalho com eles. Nós não podemos obrigar uma pessoa ir para um abrigo ou mesmo para uma casa. Porque, os problemas de saúde mental, vamos bater numa tecla extremamente complicada e aí sim, não há resposta” E1

“As pessoas apenas desejam manter-se na rua, porque apesar de tudo estão em segurança no seu espaço de conforto ou porque não têm discernimento para observar alternativas a estar na rua ... a tasca do vizinho dá apoio e não se sente ameaçado com isto, a vizinha, também vai levar um agasalho e vai-se criando um ciclo de relações em que a pessoa não se está necessariamente a ver fora daquilo. As principais razões, eu diria que por este ciclo de habituação

que todos nós temos, então aquilo que nós achamos que é vinculado com a nossa casa para a pessoa é vinculado aquele lugar” E2

“Como para nós é natural termos uma casa para essas pessoas é natural estar na rua. É isto não consigo dizer mais do que isto! São pessoas que vivem mais de 30 anos na rua, portanto metê-las agora numa casa ,era impensável, porque não iam. Eu sei de um caso em Lisboa de um utente que está em Housing First, portanto foi atribuído uma casa, ele passa o dia dentro de casa e à noite vai dormir para a rua... Quer dizer, eu acho que é um bocadinho difícil de nós conseguirmos perceber, conseguir chegar a verdadeira razão, eu acho que essencialmente é a zona de conforto dessas pessoas, habituaram-se à vida de rua e a sua zona de conforto” E3

“Muitas das vezes quer ter a vida de rua e continuar na rua, porque tem a sua autonomia, a sua independência, não tem que dar justificações a ninguém, não tem horários e acaba por leva-los a ficar na rua” E4

“O tempo de permanência das pessoas na rua é um fator que ainda leva a que as pessoas estejam com os hábitos e costumes com os quais sempre lidaram e que os foi inculcado. Depois eu acho que a questão das dependências associadas , nós temos pessoas que estão na rua que não tem qualquer tipo dependência a substâncias, estão numa situação de exclusão social e vulnerabilidade social, mas não tem qualquer tipo de consumo de substâncias. Acho que esta problemática, é também uma que leva as pessoas que mantenham o comportamento de rua , porque conhecem a rede, é lá que de uma forma outra satisfazem aquilo que eles acham prioritário naquele momento , porque muitas pessoas privilegiam o consumo ou fazem de tudo para chegar ao consumo e não veem como prioridade de não estarem em condição sem-abrigo” E6

“Eu acho que em relação aos nossos utentes a questão de terem consumos, eles ficam muito desorganizados e a prioridade deles é o consumo” E9

“Espaços de acolhimento, eu falo por aquele que a gente gere, aquilo tem regras e as regras são chatas para caraças não é ? Elas são muito chatas, mas efetivamente nós vivemos numa sociedade com regras. Eu acho é que como isto, é um problema multifacetado depois há outra coisa que está relacionada com a questão anterior, a falta de tratamento mental no nosso país... Passa muito pela patologia mental, é assim qual é a pessoa que no seu perfeito juízo que em vez de estar dentro de um espaço acolhedor e seguro prefere estar na rua, não faz sentido” E10

3.1.6 Perceção sobre a Estratégia Nacional para os sem-abrigo

A mestranda conclui que, a Estratégia Nacional para as pessoas em situação de sem-abrigo tem sido muito importante para um melhor entendimento da problemática, de acordo com 16 os entrevistados. Segundo 6 entrevistados, a Estratégia Nacional foi muito relevante para conceptualização do tema, visto que criaram um novo conceito a nível nacional: O conceito pessoas em situação de sem-abrigo. O entrevistado 16º afirma que, havendo um

conceito nacional permite que esse conceito seja mencionado em todo o país, como Faro, Porto, Bragança e Leiria, além disso fornece linhas orientadoras gerais e um caminho orientador que os municípios devem seguir. O novo conceito foi muito importante para a problemática, pois desmistificou algumas dúvidas que existiam, se aquela pessoa estava em situação sem-abrigo ou não estava. Essas dúvidas prejudicavam o trabalho das associações que prestavam apoio a essa população específica e a monitorização do fenómeno em Portugal. A nova definição foi muito importante para estatística, pois houveram pessoas que passaram a fazer parte da estatística que antes da Estratégia Nacional não faziam. Segundo o 3º e 7º entrevistados, o conceito pessoas em situação de sem-abrigo em vez de sem-abrigo mudou a maneira como essas pessoas são vistas pela sociedade, também defendem que não é o contexto em que estão que define as pessoas e o que pretende-se é que essa situação seja temporária. A mudança do conceito permitiu um melhor diagnóstico e intervenção por parte dos técnicos de intervenção. O 7º entrevistado afirma que, Portugal foi pioneiro na definição do conceito, dado que em inglês ainda diz-se *homeless*. O 1º entrevistado afirma que antes da Estratégia Nacional implementar um novo conceito, AMI já tinha bem presente o conceito de pessoas em situação de sem-abrigo, além disso o conceito não é totalmente uniforme, devido à questão das mulheres vítimas domésticas, que estão em situação de sem-abrigo não serem consideradas sem-abrigo. O 13º entrevistado referiu que, a Estratégia Nacional tem-se esforçado para uniformizar o conceito, além disso desmistificou a ideia sobre as comunidades ciganas, constatou-se que, havia muitas famílias ciganas que viviam em situação de sem-abrigo, por isso as pessoas de etnia cigana foram incluídas na contabilização. A Estratégia Nacional preconiza a ideia que qualquer pessoa está em condição de sem-abrigo independentemente da sua etnia ou origem. Uma outra questão que se levantou é sobre as crianças em situação de sem-abrigo, durante muito tempo acreditou-se que não havia crianças em situação sem-abrigo, mas após as comunidades ciganas estarem integradas na Estratégia Nacional constatou-se que havia crianças em situação de sem-abrigo. Segundo o 2º entrevistado, a Estratégia Nacional implementou e alargou uma rede nacional para pessoas em situação de sem-abrigo, designada por NPISA, além disso solidificou os NPISAS que já existiam antes da Estratégia Nacional. O 15º entrevistado refere o mesmo, dizendo que a Estratégia Nacional permitiu que os NPISAS que já existiam, comessem a trabalhar para resolver o problema na região, dando o exemplo do NPISA de Almada. A ENIPSSA permitiu que o tema das pessoas em situação sem-abrigo fosse abordado na comunicação social, como menciona o 7º entrevistado.

A Estratégia Nacional aumentou o número de vagas em Housing First em Lisboa e noutras zonas do país. O 2º entrevistado refere que, a Estratégia Nacional não tem conseguido mitigar o problema, porque há cada vez mais pessoas em situação de sem-abrigo, além disso ainda não há respostas para o problema da doença mental. De acordo o 6º e 7º entrevistado a Estratégia Nacional permitiu um melhor entendimento da problemática junto das forças de autoridades, dos comerciantes, através da sensibilização e a educação. Além disso, este tema começou a ser falado nos meios de comunicação social. Segundo 12º entrevistado, a Estratégia Nacional não é nível nacional, porque diverge muito de territórios para territórios, ou seja, há localidades que não têm pessoas em situação de sem-abrigo, logo não há preocupação com esta problemática. Segundo o 8º e 16º entrevistados, a Estratégia Nacional tem que estar ajustada às realidades locais, na cidade de Lisboa o fenómeno está mais presente do que nas outras zonas do país, logo tem que haver uma maior intervenção.

A mestranda escolheu sete excertos de sete entrevistas que fundamenta a sua análise sobre a questão a percepção sobre a Estratégia Nacional para os sem-abrigo.

“Sim! Sem duvida! Portanto, eu acompanhei aqui um bocadinho na altura a criação dessa estratégia. Esta estratégia foi muito importante no âmbito da conceptualização do tema das pessoas em situação de sem-abrigo. O que é uma pessoa em situação sem-abrigo? Em que condições em que estas pessoas encontram-se? São sem-teto ou sem casa? Respostas que tem a este nível? O que que ainda está por fazer e o que já foi feito e não resultou? Nós podemos aqui fazer uma abordagem diferente é muito importante daquilo que é a intervenção junto dessas pessoas... não é o contexto e nem a situação que vão definir a pessoa” E1

“Sim! De uma forma sim, portanto a estratégia, permitiu fato de nós termos uma visão nós técnicos e não só técnicos. Acho que, também passou muito pelo contacto com a população ou contacto com entidades que apesar de não estarem na área social, intervém muito com a área social ou problemática das pessoas em situação sem-abrigo apresentam... forças de autoridades GNR e PSP. Essas pessoas, foram envolvidas para conhecer melhor o fenómeno e principalmente, perceber o que é isto das pessoas em situação sem-abrigo, porque era um conceito que não estava assim tão presente na cabeça das pessoas e acho que foi muito importante, foi importante para nós percebermos qual a definição deste conceito, mais do conceito, porquê que as pessoas estão aqui, estão nessa situação porque querem, perceber isto e promover este conceito é muito importante... as pessoas estivessem mais atentas aquilo que podia ser um problema... Sensibilização e a educação, junto de entidades” E6

“Sim tem! Um dos eixos, inclusive da Estratégia é esse mesmo o entendimento da problemática, é divulgação da problemática, dar a conhecer à comunidade o quê que isto do sem-abrigo daí, também ter-se começado, uma das questões que tem haver com a situação são pessoas em situação de sem-abrigo, ou seja, o que se pretende seja definida como situação temporária, não é a pessoa. Quando dizemos sem-abrigo, definimos é a pessoa, mas não é a situação em si que gera que a pessoa está sem-abrigo, mas que poderá de fato

um dia poder sair ... Portugal foi pioneiro nessa definição, porque se nós vermos no caso do inglês, homeless... Haver uma Estratégia, originou que conversássemos mais, as autarquias comessem ainda não todas, mas comessem a perceber que esta situação é real nesta zona, a onde eu faço a gestão, a onde eu faço autarquia é real e eu tenho que a resolver, começou-se a falar mais nos meios de comunicação social... a estratégia nacional foi muito importante, nota-se mesmo uma diferença grande do que era as relações, do que eram os diálogos, do que era o trabalho entre instituições e o Estado” E7

“Esta Estratégia Nacional de alguma forma tem levado a um maior estudo da realidade da população sem-abrigo em Portugal... A importância de conhecer a população, o quê que leva a estar nessa situação, conhecer as suas necessidades, conhecer enfim as realidades, não só pessoais, como sociais, profissionais, realidades geográficas tudo isso. Isso é muito bom e está a ser feito, é importante fazer-se isso. Agora, em termos da Estratégia, a estratégia tem que ser obviamente diversificada e ela, também está a ser diversificada. Não podemos estar a falar da Estratégia da cidade de Lisboa, como podíamos estar a falar da Estratégia a nível de uma cidade, como Faro, Braga e Coimbra, estamos a falar de realidades diferentes. Portanto, tem que haver uma Estratégia ajustada às realidades locais. Tendo uma estratégia ajustada à realidade local é importante que haja uma diversidade de respostas”E8

“Eu não diria fundamental, mas diria que era muito importante. Acho que encontrar uma Estratégia Nacional foi meio de trazer este tema para o estudo, para prevenção, para as estratégias, para as políticas, para esta situação, porque antes via-se um e as pessoas tinham noção que havia mais pessoas ali, em Lisboa havia mais quando incomodavam à noite na porta de casa ou nos bancos do jardim. Houve várias tentativas de os afugentar com lavagem de rua, mas era um problema pontual. As pessoas não entendiam aquilo como um problema de um grupo que precisava de uma atenção especial e a Estratégia fez isto! Pôs o assunto na ordem do dia! Criou muita atenção, através das organização não governamentais... isso foi estratégico para o desenvolvimento das respostas que nós temos... tudo se organizou para encontrar novas respostas, novas maneiras de atuar, novas equipas de rua para os sem-abrigo... O impacto da Estratégia, diverge muito de território para território, ou seja, há territórios que não têm esta problemática e há territórios em que esta problemática... O que eu diria, é que sinto que a Estratégia não é nacional, é uma Estratégia que pode ser usada em territórios, em municípios em que há necessidade” E11

“Da problemática sim, porque ultimamente nós temos inquéritos todos os anos... Continua existir esta luta constante, que é a questão do conceito... tem sido importante a estratégia, porque nós temos inquéritos oficiais... o conceito se vai uniformizando e aplicando melhor, nós vamos ter um conhecimento mais justo e fiel, falta de facto... vontade política ou recursos, mas falta de facto a conceptualização, a recolha de dados e análise de dados para facto atuar, existir respostas de facto de alojamento... Mas, ainda há muito trabalho a fazer só depois disto de facto, podemos conseguir criar respostas que sejam ajustadas às necessidades desta população e particularmente ouvir esta população. Esta população raramente está representada nas reuniões... Durante algum tempo houve a questão, se as comunidades ciganas deveriam ser integradas ou não nos números das pessoas em situação sem-abrigo, deviam ser contabilizadas, aqui o argumento principal era que as comunidades ciganas já tem estratégia própria e portanto seria duplicar a estratégia, seria uma estratégia para as comunidades ciganas e depois uma estratégia para as

“pessoas em situação sem-abrigo. Pronto, isto é para dizer que talvez a maior dificuldade a incompreensão daquilo que é o conceito, porque existem ainda territórios que conhecendo bem o conceito, continuam a não aplicar de forma correta, nomeadamente em questão às comunidades ciganas. Depois há aquela questão que em Portugal há pouco tempo não tinha crianças em situação de sem-abrigo, ou melhor, tinha, mas não aparecia nos números, porque precisamente muitas dessas crianças eram das comunidades ciganas, ou seja, elas não eram contabilizadas” E13

“Garantidamente que sim! Porque, traz para o âmbito nacional este fenómeno, ou seja, deixa de ser uma abordagem local e aborda esta temática como um fenómeno nacional. Depois, o segundo ponto, estabiliza um conceito, ou seja, estabiliza um conceito a nível nacional, quando fala-se de pessoas em situação sem-abrigo sem teto ou sem casa em Lisboa está-se a usar a mesma terminologia em Faro, Porto, Bragança ou Leiria, também é bastante importante. Porque, estamos a falar sobre o mesmo conceito, também define uma série de linhas orientadoras daquilo que cada município poderá seguir, como é óbvio cada município terá que fazer o seu ajustamento, porque a realidade de Lisboa não é igual à realidade de Faro ou de Leiria. Portanto, são linhas orientadoras gerais, um caminho orientador que os municípios devem seguir com as devidas adaptações à realidade de cada município. Em Lisboa, que neste caso sem dúvida é o município que obriga a uma reflexão e adaptação da Estratégia Nacional mais cuidada, tendo em conta aquilo que é a dimensão do fenómeno na cidade, até ao nível de pessoas, como de respostas existente, quer ao nível de flutuação de pessoas entre municípios” E16

3.1.7 Influência da ENIPSSA no desempenho das funções como técnico de intervenção e aquisição de competências para trabalhar com este grupo social específico

A Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023 é um projeto de intervenção assente em três eixos de, que visam a promoção do conhecimento do fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo, informação, sensibilização e educação, o reforço de uma intervenção promotora da integração das pessoas em situação de sem-abrigo, bem como a coordenação, monitorização e avaliação da ENIPSSA 2017-2023.

O modelo de intervenção definido assenta numa premissa de rentabilização de recursos humanos e financeiros, bem como da necessidade de evitar a duplicação de respostas e qualificar a intervenção ao nível da prevenção das situações de sem-abrigo e do acompanhamento junto dos utentes, centrando-se no indivíduo, na família e na comunidade.

Verificou-se que, a Estratégia Nacional para pessoas em situação de sem-abrigo influenciou no desempenho das funções dos técnicos de intervenção e dos gestores de caso, tendo mais aquisição de competências para trabalhar com as pessoas em situação de sem-abrigo. Não se fez esta questão ao 1º entrevistado, por ela ter uma larga experiência com

pessoas em situação de sem-abrigo, há 28 anos e por ser representante da FEANTSA em Portugal. Este profissional é alguém que tem muito conhecimento nesta área, logo não precisou de formação da ENIPSSA. Também, não fiz esta questão ao 12º e 13º entrevistados por serem técnicos da EAPN de Portugal. Um dos eixos da intervenção é a formação aos técnicos de intervenção. O 3º entrevistado afirmou que, teve uma formação ao nível do NPISA em Odivelas e que o gestor da estratégia nacional foi lá dar uma palestra acerca da avaliação. Essa palestra ajudou muito o 3º entrevistado no seu trabalho como técnica de intervenção. O 4º entrevistado afirmou que a formação da ENIPSSA foi muito importante, porque ajudou-a a trabalhar a ligação ao outro, a empatia, além disso forneceu-lhe ferramentas para haver uma melhor intervenção junto das pessoas em situação de sem-abrigo. O 6º e o 10º entrevistados, também afirmaram que a formação da ENIPSSA foi importante na sua função como técnica de intervenção, pois ajudou-as na sua intervenção.

O 5º entrevistado acredita que, a ENIPSSA ajudou-a a obter mais competências e trouxe-lhe mais ferramentas para ela usar na sua função como gestora de caso. O 14º entrevistado afirmou que a Estratégia Nacional deu-lhe diretrizes, porém, afirmou que antes da ENIPSSA surgir a associação Crescer já usava técnicas de intervenção junto das pessoas em condição de sem-abrigo. O 15º entrevistado acredita que, as formações facultadas pela ENIPSSA foram importantes para ela e para as colegas dela, porque deram-lhes ferramentas para elas usarem quando estão no terreno.

A mestranda optou por quatro excertos mais relevantes que fundamenta a questão a influência da ENIPSSA no desempenho das funções como técnico de intervenção e aquisição de competências para trabalhar com pessoas em situação de sem-abrigo.

“Tive uma formação recentemente ao nível do NPISA, em que veio aqui a Odivelas próprio Henrique Joaquim dar um género de uma palestra acerca da avaliação como podemos avaliar a intervenção que nós fazemos. Isso é muito importante, nós sabermos através daquilo que fazemos os resultados que obtemos, o que podemos melhorar, o que resulta, isto é muito importante, estruturarmos aquilo que vamos fazer, monitorizarmos aquilo que vamos fazer, avaliar aquilo que fazemos. É muito importante, para percebermos o quê que faz mais sentido a essa população, está em constante evolução... é importante que as nossas respostas vão encontro das necessidades das pessoas. Os instrumentos tem sido muito importantes ao nível ENIPSSA, eu por exemplo tenho uma base de dados aqui da intervenção que faço dos utentes de todas as informações” E3

“Sim, sim dúvida, em termos a ligação ao outro, a empatia, até mesmo a questão, o trabalhar na rua faz com que muitas vezes tenhamos que intervir no momento e arranjar ali uma estratégia naquele momento para resolver a situação que está a ocorrer, isto acaba por nos dar ferramentas, a nível

profissional como pessoal, até porque desenrascar a situação temos que atuar agora, não há tempo para ir estudar, ir buscar um livro para pensar, não, temos que atuar” E4

“Acho que pelo menos veio trazer mais ferramentas, serve como base para o nosso trabalho do dia a dia, porque, por exemplo na gestão de casos sei que há alguns espaços que a Estratégia vê como prioritários ou que deve ser o primeiro passo e isso é seguido por nós, outro por exemplo dar a conhecer à pessoa todos os recursos que estão disponíveis no local, a onde envolver sempre a pessoa no processo” E5

“No projeto de intervenção, sim, na Gira propriamente dita, não, no sentido em que, a principal função da Gira não é intervir com pessoas em situação sem-abrigo... é reabilitação psicossocial de pessoas com doença mental ou doença psiquiátrica grave... Depois há várias ramificações da Gira, por várias incursões, digamos assim na Gira e de vários outros projetos em muitas outras áreas, isto é, só mais um deles. Portanto, o foco principal como dizia não é de todo, a intervenção com pessoas em situação sem-abrigo, no entanto neste projeto influenciou logo, porque podemos ter momentos formativos que foram para mim, então que lá está estava a descobrir... Acho que sobretudo estes momentos formativos em que nós tivemos, logo muito no início do projeto, por acaso coincidiu com início do projeto foram muito importantes para todas nós... A ENIPSSA veio dizer que então para vocês trabalharem bem é importante terem formação! Não queremos aqui amadores a trabalhar, isto é para levar a sério! Vamos dar ferramentas a quem está no terreno e ao mesmo tempo ouvir quem está no terreno, vamos dar ferramentas a quem está no terreno há mais tempo e vamos dar ferramentas a quem está a começar agora no terreno, e também ouvir ou outro lado que é lado da prática, para podermos cada vez mais ajustar isto” E15

3.1.8 Melhoria da Estratégia Nacional de 2017 a 2023

De acordo com os 16 entrevistados, o que deve ser melhorado na Estratégia Nacional para as pessoas em situação de sem-abrigo é investir na prevenção; haver mais investimento na ENIPSSA; haver mais respostas de emergência; haver mais respostas de Housing First; haver mais respostas de alojamento; haver mais apoio dos municípios na ENIPSSA; haver respostas menos burocráticas; haver respostas individualizadas; haver mais recursos humanos; promover a sensibilização da comunidade sobre as pessoas em situação sem-abrigo; haver mais acompanhamento técnico nos modelos Housing First e apartamentos partilhados; participação das pessoas em situação de sem-abrigo na ENIPSSA; haver respostas a longo prazo ; uniformização do conceito; haver apoio na saúde mental; Com base nas perceções sobre o que deve ser melhorado na ENIPSSA, 8 entrevistados mencionam que o investimento na prevenção devia ser uma prioridade para ENIPSSA.

A ENIPSSA não se tem focado em investir na prevenção, pois deve haver respostas, para evitar que as pessoas fiquem em condição de sem-abrigo. Segundo o 13º entrevistado, o estado continua a não conseguir controlar o mercado de habitação, pois é cada vez mais especulativo e inflacionado, além disso as repostas de alojamento público de habitação continuam a ser pequena face ao privado. Afirma que NPISA de Lisboa mostrou interesse em investir na prevenção, além disso a EAPN tem promovido muito para questão da prevenção.

Já existem projetos pilotos de prevenção em alguns territórios, como o Barreiro e o Algarve.

Segundo 14º e 15º entrevistados defendem que é necessário haver investimento no âmbito da prevenção, pois, não existem apoios financeiros para as pessoas que estão em risco de perder a sua casa, além disso não há equipas de resposta rápida no terreno. O 15º entrevistado afirmou que há uma grande preocupação com as pessoas que já estão em situação de sem-abrigo, mas ao nível da prevenção ainda não existe. De acordo com 5 entrevistados o que tem que ser efetivamente melhorado na Estratégia Nacional é haver mais investimento financeiro, de modo a ENIPSSA poder aplicar capital em respostas rápidas, para responder às necessidades básicas das pessoas em situação de sem-abrigo.

O 11º e o 12º entrevistados afirmam que, as pessoas em situação de sem-abrigo deviam participar na Estratégia Nacional para que as suas necessidades sejam ouvidas. Segundo 12º entrevistado ouvir as pessoas permite saber o que resulta ou o que não resulta, o que gostam ou que não gostam. O 11º entrevistado afirma que, a ENIPSSA devia estar mais próxima das pessoas em situação de sem-abrigo, irem aos sítios a onde estão pessoas em situação de sem-abrigo

O 9º e o 14º entrevistados defendem que, deve haver respostas mais adequadas à realidade de cada pessoa, haver um conjunto de respostas de emergência individualizadas que vão ao encontro das suas necessidades diferentes, pois há indivíduos que precisam respostas com suporte e há outras que não, também afirma que deve haver espaços individualizados de modo a não separar casais e donos de animais. Segundo o 9º entrevistado devia haver respostas ao nível de alojamento e dos centros de acolhimento mais organizadoras para as pessoas em situação de sem-abrigo, pois há centros de acolhimento que só aceitam as pessoas em situação de sem-abrigo no período da noite, logo no período de dia as pessoas têm que ir para a rua e muitas das vezes sem uma atividade, isso não permite que a pessoa consiga ganhar estrutura para tornar-se autónoma.

A mestrandia escolheu sete excertos mais expressivos que fundamenta a sua análise sobre a melhoria da Estratégia Nacional de 2017 a 2023.

“Respostas de forma menos burocrática. Nós temos respostas que estão a ser criadas efetivamente, tem existido avanços nesse sentido. Mas, por vezes muito burocráticos, que acabam por demorar tempo para conseguir ter uma resposta, criar algumas respostas a nível do município é necessário muita burocracia, documentação, muitas avaliações por parte de várias respostas envolvidas na ENIPSSA, teria aqui uma questão a ser a melhorar, mas de facto, faz parte há sempre essa necessidade de justificação da apresentação de dados, mas seria benéfico ultrapassar alguns parâmetros e avançar mais rápido” E4

“Eu acho que vou repetir-me, eu acho que é questão da habitação. Housing First como modelo de emergência” E5

“Eu acho mesmo que a prevenção, devia ser urgentemente agarrada, mas com financiamento... Portanto, a responsabilidade disso era das autarquias. Depois também, acho que ficou muito aquém no domínio da participação das pessoas em situação sem-abrigo na própria estratégia, estava previsto muitos momentos de articulação... e isso, também era fundamental reforçar essa parte, para que as políticas pudessem ser ajustadas e ninguém melhor que as pessoas em situação sem-abrigo que sabem o que é necessário fazer, nomeadamente em soluções que já sabemos que são interessantes do Housing First... essas várias modalidades. Eles são fundamentais para saber o que resulta ou o que não resulta, o que gostariam ou que não gostariam, essa parte, também precisava ser reforçada até 2023. Pronto, há aqui caminhos que eu acho que tem que reforçar, eu diria que até 2023 era prevenção, continuidade de apostas de investimentos em soluções habitacionais, do género Housing First, apartamentos partilhados e muito tutoria das organizações que têm estes projetos... muito suporte a supervisão mesmo não numa lógica de controlo, mas de melhoria de intervenção... Há mesmo necessidade de investimento financeiro, social tem pouco investimento, considerando outras áreas há muito pouco investimento real concreto, sobretudo pouco investimento para experimentar soluções inovadoras e com esta população é preciso experimentar soluções inovadoras, sobretudo estas habitacionais que são fundamentais para tudo o resto, mesmo para doença mental, nós sabemos que o Housing First em Portugal e outros países começou com pessoas com doença mental. Portanto, funciona, as pessoas tornam-se mais estabilizadas, precisam tutoria e muito apoio nos primeiros tempos de voltar a uma habitação” E12

“Falta se calhar fazer uma avaliação sobre a estratégia, não que ela seja feita, mas importava saber de facto, se a estratégia tem resultado ou não, naquilo que nós vemos, não é que a estratégia seja má por si, quer dizer há faltas de recursos, há falta de recursos humanos, técnicos e financeiros. O Estado continua a não conseguir ter mão no mercado de habitação que é cada vez mais especulativo e inflacionadas. As respostas de alojamento público de habitação, continua a ser pequena em relação ao privado, ou seja, não existe formas de alojamento alternativo, não existe uma aposta na prevenção. Acho que só agora é que começamos de facto a desenvolver a própria NPISA de Lisboa manifestou que para o ano quer abrir o eixo da prevenção. A ENIPSA está virada para emergência, o GIMAE, também no âmbito da coordenação, de facto GIMAE tem o eixo da prevenção da NPISA, agora quer abrir uma estruturação, que é algo positivo, que a EAPN tem insistido muito nesta questão da prevenção. Já existe projetos piloto nestes territórios sobre a

questão da prevenção, o Barreiro é um deles, o Algarve é outro. Eu acho que nós temos trabalhado bem na questão do conhecimento da realidade, mas falta depois tudo o resto, que é de facto criar respostas, pois criam-se respostas atuando muito no âmbito da prevenção. Eu acho que é cada vez mais o foco que tem que ser aí. Claro na questão da saúde mental, nas questões da habitação são absolutamente essenciais, mas é na prevenção que nós devemos atuar, que as questões não voltem acontecer que se evite que estas pessoas fiquem em situação sem-abrigo, só conhecendo os fatores que levam as pessoas a ficarem em situação sem-abrigo podemos ajudar” E13

“Neste momento é preciso investimento na área da prevenção, que é um dos grandes pilares da estratégia não é? A área de prevenção está muito pouco prevista, mas nós não temos propriamente um apoio, apoios financeiros, que sejam ágeis para pessoas que estão prestes a perder a sua habitação. Não temos equipas de resposta rápida no terreno que sejam distintas das outras equipas e que atuem com uma eficácia tremenda, quando uma pessoa está na primeira noite na sua situação sem-abrigo na primeira noite... se quisermos de imaginarmos numa pirâmide, nós temos na base da pirâmide as respostas que são respostas partilhadas que são as chamadas, as respostas de emergência, depois temos as respostas individualizadas e depois um bocadinho lá em cima no topo da pirâmide temos a prevenção. Um conjunto de respostas individualizadas que vão ao encontro dessas necessidades diferentes, algumas pessoas precisam de uma resposta com suporte outra com menos suporte. Portanto, temos que ter várias, mas temos que ter um enfoque grande nas respostas individualizadas e depois as respostas partilhadas um bocadinho e tem que ser a de emergência... que sejam respostas que lá dentro tem espaços pensados e individualizados que garantem a dignidade que dão entrada que não separem casais e que não separem donos de animais... conseguem proteger uma mulher que vem de uma situação de violência doméstica que entre numa resposta de emergência. Efetivamente o que nós precisamos de fazer agora é passar esta ideia da estratégia à prática” E14

“Aquilo que eu tenho percebido e que eu sinto é que há um enfoque muito grande de facto nas pessoas que já estão em situação sem-abrigo, agora ao nível da prevenção continuo a questionar o que tem sido feito. Ao nível da sensibilização e da própria informação e da sensibilização da comunidade para esta problemática para as pessoas em situação sem-abrigo, acho que sinceramente há muito por fazer. Portanto, estas duas áreas sem dúvida têm que ser melhorada. Aquilo que me parece é que houve uma concentração muito grande em criar as tais equipas técnicas especializadas, formar as pessoas, formar os técnicos etc. Isto tem sido muito bem sucedido, agora tudo o que diz respeito a estas áreas da prevenção, como da sensibilização da comunidade ... ENIPSSA ainda está numa fase muito embrionária do trabalho. Portanto, acho que sim aí tem de ser todos um bocadinho mais ativos ou pelo menos as entidades competentes tem que ser mais ativas, porque efetivamente algumas situações poderão ser prevenidas” E15

“Eu acho que no meu entender devia-se continuar a reforçar a aposta na descentralização de respostas pelo país, ou seja, tem surgido alguns avisos e alguns financiamentos de apoio para abertura a motivar outros municípios que consigam abrir respostas e locais que existam maior concentração de pessoas em situação de sem-abrigo. Acho que essas respostas não podem ser pensadas a curto prazo, mas a longo prazo, ou seja, não se pode pensar no projeto que vai funcionar durante 2 anos, tem que se pensar a longo prazo, porque o

fenómeno não está para terminar nos próximos 2 anos ... a Estratégia Nacional tem um papel preponderante, muito importante nesta área, que é a prevenção. A Estratégia Nacional, tem a responsabilidade a nível nacional chamar a atenção do que está acontecer e contribuir para a diminuição das pessoas em situação de sem-abrigo. Acho que isso é um papel muito importante, que a Estratégia Nacional tem que fazer e como é óbvio poderá contar garantidamente com o município de Lisboa” E16

3.1.9 Cumprimento dos objetivos da Estratégia Nacional até o ano 2023

Constatou-se que, a Estratégia Nacional para as pessoas em situação de sem-abrigo não irá cumprir com os objetivos que propuseram até 2023.

Uma vez que, 12 entrevistados acreditam que a Estratégia Nacional não irá cumprir com todos os objetivos que propuseram até ao ano 2023.

O 9º entrevistado acredita que, a Estratégia Nacional irá cumprir com todos os objetivos. O entrevistado 3º, 14º e o 16º não sabem, se a Estratégia Nacional irá cumprir com todos os objetivos. O 7º e o 12º entrevistados afirmam que, a Estratégia Nacional não irá conseguir concretizar os objetivos e uma das principais razões foi por não conseguir investir na prevenção. Segundo o 12º entrevistado a prevenção é o calcanhar de Aquiles da ENIPSSA e vai continuar a ser se eles não investirem. Quatro entrevistados pensam que, a Estratégia Nacional não conseguirá cumprir os seus objetivos, devido à pandemia. O 4º entrevistado afirma que houve diversas dificuldades, como serviços fechados, havia serviços que funcionavam apenas em teletrabalho. O 6º entrevistado afirma que os técnicos e as próprias instituições tiveram que fazer várias adaptações devido à pandemia e houve assuntos que ainda não foram resolvidos.

O 13º entrevistado delega que a pandemia atrasou o cumprimento da Estratégia Nacional para as pessoas em situação de sem-abrigo.

O 1º entrevistado afirma que a ENIPSSA não realizará os objetivos, pois um dos principais objetivos é não haver ninguém na rua. O 2º entrevistado delega que um dos objetivos da Estratégia Nacional ainda não está totalmente concretizado, que é o conceito de pessoas em situação de sem-abrigo, visto que há pessoas que ainda não utilizam este conceito. Outra questão é sobre a monitorização do fenómeno, a ENIPSSA não tem recursos que permita que mostre como está o fenómeno. O 3º entrevistado acredita que depende apenas dos NPISAS que a Estratégia Nacional irá cumprir os objetivos.

A mestrandia escolheu sete excertos de sete entrevistas que fundamenta a sua análise sobre o cumprimento dos objetivos da Estratégia Nacional até o ano 2023.

“Não! Irá certamente cumprir muitos, assim eu espero, mas todos, não. Isso implicaria que um dos objetivos da estratégia é não haver ninguém na rua” E1

“O primeiro objetivo estratégico da estratégia que o conceito de pessoa em situação de sem-abrigo seja um conceito usado e conhecido. Seguindo o princípio da estratégia e esse objetivo e ainda está por alcançar, porque quando nós reunimo-nos com este primeiro objetivo para termos critérios muito apertados que toda a gente o siga. O outro é a monitorização do fenómeno, a monitorização é de uma enorme existência, porque eu sei que nós estamos agora em abril, maio 2022. A sociedade e a estratégia não têm recurso ou uma ferramenta que permita que mostre como está o fenómeno. Quer dizer, nós garantimos a monitorização, mas quer dizer, estes objetivos são ambiciosos tem que haver uma melhoria muitíssimo grande. Pronto, acho que os objetivos são muitos, a nível da articulação dos NPISAS está a ser feito um grande esforço” E2

“Eu acho que isso depois depende NPISA para NPISA, eu posso falar aqui de Odíveiras, não como está de Lisboa, porque não faço parte. A comunidade vida e paz faz parte do NPISA de Lisboa. Sim, acho que sim mesmo que não cumpra todos, eu acho que na maioria, eles vão sendo alcançados de uma forma ou outra” E3

“Difícilmente! Mais uma vez digo há uma série de lacunas, é assim em termos estatísticos até se pode diminuindo em alguns casos, no nosso caso está aumentar e mais uma vez, eu digo, a partir da altura em que nós vamos querendo respostas de alojamento o número vai aumentando, porque as pessoas recorrem aos sítios que efetivamente há resposta, o número sinceramente está aumentar. Eu acho que posso estar muito enganada pela minha experiência, o número aumentou, não foram ainda criadas as respostas na área da saúde mental que seriam fundamentais” E10

“A questão da prevenção eu acho que é o calcanhar de Aquiles, será e continuar a ser o calcanhar de Aquiles, se não houver investimento específico nesta matéria, de fato os territórios e as organizações tem muito a responder a questões muito concretas e se não houver aqui linhas de financiamento de apoio que introduzem, projetos experimentais de intervenção... pronto acho que falta ajudar as organizações e dar algum suporte para as soluções que possam ser criadas neste domínio” E12

“Se falarmos de outros eixos, a prevenção, sensibilização da comunidade para esta problemática, a formação de algumas áreas até que eu acho muito importante, como por exemplo a comunicação social que eu que devia haver tal e qual como organização mundial de saúde fez aqui alguns anos atrás com as questões do suicídio. Acho que era importante, a estratégia poder formar aqui a comunicação social para aprender a noticiar tudo o que diz respeito às pessoas em situação sem-abrigo. Desde logo, continua-se a tratar as pessoas como o sem-abrigo, não é o sem-abrigo, a pessoa é só uma pessoa, a condição é que é sem-abrigo... Eu acho que a estratégia tem um trabalho muito interessante, mas longo para fazer, não apreço que o pouco que estão a fazer, não me parece que tenha dado assim tantos frutos” E15

3.1.10 Perceção sobre o modelo de intervenção assente na premissa “Ninguém deve ficar na rua por mais do que 24 horas”

A mestranda conclui a partir das perceções dos doze entrevistados, que o modelo de intervenção que assente na premissa “Ninguém deve ficar na rua por mais do 24h” preconizado ENIPSSA é possível de acontecer, porém ainda não há condições para que isso aconteça neste momento. Para que isso seja possível de concretizar-se tem que haver boas respostas de emergência e boas respostas de alojamento temporários, além disso deve-se sempre respeitar quem quer estar na rua.

Outra questão são as pessoas de etnia cigana, também são consideradas sem-abrigo, mas esta premissa não se aplica a elas. Consequente, esta premissa da Estratégia Nacional tem várias limitações. Houve 4 entrevistados que não acham possível que este modelo de intervenção venha acontecer. O 7º entrevistado afirma que, não é possível esse modelo de intervenção acontecer, porque existe 7 mil pessoas em situação de sem-abrigo, logo é necessário 7 mil camas para essas pessoas e não há. O 8º entrevistado afirma que, a Estratégia Nacional para as pessoas em situação de sem-abrigo tem várias limitações, porque por vezes é mais fácil tirar um indivíduo da rua do que a rua da pessoa. O 8º entrevistado afirma que tem pessoas que já saíram das suas casas para irem viver para o centro de alojamento que ele trabalha. O 10º entrevistado não acha possível de acontecer, porque tem que haver respostas de emergência mais longas, para que as pessoas não corram o risco de irem para a rua de novo. Além disso, tem dúvidas se a resposta de alojamentos noturnos seja a melhor para a pessoa que está em condição de sem-abrigo. O 16º afirma que o modelo de intervenção é lindo e poético, mas pouco realista, pois após as 24 h para a onde as pessoas vão, além disso será que a pessoa esta disposta ir para o sítio que propõem, pois podem não gostar de cumprir regras.

As respostas de emergência devem ser mais rápidas e de longa duração. Segundo 10º entrevistado, os alojamentos de emergência só acolhem as pessoas durante 24h ou 48h, depois essas pessoas vão de novo para a rua. Os alojamentos noturno podem não ser as respostas mais indicadas para essas pessoas. De acordo o 5º entrevistado há casos que o indivíduo não tem uma resposta no prazo de 24 horas. O 6º entrevistado afirma que a cidade de Lisboa está muito saturada de casos de pessoas em situação de sem-abrigo por haver poucas respostas. Mas, a entrevistada acredita que seja possível que a pessoa não esteja em situação de sem-abrigo por mais 24 horas, porque há alojamentos temporários e essas respostas de emergência funcionam. O 14º entrevistado delega que deve haver equipas que acompanhem as pessoas em situação de sem-abrigo, pois são pessoas que estão bastante desorganizadas a nível mental. Além do mais, as respostas de alojamento devem ser de qualidade. O 16º entrevistado afirma

que é possível de acontecer as pessoas não estarem por mais do que 24h, é uma responsabilidade da ENIPSSA, dos municípios, das equipas que estão no terreno, mas também deve ser responsabilidade da sociedade em geral reportar as autoridades competentes que está uma pessoa a dormir na rua. Afirma, também que o número de pessoas em situação de sem-abrigo vai aumentar e que vai aparecer novas pessoas em situação de sem-abrigo, reforça a importância da prevenção para travar o fenómeno.

A mestranda escolheu sete excertos de sete entrevistas que fundamenta a sua análise sobre perceção sobre o modelo de intervenção que assente na premissa “Ninguém deve ficar na rua por mais do que 24 horas”.

“Para isso é preciso que a pessoa queira sair da rua, voltamos aqui à mesma questão. A pessoa não deve estar, se eu chegar ao pé de uma pessoa de uma situação que tenha sido sinalizada, a pessoa está na rua e se eu disser há aqui uma possibilidade de encaminhamento para uma resposta, um centro de acolhimento temporário, a pessoa diz, não, eu quero continuar na rua... esta premissa esta longe de ser alcançada” E3

“Voltamos à mesma questão não havendo resposta torna-se difícil. Se houvesse respostas era possível ,mediante a disponibilidade, também da pessoa, temos que respeitar sempre aquilo que é a vontade da pessoa, nem sempre as pessoas querem ser acolhidas, estão na rua, porque querem e é assim que querem manter, mas sim, para aqueles que procuram efetivamente, esta resposta seria possível. Nós tentamos no município dar resposta 24 horas, muitas das vezes só ir ao local, sinalizar a questão para outras entidades, voluntários que possam dar uma ou outra resposta mas, que não seja a nível de acolhimento” E4

“Devia acontecer, mas não acontece ,ou seja, a premissa é que ninguém devia ficar na rua mais do que 24 horas, mas há casos que acontece que a pessoa não tem resposta no prazo de 24 horas. As respostas são limitadas a nível de habitação. Quando se fala nessa premissa, sim qualquer pessoa que é acionado na linha 44, que é a linha nacional de emergência social, deveria ser uma resposta naquela altura e a premissa ,essa não passar mais do que 24h na rua, mas sabemos nós que isso muitas das vezes não acontece, já houve casos em que não aconteceu ” E5

“Acho que não tem sido possível percebo a intenção, concordo que ninguém devia permanecer na rua nem 1h. Acho que não está a ser possível, devido à continuidade das pessoas em situação de sem-abrigo que temos. No nosso Concelho houve um aumento em relação ao ano anterior e vejo que em Lisboa cada vez mais há pessoas em situação de sem-abrigo” E9

“Não, não, não, porque é assim que respostas é que nós temos. Temos a linha nacional emergência social ... Aqui nós, não temos alojamentos de emergência, só resolve o problema 24h ou 48 h e então depois vão outra vez para a rua. Depois é, será que a resposta de alojamento noturno é mais indicada, se calhar não é. Pronto, aquilo que eu noto, as pessoas que estão na nossa base de dados não são as pessoas que vão parar, são aquelas que já estão

na rua , já tem um grande historial de rua. No caso de Almada, tendo em conta que só temos vaga para 25 homens, no caso das senhoras aflige-me.” E 10

“Uma das coisas que tem que ser adequada (pausa) é linda e mágica, mas é só isso, ou seja, é uma ótima premissa e na qual lembramos sempre. Ok! Mas, isso bate mais com o nível mais macro, que é então em 24 h, a onde é que nós colocamos a pessoa e a pessoa está disposta a ir para esse sítio, com essas regras, regras que muitas vezes violam a sua privacidade e alguns aspetos os seus direitos humanos. Portanto, isso é, bonito e poético, mas acho que está um pouco adequado à realidade, a partir, lá está, a nível micro é fantástico, é assim ninguém quer ir para a rua, ninguém quer ficar a dormir na rua ou num espaço de acolhimento temporário, ninguém” E15

“Eu acho que é, se não achasse possível, não concordava com essa ambição. Acho que esse deve ser a nossa bitola! O papel de agir num espaço de 24h deve ser como é óbvio da responsabilidade da Estratégia Nacional, deve ser dos municípios, devem ser das equipas que estão no terreno, mas também deve ser de qualquer um de nós enquanto municípios. Se apercebe que está, uma pessoa em situação de sem-abrigo, cada um de nós deve ter a responsabilidade de ativar pelos meios que se sabe.

A minha expectativa é que esse número vai aumentar garantidamente e como estava-lhe a dizer no início da entrevista, há novas pessoas a chegar à situação de abrigo. Eu acho que o número de pessoas em situação sem-abrigo vai aumentar garantidamente este ano. Eu estou muito expectante para tentar perceber de um espaço de 1 ano quantas novas pessoas em situação de sem-abrigo ficaram. Por isso, é que eu digo, se não fizer nada ao nível da prevenção por muito bom trabalho que se faça no terreno atualmente que se faz, não há capacidade de resposta, isto tem que ser travado” E16

3.1.11 Influência do Covid no Programa Estratégia Nacional

Constatou-se que o prazo final da Estratégia Nacional para as pessoas em situação de sem-abrigo poderá ser alargado. Dos 6 entrevistados afirmam que, o prazo da Estratégia Nacional irá ser alargado, 6 indivíduos não souberam responder a esta questão e quatro indivíduos não deram uma resposta concreta.

De acordo com o 6º entrevistado, a pandemia prejudicou a Estratégia Nacional, visto que os objetivos mais específicos não foram cumpridos. A pandemia afetou muito as pessoas em situação de sem-abrigo, além disso o sistema estava muito lento, prejudicava o trabalho dos técnicos. O 13º entrevistado tem uma perceção diferente, segundo o entrevistado, a pandemia não foi responsável por a Estratégia Nacional não conseguir cumprir os objetivos.

Segundo o 1º entrevistado, o prazo da Estratégia Nacional irá ser prolongado devido a questões nacionais e europeias, pois a Europa está muito preocupada com o problema das pessoas sem habitação.

A mestranda escolheu seis excertos mais expressivos para fundamentar a sua análise sobre a influencia do COVID 19 no programa.

“Sim! Até porque há um aumento de pessoas de pessoas a precisar deste apoio, por causa da perda de casa e de emprego. Não será em 2023 que tem esta situação resolvida, mas em 2026 será tivermos outra crise. Mas, se esta questão do COVID 19 melhorar como tem vindo a melhorar, acredito que sim, o país ter um funcionamento normal, em 2026 ter resultados muito bons que seriam esperados em 2023” E4

“Não sei, se irá acontecer, mas tendo em conta que... houve muita coisa que estagnou neste período e alguns objetivos, se calhar não foram cumpridos, se calhar seria razoável que pudesse repensar novamente esta estratégia, principalmente alargar aqui o período” E5

“É assim a pandemia, todo este contexto é certo que teve impactos, não ajudaram visibilizar de alguns objetivos mais específicos, os que eu falava que não foram tão bem cumpridos, também foi muito devido a muita situação que nós não conseguimos controlar, foi algo que nos afetou e que afetou muito estas pessoas. O acesso ao serviço foi barrado em muitas situações ou estava menos facilitado e isso interfere o nosso dia a dia enquanto técnicos, também nas respostas que temos que dar aos nossos utentes. Eu acho que o prazo deve ser alargado por esta situação, acho que deve ser alargado, deverá ser para se fazer uma reflexão e para haver um trabalho precisamente nisto” E6

“Não sei se vai ser alargada ou se vão implementar outra, porque é assim na Estratégia Nacional da luta contra a pobreza já começa a falar das pessoas em situação sem-abrigo, portanto não sei” E10

“Eu acho que sim, se o próprio presidente já veio dizer, acredito que isso possa ser uma alternativa, portanto haver uma prorrogação do prazo da estratégia. Era importante que fosse revisto os objetivos e revistos os recursos mobilizados. Tudo isso devia ser revisto, porque claramente não foi a questão da pandemia que falhou ,obviamente que a pandemia não veio ajudar, mas em 2009 a 2015 não houve pandemia, portanto estarmos a culpar a pandemia pela a estratégia não ter cumprido os objetivos não acho correto” E13

3.2. Discussão de resultados

Neste ponto do trabalho pretende-se discutir os resultados obtidos, articulando-os com a bibliografia existente e refletindo de forma pensada a ponderada sobre do que foi encontrado.

A investigação teve como preocupação entrevistar 16 profissionais que têm conhecimento sobre pessoas em situação de sem-abrigo e sobre a Estratégia Nacional para as pessoas em situação de sem-abrigo. Os entrevistados têm idades compreendidas entre os 27 e os 58 anos, a maioria são do sexo feminino.

Como já referido, o presente estudo teve como objetivo geral conhecer se a Estratégia Nacional para as pessoas em situação de sem-abrigo tem sido eficiente e eficaz na resposta às necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo, assim como perceber se atenua o fenómeno em Portugal.

Apenas 3 entrevistados tiveram sempre interesse pelas pessoas em situação de sem-abrigo, através do voluntariado ou de um professor da faculdade. A maioria dos entrevistados, foi o cargo profissional deles que levou-os a interessar-se pela população sem-abrigo. Apenas 1 entrevistado tem formação académica sobre pessoas em situação de sem-abrigo, fez um mestrado sobre mulheres sem-abrigo. Três entrevistados têm apenas algumas formações pontuais facultadas pela ENIPSSA e 2 entrevistados têm formação em dependências substâncias psicoactivas. Os restantes entrevistados não tem nenhuma formação específica para intervir junto de pessoas em situação de sem-abrigo. A maioria do acompanhamento com a população sem-abrigo é de forma direta, as sinalizações podem ser feitas de varias formas, como camara municipal, municípios, NPISAS, PSP e vizinhos.

Os técnicos de intervenção social deparam-se com vários desafios em intervir junto da população sem-abrigo, por várias razões, pelo ambiente ser inóspito, por serem pessoas com problemas comportamentais, por terem personalidades vincadas, haver consumos associados, falta de respostas de alojamento, além disso alguns deles tem problemas do fórum psicológico. Numa fase inicial torna-se mais difícil de conquistar a confiança dessas pessoas. O 9º entrevistado enfatiza a importância de trabalhar a relação, de forma haver um melhor contato e proximidade com as pessoas em situação sem-abrigo.

Um grande desafio que os técnicos de intervenção tem que ultrapassar junto desses indivíduos são os problemas comportamentais, pois as pessoas em situação de sem-abrigo são conhecidas por apresentarem alguns problemas de comportamento, podem ser estratégias de defesa, visto que são pessoas que já tiveram várias vicissitudes na vida (Freitas, 2021).

Na maioria dos casos, viver na rua gera problemas comportamentais, isto é, obstáculos ao nível das competências de relação interpessoal, visto que estes indivíduos são obrigados a sobreviverem num ambiente bastante inóspito. Além disso, as pessoas em situação de sem-abrigo estão desmotivadas e estão extremamente desorganizadas a nível mental.

Os profissionais precisam de ajudar essas pessoas a organizarem a vida delas, começando por resolver os seus problemas das necessidades básicas, a nível da alimentação e regularização da documentação (Freitas, 2021).

Um dos maiores desafios dos técnicos é encontrar respostas para os seus utentes ,ou seja, haver respostas desde a sinalização ate à intervenção, de modo a não deixar que a pessoa tivesse mais de 24 horas na rua(Freitas ,2021).

As pessoas em situação de sem-abrigo são muito desconfiadas e frustradas. Por isso, os técnicos de intervenção social têm que usar uma abordagem mais afetuosa com esses indivíduos, acima de tudo tem que ser sincero com os seus utentes e não criar expectativas irrealistas.

Para Bento & Barreto (2001), há situações de profissionais que são pressionados e querem mostrar resultados rápidos, por isso fazem promessas infundadas às pessoas em situação de sem-abrigo (Freitas, 2021; Bento & Barreto, 2001).

Há algumas pessoas em condição de sem-abrigo que preferem morar na rua do que ir para um centro de acolhimento. As pessoas em condição de sem-abrigo devem estar o mínimo tempo possível, para elas não habituarem-se à vida de rua, pois quanto mais tempo elas ficam na rua mais difícil é tirá-las de lá (Freitas, 2021).

Um dos motivos das pessoas continuarem a viver na rua é devido aos problemas de saúde mental. As pessoas não estão em boas condições mentais para tomar as melhores decisões para a vida delas. Indo ao encontro da literatura mais 50% dos sem -abrigo tinham perturbações psiquiátricas, com particular relevo para as psicoses e consumos excessivos de álcool ou drogas ou ambos. Os sintomas psicóticos podem dar lugar a vários delírios, o indivíduo afasta-se da realidade em que vive cria na sua cabeça um mundo imaginário. (Bento & Barreto, 2002).

A partir das perceções de 6 entrevistadores, a Estratégia Nacional para as pessoas em situação de sem-abrigo, permitiu um melhor entendimento da problemática, através da criação de um conceito único a nível nacional. O conceito deve ser usado a nível nacional por todas as entidades públicas e privadas, para fins de contabilização e para caracterização das pessoas em condição sem-abrigo.

Este novo conceito visa no combate do fenómeno, de modo a intervir junto das pessoas que encontram-se em situação de sem-abrigo, como também sobre aquelas que se encontram em risco de viver na rua (ENIPSSA,2009-2015).

A relevância da e pela pessoa será o princípio fundamental de todo o planeamento e o facto da palavra pessoa aparecer na definição do conceito é pormenor que assinala essa mudança paradigmática da problemática. Este novo conceito ajuda a diminuir a exclusão social que estes indivíduos são alvo. Começam a ser vistos de uma outra maneira na

sociedade, passam a ser visto como uma população em desenvolvimento (Plano Cidade para a pessoa sem-abrigo, Lisboa, 2009)

A Estratégia Nacional, também permitiu a elaboração e o alargamento de uma rede que apoia pessoas em situação de sem-abrigo.

A ENIPSSA trouxe um novo paradigma de intervenção junto das pessoas em situação de sem-abrigo no concelho de Cascais. Trouxe um melhor entendimento sobre a problemática de pessoas em situação de sem-abrigo; a existência de uma metodologia para o controlo e Planos de Ação; a existência de base de dados atualizada dos indivíduos em condição de sem-abrigo; boa capacidade de intervenção em rede das instituições existentes. Houve uma existência de uma rede de recursos concelhia com capacidade de resposta, de forma a colmatar as necessidades básicas, como alimentação; uma boa articulação entre os técnicos dos diferentes serviços e áreas. A capacidade de atuação parte dos gestores de caso existentes no acompanhamento de indivíduos em situação de sem-abrigo; disponibilidade e implicação das forças de segurança e Polícia municipal; um maior número de respostas a nível de alojamento de indivíduos em condição de sem-abrigo (Casa Esperança com capacidade para 4 pessoas em situação de sem-abrigo) (Plano Concelhio Para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2019-2023, 2019).

A Estratégia Nacional para pessoas em situação de sem-abrigo, influenciou no desempenho das funções dos técnicos de intervenção e dos gestores de caso, permitindo para mais aquisição de competências para intervir junto das pessoas em situação de sem-abrigo.

Constatou-se, o reconhecimento de todos os técnicos de intervenção social, da relevância das linhas de orientação da ENIPSSA, para um melhor entendimento do fenómeno, para uma articulação mais favorável entre parceiros eficiente, para uma regulamentação mais uniforme, e uma melhor manutenção da problemática (Neves, 2022).

De acordo com dezasseis inquiridos, o que deve ser melhorado na Estratégia Nacional para as pessoas em situação de sem-abrigo, é o investimento na prevenção, haver mais investimento na ENIPSSA, haver mais respostas de Housing First, haver mais apoio dos municípios, haver respostas menos burocráticas, haver respostas individualizadas, haver mais acompanhamento técnico nos modelos Housing First e apartamentos partilhados, a participação das pessoas em situação de sem-abrigo na ENIPSSA, haver respostas a longo prazo, mais apoio na saúde mental, uniformização do conceito, haver mais respostas de emergência, promover a sensibilização da comunidade para problemática, recursos humanos e haver mais apoio dos municípios na ENIPSSA.

Com base no Relatório do 1º Encontro Nacional dos NPISA (2018), os participantes sentiram que ainda falta várias questões por resolver na ENIPSSA: a prevenção deve ser uma área de imperativa de investimento na Estratégia Nacional; as respostas de alojamento e respostas e serviços para a saúde mental são as grandes áreas que precisam de investimento e que não são actualmente, as necessidades atuais da ENIPSSA.

Além disso, é importante encontrar maneiras inovadoras de financiamento, de forma aumentar o número de respostas disponíveis e adequá-las às necessidades sentidas a nível local em simultâneo com uma assistência sistemática e individualizado. Falta de alojamento temporário com apoio técnico de longa duração (Relatório do 1º Encontro Nacional dos NPISA (2018).

No encontro entre os NPISAS discutiu-se mais alguns aspectos, tais como alargamento e a criação das respostas de emergências temporárias, por distrito; alargamento das respostas a nível nacional como modelo Housing First; implementação e reforço de equipas de saúde mental comunitária; e a importância de se investir na formação dos técnicos de intervenção, com o objetivo de aumentar o conhecimento e a preparação destes profissionais para intervirem no terreno.

Outro autor, mencionou a ausência de linhas de financiamento no âmbito da Estratégia Nacional para pessoas em situação de sem-abrigo e falta de alojamento temporário com apoio técnico de longa duração (Plano concelhio para a integração de pessoas em situação de sem-abrigo 2019-2023, 2019).

Constatou-se que a Estratégia Nacional para as pessoas em situação de sem-abrigo não irá cumprir com os objetivos que propuseram até 2023.

Visto que doze inquiridos afirmaram que a Estratégia Nacional, não irá cumprir com todos os objetivos que propuseram até ao ano 2023. O 1º entrevistado afirmou “Não! Irá certamente cumprir muitos, assim eu espero, mas todo não, isso implicaria que um dos objetivos da estratégia é não haver ninguém na rua.”

A mestrandia constatou a partir das perceções de 12 entrevistados, que o modelo de intervenção assente na premissa “Ninguém deve ficar na rua por mais do 24 horas” preconizado pela ENIPSSA, sim, é possível de concretizar-se, no entanto ainda não há condições para que isso aconteça neste momento.

Tendo em conta com a bibliografia, para que a premissa de intervenção da ENIPSSA seja possível de concretizar-se, tem que haver boas respostas de emergência e boas respostas de alojamento temporários, além disso deve-se sempre respeitar quem quer estar na rua. Incapacidade de resposta local e nacional para concretizar o objetivo principal da ENIPSSA e

de todos os NPISA, de que ninguém fica na rua por mais de 24h (Plano Concelhio Para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2019-2023).

Constatou-se que o prazo final da Estratégia Nacional para as pessoas em situação de sem-abrigo poderá ser alargado. O 6 entrevistado afirmou que alguns dos objetivos específicos pela ENIPSSA não foram concretizados devido ao COVID 19. Além disso, a população em situação de rua foi afetada “E assim a pandemia todo este contexto é certo que teve impactos, não ajudaram visibilizar de alguns objetivos mais específicos, os que eu falava que não foram tão bem cumpridos, também foi muito devido a muita situação que nós não conseguimos controlar, foi algo que nos afetou e que afetou muito estas pessoas”.

~

Conclusão

A presente dissertação foi desenvolvida com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre a Estratégia Nacional para as pessoas em situação de sem-abrigo, assim como compreender a realidade das pessoas que encontram-se em situação de sem-abrigo.

Analizando os resultados obtidos através da amostra podemos tirar algumas conclusões. Pretendemos apenas contribuir para uma melhor reflexão sobre a Estratégia Nacional para as pessoas em situação de sem-abrigo. Tendo como objetivo geral do estudo, conhecer se a Estratégia Nacional tem sido eficaz e eficiente em responder às necessidades das pessoas em situação sem-abrigo e atenuado o fenómeno.

Os participantes deste estudo consideram que a Estratégia Nacional tem feito um bom trabalho, sobretudo em dar um novo entendimento à problemática.

A Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo (ENIPSA) foi desenvolvida enquanto um conjunto de orientações e compromissos, que deveriam ser implementadas consoante as diferentes necessidades locais. Pretendeu-se analisar a ENIPSA de uma forma geral e, especificamente, caracterizar o fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo, assim como as suas trajetórias de vida descendentes (que colmataram nesta condição) e ascendentes (que originaram a sua reinserção na sociedade), tendo em conta o impacto da associação nestas. A ENIPSSA focou-se em mostrar à sociedade o que é a na verdade a problemática da população de rua. Mas, ainda há muito por fazer para responder às necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo e há muitos pontos por colmatar dentro da intervenção e da prevenção. A ENIPSSA não tem conseguido diminuir o fenómeno no país, pois há cada vez mais pessoas em situação de sem-abrigo, além disso estão a surgir novas situações de sem -abrigo, devido à pandemia, à conjuntura económica e à guerra na Ucrânia.

O primeiro objetivo específica do estudo, visa saber se a Estratégia Nacional para as pessoas em situação de sem-abrigo foi fundamental para promover um melhor entendimento da problemática das pessoas em situação de sem-abrigo.

Apurou-se que a ENIPSSA foi essencial para um melhor entendimento da problemática, principalmente na elaboração de um novo conceito a nível nacional.

O fenómeno deixa de ter uma abordagem local e passa a ter uma abordagem nacional. Ou seja, quando se fala de pessoas em condição de sem-abrigo na cidade de Lisboa está-se usar a mesma terminologia nas outras cidades do país. Além disso, o conceito define uma série de linhas orientadoras daquilo que cada município poderá reger-se, apesar que cada

município terá que fazer o seu ajustamento, visto que a realidade de Lisboa é totalmente distinta da realidade da cidade de Faro ou de Bragança.

A ENIPSSA tem se esforçado para uniformizar o conceito por todo o país, além disso desmistificou a ideia sobre as comunidades ciganas, constatou-se que havia muitas famílias ciganas que viviam em situação de sem-abrigo, por essa razão as pessoas de etnia cigana foram incluídas na contabilização.

Todos os municípios tem que utilizar o conceito, pois constatou-se que ainda há municípios que não adotaram corretamente o novo conceito, deve haver uniformização do conceito por todo o país. Por essa razão, há pessoas que acham que a Estratégia Nacional é a nível local e não nacional.

Um aspeto basilar no âmbito da Estratégia Nacional para as pessoas em situação de sem-abrigo visa promover um conceito justo e harmonizado de pessoas em situação de sem-abrigo, por todas as associações que intervêm junto deste grupo social específico, o que irá conduzir que para efeitos de levantamento e caracterização das pessoas em condição de sem-abrigo, todos tenham os mesmos critérios (Neves, 2022).

A ENIPSSA alargou e implementou uma rede de apoio para as pessoas em situação de sem-abrigo, designada por NPISA. Além disso, a Estratégia Nacional deu diretrizes de atuação para os NPISAS existentes, por exemplo NPISA de Almada.

A presença de NPISA nos territórios contribui de forma positiva para uma maior presença de ações de planeamento da intervenção com as pessoas em situação de sem-abrigo ou em situação de risco. A verdade é que a presença dos NPISA reforça uma intervenção planeada em todas as categorias assumidamente associadas com o conceito de pessoa em situação de sem-abrigo adotado pela (ENIPSSA Relatório inquérito aos conceitos utilizados e aos sistemas locais de informação 2017).

A ENIPSSA formou uma ajuda especializada dentro da intervenção junto com a população de rua, o gestor de caso, que faz um trabalho mais alargado com a pessoa, delinear um plano relacionado com a saúde, com as dependências, com empregabilidade e outras necessidades.

No segundo objetivo específico, compreender o que deve ser melhorado na Estratégia Nacional para as pessoas em situação de sem-abrigo na segunda fase 2017 até 2023. Constatou-se que, deve haver linhas de financiamento no âmbito da ENIPSSA, haver mais respostas de alojamento, haver respostas de alojamento mais duradouras, haver mais respostas de Housing First, haver respostas ajustadas a cada indivíduo, haver mais acompanhamento técnico nos modelos Housing First e apartamentos partilhados, haver mais recursos humanos,

haver mais respostas de emergência, assegurar o acesso aos cuidados na saúde mental, financiamento no âmbito da prevenção, uniformização do novo conceito, mais apoio dos municípios na ENIPSSA, participação das pessoas em situação de rua na ENIPSSA, promover sensibilização da comunidade sobre a problemática e respostas menos burocráticas.

O segundo objetivo específico foi saber se a ENIPSSA vai cumprir com os objetivos que propuseram até 2023, constatou-se que não, a ENIPSSA não vai conseguir cumprir com os objetivos principais, pois, um deles é garantir que ninguém fique na rua por mais 24 horas, isso ainda está longe de acontecer, por todos motivos já apresentados na dissertação.

A premissa de intervenção da ENIPSSA “Ninguém deve ficar na rua por mais de 24 horas”, ainda não é possível de se realizar, porque há poucas respostas de emergência, poucas respostas de alojamento, além disso deve-se sempre respeitar quem quer estar na rua. Por último, o terceiro objetivo específico entender se ENIPSSA vai alargar o prazo, verificou-se que em princípio a ENIPSSA vai largar o prazo, mas ainda está tudo muito incerto, os entrevistados não conseguiram responder com certeza absoluta.

Considera-se importante realçar que o esforço que tem sido feito por parte do governo, no que diz respeito ao desenvolvimento de intervenções capazes de promover a reinserção destas pessoas na sociedade. Tal é realçado pelo Relatório de Avaliação da ENIPSA (2017) e pela tentativa de colmatar pontos menos positivos através da sua reformulação e implementação de uma nova estratégia

Considerando-se que não devem ser realizadas alterações de fundo ao plano estratégico, mas sim potenciar o trabalho já realizado, de forma a facilitar a implementação de uma nova estratégia. Neste sentido, as atividades a realizar para a concretização de objetivos devem ser discutidas e ajustadas, seja através da definição de um cronograma, o envolvimento de novas entidades ou a identificação de investimento orçamental.

Para estudos futuros consideramos que o tema escolhido ainda é pouco estudado, por esse motivo devia haver mais trabalhos científicos sobre esta temática, de modo haver mais debate sobre este tema no parlamento e nos municípios.

Referências bibliográficas

Aguiar, A. & Meireles, P. (2021). *As pessoas em situação de sem-abrigo: ninguém pode ser deixado para trás*. Porto. Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto. <https://ispup.up.pt/wp-content/uploads/2021/11/COVID-19-e-as-pessoas-em-situacao-de-sem-abrigo.pdf>

Afonso, C. (2017). *Desafiliação do Sem-abrigo*. Dissertação de mestrado. ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Aldeia, J.(2011). *A Barraca do Rui: os laços sociais no fenómeno dos sem-abrigo* [Dissertação de Mestrado]. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade Coimbra. [Consult.23 março de 2012] Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/15725>

Alves, N. (2022). *Um indicador de pobreza multidimensional para Portugal*. Banco de Portugal. https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/re202213_pt.pdf

Arruda, R.; Colaço, J., Baia A. (2014). *O que é a exclusão social?* Lisboa Escolar Editora

Batista, A. (2009). *Plano cidade para a pessoa sem-abrigo* Lisboa. [file:///C:/Users/m/Desktop/DOCS.%20%20ENIPSSA/Plano%20Cidade%20Pessoa%20Sem%20Abrigo%20%20Abril%202009%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/m/Desktop/DOCS.%20%20ENIPSSA/Plano%20Cidade%20Pessoa%20Sem%20Abrigo%20%20Abril%202009%20(1).pdf)

Bento, A. & Barreto, E. (2002). *Sem-amor sem-abrigo*. Lisboa: Climepsi editores.

Belchior, A. (2014). *Núcleo de apoio local: uma resposta inovadora para a pessoa em situação de sem-abrigo*. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Ciências Humanas. <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/17243/1/Ana%20Filipa%20Correia%20Belchior%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado.pdf>

Câmara Municipal de Lisboa. (2019). *Plano Municipal para a pessoa em situação de sem abrigo 2019-2023*. Lisboa.

Câmara Municipal de Lisboa (2020). *Acolhimento da população em situação de sem-abrigo no pavilhão do casal vistoso*. Obtido de Câmara Municipal de Lisboa: <https://www.lisboa.pt/atualidade/noticias/detalhe/acolhimento-da-populacao-emsituacao-de-sem-abrigo-no-pavilhao-do-casal-vistoso>

Carmo, H. (2007) *Desenvolvimento Comunitário* (2ª ed). Lisboa: Universidade Aberta.

Carmo, H. & Ferreira, M. (2008) *Metodologia da Investigação. Guia para Auto-Aprendizagem*. (2ª ed). Lisboa: Universidade Aberta.

Campos, F. (2010). *Caracterização dos estilos de vida dos sem-abrigo da cidade do Porto. Dissertação de mestrado*. Instituto Politécnico do Porto. Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto.
https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/721/1/DM_FilipaCampos_2010.pdf

Capucha, L. (2004). *Desafios da Pobreza*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Instituto Superior de Ciencias do Trabalho e da Empresa.
https://www.researchgate.net/publication/304042048_Desafios_da_Pobreza

Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crónica do salário*. São Paulo. Editora Vozes

Castel, R. (1994) – *As armadilhas da exclusão*. In: WANDERLEY, M., BÔGUS, L., YAZBEK, M. C., Desigualdade e a questão social, São Paulo: EDUC.

Costa da Bruto, A. (2007). *Exclusões sociais* (6ª Edição; 1ª edição, 1998). Lisboa: Gradiva. ISBN 972-662-612-9.

Coutinho, S. (2021). *Políticas Públicas de Intervenção para Pessoas em situação de Sem-Abrigo: Proposta de critérios de avaliação potenciadores da eficácia na prevenção e intervenção junto da população*. Dissertação de mestrado. Instituto Universitário de Lisboa

Crochík, J. *Teoria Crítica da Sociedade e Estudos sobre o Preconceito*. Revista Psicologia

Crochík, J. (1996). *Temas em Psicologia*. São Paulo. Instituto de Psicologia.

Cruchinho, M. (2018). Relatório 1º Encontro Nacional dos NPISA.
<file:///C:/Users/m/Desktop/Relatório%201º%20Encontro%20Nacional%20dos%20NPISA.pdf>

Diogo, F. (2015). *Pobreza e Exclusão social em Portugal: Contextos, transformações e estudos*. Famalicão. Edições Húmus.

Diogo, F. (2021). *A pobreza em Portugal: Trajetos e quotidianos*. Lisboa. Fundação Francisco Manuel dos Santos. https://www.ffms.pt/sites/default/files/2022-07/a-pobreza-em-portugal-trajetos-e-quotidianos_0.pdf

EAPN (2018) Relatório Anual Rede Europeia Anti Pobreza Portugal 2021. Observatório nacional luta contra a pobreza. Disponível em:
file:///E:/2ªPASTA%20DE%20TUDONA%20PROMOÇÃO%20DA%20INTEGRAÇÃO%A%20BRIGO/BIBLIOGRAFIA%20SOBRE%20POBREZA/Relatorio-2021_%20POBREZA%20E%20EXCLUSÃO%20SOCIAL.pdf

EAPN Relatório Pobreza e Exclusão Social em Portugal 2020. Observatório nacional luta contra a pobreza.

EAPN (2022). Relatório pobreza e exclusão social em Portugal 2022, Observatório nacional luta contra a pobreza. Disponível em : <https://www.eapn.pt/wp-content/uploads/2022/10/Pobreza-e-Exclusao-Social-em-Portugal-2022-REAPN05.pdf>

Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em situação de Sem Abrigo [ENIPSSA], (2019). Inquérito de caracterização das pessoas em situação de sem-abrigo. Síntese de Resultados. 31 de Dezembro de 2019.

Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo [ENIPSA]. Prevenção, Intervenção e Acompanhamento. 2009-2015. https://www.segsocial.pt/documents/10152/13334/enipsa_2009_2015/b8ca2dae-9f65-415b-b2cde1fc5db49b5c/b8ca2dae-9f65-415b-b2cd-e1fc5db49b5c

Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em situação de Sem Abrigo [ENIPSSA], (2020). *Prevenção, Intervenção e Suportes para a Resolução da Problemática das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo em Portugal*. In Curso Intensivo.

Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem Abrigo [ENIPSSA]. Sumário Executivo. 2017-2023. <http://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/ENIPSSA+2017-2023+%E2%80%93+Sum%C3%A1rio+Executivo/4d02c057-6a264fa3-9b43-f1b7f77ae3c>

Estratégia Nacional para a integração de pessoas sem-abrigo (ENIPSSA). Plano de Ação 2017-2018. <file:///C:/Users/m/Desktop/DOCS.%20%20ENIPSSA/Plano%20de%20Ação%202017-2018.pdf>

Estratégia Nacional para a integração de pessoas sem-abrigo (ENIPSSA) Plano de Ação 2019-2020. <file:///C:/Users/m/Desktop/DOCS.%20%20ENIPSSA/Plano%20de%20Ação%202019-2020.pdf>

Estratégia Nacional para a integração de pessoas sem-abrigo (ENIPSSA): Prevenção, intervenção e acompanhamento 2009-2015.

file:///C:/Users/m/Desktop/DOCS.%20%20ENIPSSA/enipsa_2009_2015.pdf

Estratégia Nacional para a integração de pessoas sem-abrigo (ENIPSSA). Relatório inquérito aos conceitos utilizados e aos sistemas locais de informação 2017

<file:///C:/Users/m/Desktop/DOCS.%20%20ENIPSSA/Inquérito%20aos%20conceitos%20utilizados%20e%20aos%20sistemas%20locais%20de%20informação%20-2017%20Relatório.pdf>

Escorel, S. (1999). *Exclusão social em busca de uma categoria*. Rio de Janeiro. Fiocruz. <https://books.scielo.org/id/rbtvb/pdf/escorel-9788575416051-03.pdf>

Gerhardt & Silveira (2009) *Métodos de pesquisa*. Rio Grande do Sul. Editora UFRGS. <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>

Gil, A. (1999). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo. Editora Atlas. https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf

Gil, A. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa sociais*. São Paulo. Editora Atlas. https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil_c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf

Guiddens, A. (2008). *Sociologia*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3114970/mod_resource/content/1/Anthony_Giddens_Sociologia.pdf

Instituição Nacional de Direitos Humanos (2021) *Os sem-abrigo : Cadernos da Pandemia*. Provedor de Justiça. https://www.provedorjus.pt/documentos/sem_abrigo_cadernos_da_pandemia_2021_web.pdf

Instituto Segurança Social (2017). Relatório de avaliação da Estratégia Nacional para a integração de pessoas sem-abrigo 2009-2015: Prevenção, intervenção e acompanhamento.

file:///C:/Users/m/Desktop/DOCS.%20%20ENIPSSA/RA_ENIPSA%20-%20Cópia.pdf

Instituto Segurança Social (2005) – Estudo dos Sem-Abrigo, Instituto da Segurança Social, Lisboa;

Instituto Nacional de Estatística (INE). (2010) Sobre a pobreza, as desigualdades e a privação material em Portugal.

Instituto Nacional de Estatística a) (2010). *Estimativas da População para 2009 – Projeções da População 2000 a 2050*

Instituto Nacional de Estatística b) (2010), Sobre a Pobreza, as Desigualdades e a Privação Material em Portugal”, Lisboa: INE acedido em <http://observatorio-das-desigualdades.cies.pt>

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2021). Rendimento e Condições de Vida - 2021, Destaque, 17 de dezembro.

Leal, G. (2011). *Exclusão social e ruptura dos laços sociais*. Análise crítica do debate contemporâneo. Florianópolis Editora da ufsc.

Lima, M. (1998). *Estereótipos, preconceitos e discriminação. Perspectivas teóricas e metodológicas*. Salvador. Editora da UFBA

Martins, A. (2017). *As Sem-abrigo de Lisboa – Mulheres que sonham com uma casa*. Lisboa: Chiado Editora.

Martins, A. (2007). “*As Sem-Abrigo de Lisboa*” apresentação no âmbito de Tese de Mestrado, Departamento de Ciências Sociais e Políticas (DCSP). Universidade Aberta (UA)

Marques, F., & Lúcio, J. (2018). *Sem Abrigo em Lisboa. Narrativa num tempo de ise*. Lisboa: Chiado Books.

Neves, A. (2022). *A implementação da Estratégia Nacional para a integração de pessoas em Situação de Sem-abrigo: Estudo de Caso no Centro de Acolhimento e Inserção Social-Comunidade de Inserção, em Coimbra*. (Tese de mestrado). Universidade de Coimbra. Obtido em <https://eg.uc.pt/handle/10316/100303>

Paugam, S. (2009). *Le lien social* (2º Edição). Paris: PUF. ISBN 978-2-13-057830-7.

Pais, J. (2016). *Nos rastros da solidão: deambulações sociológicas*. GD Publishing / Edições Machado. Obtido em <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/24069>

Pereirinha, J. (2008). *Género e pobreza: impacto e determinantes da pobreza no feminino*.

Lisboa Câmara Municipal. Plano Municipal para a pessoa em situação de sem-abrigo 2019-2023. Obtido em <file:///C:/Users/m/Desktop/DOCS.%20%20ENIPSSA/Plano%20Municipal%20para%20a%20pessoa%20em%20situação%20de%20sem-abrigo%202019-2023.pdf>

Programa Nacional para a Saúde Mental (2019). *Pessoas em Situação de Sem-Abrigo - Manual de Procedimentos de Referenciação/Articulação entre a Saúde Mental e o Setor Social*. Lisboa. Direção-Geral da Saúde. Obtido em <file:///C:/Users/m/Desktop/DOCUMENTOS/A%20SAUDE%20DOS%20SEM-ABRIGO%20EM%20CONTEXTO%20COVID%2019/manual-PSA-final.pdf>

Santos, E. (2019). *Preconceito e exclusão social estudos em Psicologia no Brasil*. Universidade de Federal do Piauí. EDUFPI. Obtido em: file:///C:/Users/m/Desktop/DOCUMENTOS/Nova%20pasta/Preconceito_e_Exclusao_Social_Estudos_em.pdf

Sawaia, B. (1999). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. São Paulo. Editora Vozes. Obtido em: <https://bibliotecasocialvirtual.files.wordpress.com/2010/06/as-artimanhas-da-exclusao.pdf>

Serviço de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (SICAD) / Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção / Divisão de Intervenção Terapêutica (2020) Guia de Apoio à acessibilidade das pessoas em Situação de Sem Abrigo aos cuidados de saúde especializados em comportamentos aditivos e dependências. Obtido em: <file:///C:/Users/m/Desktop/DOCUMENTOS/A%20SAUDE%20DOS%20SEM-ABRIGO%20EM%20CONTEXTO%20COVID%2019/GuiaDeAcessibilidadeCAD.pdf>

Reis, F. (2018). *Investigação Científica e Trabalhos Académicos*. Guia Prático. (1ª Ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

Relatório 1º Encontro Nacional dos NPISA (2018). Obtido em: <file:///C:/Users/m/Desktop/Relatório%201º%20Encontro%20Nacional%20dos%20NPISA.pdf>

Rede Europeia Anti-pobreza [REAP], (2008). Plano Nacional de Ação para a Inclusão 2008-2011 file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/PNAI%202008-2011_contributos%20REAPN.pdf

Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal (EAPN) (2009), Indicadores sobre a Pobreza - Portugal e União Europeia, Porto:

Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal (EAPN) (2019). *Plano Concelhio para a integração de pessoas em situação de sem-abrigo 2019-2020*. Obtido em: <file:///C:/Users/m/Desktop/DOCS.%20%20ENIPSSA/Plano%20Concelhio%20Para%20a%20Integração%20de%20Pessoas%20em%20Situação%20de%20Sem-Abrigo%202019-2023.pdf>

Ruivo, F. (2002). *Poder local e Exclusão social. Dois Estudos de Caso de Organização Local da Luta contra a Pobreza*. Coimbra. Quarteto Editora

Tavares, A. (2013). *Pobreza, Exclusão Social e Desenvolvimento Social: o Caso do Programa Rede Social em Almada*. (Tese de mestrado). ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Obtido em: https://repositorio.iscte.iul.pt/bitstream/10071/8358/1/master_arlindo_semedo_tavares.pdf

Serviço de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (SICAD) / Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção / Divisão de Intervenção Terapêutica (2020) Guia de Apoio à acessibilidade das pessoas em Situação de Sem Abrigo aos cuidados de saúde especializados em comportamentos aditivos e dependências. Obtido em: <file:///C:/Users/m/Desktop/DOCUMENTOS/A%20SAUDE%20DOS%20SEM-ABRIGO%20EM%20CONTEXTO%20COVID%2019/GuiaDeAcessibilidadeCAD.pdf>

Vasconcelos, M. (2011). *A rede social do concelho de Ovar e a sua perceção do combate à pobreza e à exclusão social*. (Tese de dissertação). Instituto superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa. Obtido em:

file:///C:/Users/m/Desktop/Tese%20de%20Mestrado%20-%20A%20Rede%20Social%20do%20Concelho%20de%20Ovar%20e%20a%20sua%20Percepção%20do%20Combate%20à%20Pobreza%20e%20Exc.pdf

APÊNDICES

Apendice I

GUIÃO DA ENTREVISTA AOS TÉCNICOS, DIRETORES DAS ASSOCIAÇÕES E OUTROS PROFISSIONAIS

1ª PARTE

1. Qual é a sua formação inicial e complementar?
2. Quando e como se interessou pela população sem-abrigo?
3. Em termos da problemática dos sem-abrigo tem alguma formação específica académica ou teve formações pontuais na associação em que trabalha? Há quanto tempo trabalha como técnico(a) de intervenção?
4. Como conheceu a associação? Quais são as suas principais funções na associação? Há quanto tempo exerce essas mesmas funções?
5. A seu ver quais são as maiores dificuldades e desafios que sente em trabalhar ou intervir junto dos indivíduos em situação de sem-abrigo?
6. Quem são os sem-abrigo que são acompanhados pela instituição e como é feita a sinalização e por quem?
7. Na sua perceção quais são as principais razões das pessoas continuarem a viver na rua ?

2ª PARTE

1. Acha que a Estratégia Nacional para as pessoas em situação sem-abrigo tem sido fundamental para um melhor entendimento da problemática das pessoas em condição de sem-abrigo ? E Porquê?
2. Gostaria de saber se trabalha ou se já trabalhou com a Estratégia Nacional ?
3. De que maneira a ENIPSSA influenciou no desempenho das suas funções como técnico(a) de intervenção? Acha que adquiriu mais competências para trabalhar com este grupo social específico?
4. Na sua opinião quais foram as principais falhas da Estratégia Nacional na primeira fase do período de 2009 a 2015?
5. Gostaria que me disse-se o quê que tem que ser melhorado ou ajustado na Estratégia Nacional de 2017 a 2023?
6. O modelo de intervenção assenta na premissa “ Ninguém deve ficar na rua por mais do que 24 horas “ Acha isso possível de acontecer ? E Porquê?

7. Drº Henrique Joaquim considera que projetos como "Housing First" e apartamentos partilhados ajudam a diminuir o número de pessoas sem habitação. Concorda com esta afirmação? E Porquê?

8. Na sua opinião quem é o gestor de caso?

9. Sabe em que fase se encontra neste momento a Estratégia Nacional?

10. Considera que Estratégia Nacional vai cumprir com todos os objetivos que propuseram até o ano 2023?

11. Reconhece que devido ao COVID 19 e a crise económica, por causa do mesmo poderá ser alargado o prazo final da Estratégia Nacional?

Assunto	Interesse pela população em situação de sem-abrigo
1º Entrevistado	Após o 25 de Abril começou -se a falar de pobreza em Portugal deu-se início à implementação de serviços sociais e IPSS
2º Entrevistado	Experiencia em ações de voluntariado, esteve na Quénia e esteve noutros países
3º Entrevistado	Professor influenciou e era o gestor da Estratégia Nacional
4º Entrevistado	Apoio nas equipas de rua oportunidade de trabalho na comunidade terapêutica
5º Entrevistado	A primeira experiência aquando da entrevista
6º Entrevistado	Gosto pela aprendizagem apesar de não lidar diretamente com os sem abrigo na rua
7º Entrevistado	Início em voluntariado há muitos anos
8º Entrevistado	O interesse não é pelos sem abrigo mas por pessoas geral com dificuldades
9º Entrevistado	Início como técnica psicossocial em 2008 e desde então sempre a ajudar os sem-abrigo
10º Entrevistado	Em 2017 passou a fazer parte da NIPSSA
11º Entrevistado	Longa carreira por todas as intervenções e valências
12º Entrevistado	Interesse por empatia pois lidam com muita gente desta condição
13º Entrevistado	A inserção não foi numa questão de interesse pela população sem-abrigo, faz parte com os trabalhos da EAPN dos quais faz parte
14º Entrevistado	Início de um estágio num projeto começou a lidar com pessoas sem abrigo e adições.
15º Entrevistado	Através do projeto GIRA
16º Entrevistado	Assume funções como assessor no gabinete nos direitos sociais e diretamente com os sem abrigo

Assunto	Formação específica sobre a problemática
1º Entrevistado	Mestrado em mulheres sem-abrigo
2º Entrevistado	Não , é mais em caracter pontual do que propriamente específico.
3º Entrevistado	Especialização em adições químicas e comportamentais.
4º Entrevistado	Formações a nível interno. Formação da ENIPSSA para gestores de caso.
5º Entrevistado	Formação pela segurança social sobre a Estratégia Nacional
6º Entrevistado	Sim ! A Comunidade Vida e Paz , promoveu algumas ações formativas
7º Entrevistado	Não, tem formação específica
8º Entrevistado	Não! Não existe formação específica para trabalhar com a população sem-abrigo
9º Entrevistado	Trabalhou dois anos na freguesia da Damaia e efetuou formação para trabalhar com a população com dependências
10º Entrevistado	A CML não deu formação. Formação profissional realizada pela ENIPSSA
11º Entrevistado	Não tem formação, efetuou foi muita formação sobre os sem-abrigo
12º Entrevistado	Não trabalha diretamente com as pessoas em situação de sem-abrigo
13º Entrevistado	Não trabalha diretamente com as pessoas em situação de sem-abrigo
14º Entrevistado	Não
15º Entrevistado	Não
16º Entrevistado	Não trabalha diretamente com as pessoas em situação de sem-abrigo

Assunto	Acompanhamento e sinalização das pessoas em situação de sem-abrigo
1º Entrevistado	Os sem-abrigo que são acompanhados, são todos aqueles que não têm casa. A equipa de rua são só dois assistentes socais e um psicólogo. A equipa de rua da AMI nunca deu pão a ninguém na rua, nunca deu comida a ninguém na rua, nem roupa, foi sempre uma estratégia, uma coisa muito clara nesse projeto. Trabalham com as pessoas, vamos tentar tirá-las da rua...e o nosso objetivo é sempre puxá-las para outra situação...sensibilizá-la a necessidade de ir ao centro e ter um apoio.”
2º Entrevistado	As sinalizações são feitas pelos voluntários da Comunidade Vida e Paz que realizam as voltas à noite e ainda por munícipes ou pela câmara municipal. É efetuado um acompanhamento direto com essas pessoas.”
3º Entrevistado	Trabalha maioritariamente com os sem-abrigo, sem teto. Trabalha no concelho de Odivelas e há aqui um consumo relacionado com o álcool.”
4º Entrevistado	Acompanho os sem.-abrigo no município de Odivelas. Relativamente às sinalizações há varias formas, pode chegar através de municípios da própria autarquia, através da PSP, através de instituições locais, equipas de voluntários que fazem as rondas noturnas e vão sinalizando, no hospital, todas as entidades envolvidas no município e particulares.
5º Entrevistado	Na Amadora verifica-se que a comunidade tem um espaço físico, porque é feito pela Câmara Municipal e funciona de igual modo, como espaço aberto ao diálogo de Chelas, a onde é disponibilizado apoio da assistente social, apoio psicológico pelo colega que é psicólogo.
6º Entrevistado	Em Loures, existe um núcleo de intervenção para as pessoas em situação sem-abrigo, os conhecidos NPISAS, do qual a Comunidade Vida e Paz é parceira... para além daquilo que podem ser as sinalizações aqui a Câmara Municipal de Loures pode receber que está instalado o NPISA. Após a sinalização e quando é pedida uma intervenção, depois há uma formalização, uma ficha de sinalização, depois também há parte mais formal e é sinalizado, um núcleo a onde há intervenção para as pessoas em situação sem-abrigo, depois há todo um conjunto de técnicos que acionados, depois o objetivo é de nós conseguirem partilhar. Portanto, as informações técnicas e as possibilidades de intervenção fazem, também a base de gestão de casos e depois os apontamentos, surgem como uma resposta para os utentes para poderem sair desta situação.
7º Entrevistado	Os sem-abrigo apoiados são todos que necessitam e pedem ajuda, atuam nas ruas junto das populações, nomeadamente a nível de apoio alimentar.
8º Entrevistado	A população que nós temos tem idades entre os 18 e os 65 anos, as origens são todas aquelas, como pode imaginar... não só portugueses como africanos, sul americanos e europeus. Nós aqui temos senhores e senhoras, mas temos principalmente senhores, 65 camas de homens e 10 de mulheres. A sinalização destas pessoas é feita, através de outras instituições na cidade de Lisboa, portanto esta valência é uma parceria entre o Exército de Salvação e Câmara de Lisboa e Segurança Social, portanto as entidades que encaminham pessoas em situação de sem-abrigo são a Segurança Social...todas instituições da cidade de Lisboa fazem parte de uma rede que se chama o NIPSA que é uma rede de instituições que apoia as pessoas em situação de sem-abrigo da cidade de Lisboa.”

9º Entrevistado	Temos muitas sinalizações de munícipes de pessoas que apercebem que está uma pessoa a pernoitar, enviam sempre para a nossa divisão. As sinalizações encontram-se sinalizadas e centralizadas por técnicos ou pela PSP, onde nos é enviada uma ficha própria que foi criada pela ENIPSSA .
10º Entrevistado	As pessoas em situação sem-abrigo de Almada, nós acompanhamos de uma forma mais direta, eu acompanho de uma forma direta, porque eu sou gestora e coordenadora de um espaço de acolhimento noturno .
11º Entrevistado	A CÁRITAS em Portugal tem algumas respostas residenciais de Emergência, mas no que diz respeito ao atendimento de proximidade não há separação por tipologia de problema .Quando identificadas situações a CÁRITAS procura na rede local a resposta mais adequada ou encaminha/sinaliza.
12º Entrevistado	-
13º Entrevistado	-
14º Entrevistado	A Crescer começou em 2001, a trabalhar com equipas técnicas de rua ... respostas de primeira linha e de proximidade de equipas que se deslocavam alguns bairros de consumo de estupefacientes, a dormir no mesmo sítio onde consomem e a fazer as suas restantes atividades durante o dia. O trabalho da Crescer é de rua, proximidade, de primeira linha com pessoas em situação de grande vulnerabilidade, muitas vezes afastadas em estruturas de saúde e sociais e que em muitos casos o único contacto são estas equipas de rua .
15º Entrevistado	A Gira acompanha pessoas que foram identificadas anteriormente, foram identificadas como sendo pessoas com alguma problemática de saúde mental, a sinalização é sempre feita ao NPISA nunca é feita aos técnicos gestores de caso, diretamente ou quando é feita aos gestoras é diretamente por via dos contactos que recebemos e fazemos . Nos direccionamos sempre para o NPISA . A sinalização é sempre feita ao NPISA de Almada e pode ser feita por qualquer organismo ou por qualquer pessoa.”
16º Entrevistado	As pessoas em situação sem-abrigo são acompanhadas formalmente através de gestores de caso. Para além disso são acompanhadas diariamente pelas IPSS contratualizadas pela CML que efetuam trabalho em contexto de rua garantindo o acompanhamento psicossocial e saúde e também nos vários contextos de alojamento”.

Assunto	Maiores dificuldades e desafios em intervir junto das pessoas em situação de sem-abrigo
1º Entrevistado	A maior dificuldade que existe é realmente a falta de habitação. O papel do técnico é de extrema importância.
2º Entrevistado	Trabalhar com uma pessoa em situação de sem-abrigo é trabalhar com uma pessoa que é pouco amistosa, quer dizer, eu não estou a trabalhar num centro a onde a pessoa tem as necessidades satisfeitas, a onde eu tenho uma sala acolhedora. Portanto, as características das pessoas são um enorme desafio uma grande dificuldade, porque os técnicos têm que estar preparados para poderem atuar circunstâncias menos favorável”
3º Entrevistado	Próprios consumos são aqui um desafio, trabalhar aqui esta problemática, a motivação...eu não diria que é um trabalho difícil, é um trabalho que exige muito por quem o faz no sentido que nós precisamos estar aqui assente a questão do pragmatismo, eu posso acompanhar uma pessoa dizer que consome álcool e que não quer fazer o tratamento. Eu sei que aquela pessoa não fazer um tratamento acaba por falecer na rua.
4º Entrevistado	Uma das maiores dificuldades é a falta de respostas para dar a esta população, vamos para a rua, fazemos um trabalho com eles, queremos tirá-los da rua, muitos desconfiados pela experiência de vida que acabam por ter muita dificuldade em conectar-se com alguém.
5º Entrevistado	Existe uma questão a nível mental ou também de pessoas que estão muito tempo que passam muito período na prisão, sem nenhum suporte cá fora... sentimos depois que há uma descrença já pela pessoa quem vem pedir ajuda, sabemos que é tudo muito burocrático, há sempre muitas questões que são entraves e a pessoa acaba sempre por já vir e ficar desacreditada no sistema, acho que esse é o principal entrave.
6º Entrevistado	a principal dificuldade que eu sinto é por vezes a nossa vontade, enquanto técnicos, nós sabemos que é o indicado e razoável para aquela pessoa naquele momento pode não ser aquilo que a pessoa acha que precisa naquele momento. Eu acho que esse é o maior obstáculo... maior desafio das nossas expectativas
7º Entrevistado	A população que está na base dessa situação é complexa, estamos a falar de uma situação de limite em que abrange basicamente uma rede de problemas que está ali inerente, uma série de fatores muito complexos e que só por si torna a nossa intervenção mais complicada e com resultados mais demorados.
8º Entrevistado	O trabalho que se desenvolve com as pessoas que sofrem de exclusão social e um trabalho de alto risco... nós não temos como garantir que tudo aquilo que fazemos irá realmente levar a pessoa a sair de exclusão social, a nossa responsabilidade é promover uma oportunidade de mudança na vida da pessoa.
9º Entrevistado	O maior constrangimento acho que há poucas respostas a nível de alojamento e muitas das vezes as respostas são desadequadas aos utentes tornando-se uma desmotivação pelo próprio utente.
10º Entrevistado	Há uma dificuldade que é a dificuldade de relação... depois o grande problema é começarem outra vez a ganhar confiança destas pessoas, se não eu sou mais uma... que não vai fazer nada como ninguém fez. Esta é a grande primeira luta voltar a fazer com que estas pessoas confiem em nós.”

11º Entrevistado	Uma das grandes dificuldades é encontrar a abordagem certa. O principal desafio na abordagem as pessoas sem-abrigo é perceber-se que tem que centrar muitas vezes no mundo dessas pessoas . O projeto seria sempre seduzir as pessoas para as levar a um espaço em que elas possam construir essa nova perspetiva de vida.
12º Entrevistado	Respostas viradas para as pessoas em situação de sem-abrigo são muito, muito poucas .
13º Entrevistado	A falta de conhecimento sobre o conceito da pessoa em situação de sem-abrigo o que dificulta ,também é a sinalização.
14º Entrevistado	Eu diria que é muitas vezes a falta de ferramentas...existe nós e existe eles .
15º Entrevistado	“Estas foram pessoas que já passaram por muitos serviços, nós técnicos identificamos as suas necessidades , mas a pessoa não a vê e portanto esse é um dos desafios que nós percebermos determinadas necessidades da pessoa ,trabalhar determinadas coisas e a pessoa não vê essa necessidade para ela está tudo bem.
16º Entrevistado	O principal desafio é que uma das soluções á a focagem na área da prevenção

Assunto	Perceções sobre as principais razões das pessoas continuarem a viver na rua
1º Entrevistado	Alguns não querem por milhares de razões. Por vezes preferem a rua aos abrigos, porque acham que tem menos privacidade, não querem cumprir horas de entrada, não cumprir horas de saída...89 % ou mais das pessoas que estão na rua estão identificadas já foram dadas soluções, já foi feito trabalho com eles.
2º Entrevistado	As pessoas apenas desejam manter-se na rua , porque apesar de tudo estão em segurança no seu espaço de conforto ou porque não têm discernimento para observar alternativas a estar na rua .
3º Entrevistado	Como para nós é natural termos uma casa para essas pessoas é natural estar na rua São pessoas que vivem mais de 30 anos na rua, portanto metê-las agora numa casa, era impensável, porque não iam.
4º Entrevistado	Muitas das vezes quer ter a vida de rua e continuar na rua, porque tem a sua autonomia, a sua independência, não tem que dar justificações a ninguém, não tem horários e acaba por leva-los a ficar na rua.
5º Entrevistado	Querendo ou não acabam por habituar-se à vida de rua
6º Entrevistado	Acho que esta problemática, é também uma que leva as pessoas que mantenham o comportamento de rua , porque conhecem a rede , é lá que de uma forma outra satisfazem aquilo que eles acham prioritário naquele momento , porque muitas pessoas privilegiam o consumo ou fazem de tudo para chegar ao consumo e não veem como prioridade de não estarem em condição sem-abrigo .
7º Entrevistado	As sociedades ditas desenvolvidas em algumas áreas fomos perdendo um bocadinho esta ideia das estruturas comunitárias , das famílias , dos suportes. É mais uma questão social do que económica ... nas grandes cidades tornarmo-nos mais egoístas .
8º Entrevistado	A principal razão que leva as pessoas a viverem em situação de exclusão social é uma razão relacional, isto é, são relações de afeto que se foram destruindo ao longo da vida .
9º Entrevistado	Eu acho que em relação aos nossos utentes a questão de terem consumos, eles ficam muito desorganizados e a prioridade deles é o consumo.”
10º Entrevistado	O fato de viverem com regras e a falta de tratamento mental no nosso país ... Passa muito pela patologia mental, é assim qual é a pessoa que no seu perfeito juízo que em vez de estar dentro de um espaço acolhedor e seguro prefere estar na rua, não faz sentido.
11º Entrevistado	Ficar na rua na primeira noite é um facilitador para outra noite. A pessoa quando fica na rua esta numa situação de absoluto desespero, não tem outra solução, perdeu tudo, mas tem medo , se ficar a primeira noite na rua e não tiver medo ou se achar que não há razão para ter medo vai ser cada dia mais difícil encontrar um plano alternativo. Porque, é uma liberdade enorme e sem obrigações.
12º Entrevistado	Muita gente com doença mental que, também pelas questões da doença mental ou dos consumos foram as relações de amizade e de família foram-se degradando .”

13º Entrevistado	há vários fatores , desde precariedade no emprego , problemas de saúde mental ou toxicodependência , se bem que a questão da saúde mental é um bocadinho complexa , porque ainda não há estudos suficientes e os estudos que há são muito baseados em análises estatísticas o que não é positivo , são bons dados . Mas, às vezes temos uma abordagem mais qualitativa , porque em relação à saúde mental , por exemplo há quem defenda que é a condição da pessoa situação sem-abrigo que leva a problemas do fórum mental , outras pessoas dizem que não que são os problemas do fórum mental que leva as pessoas a ficar em situação sem-abrigo e eu acredito mais na pequena hipótese que é a condição de pobreza e de exclusão social extrema , neste caso que leva a pessoa a ter problemas de saúde mental .”
14º Entrevistado	As pessoas podem acabar em situação sem-abrigo devido a uma crise económica, perda de trabalho e a pessoa acaba desempregada ... questões económicas e sociais gerais que fazem com que os próprios indivíduos não consigam satisfazer as suas necessidades ... como é caso da habitação...
15º Entrevistado	As regras são bastante complexas para quem vive de forma precária , mas é assim , na rua também há regras , na rua também há regras , na rua não se vive de forma tao livre quanto isso , na rua também há regras , há regras de convivência com os outros ... Para viver na rua é necessário de facto ser muito disciplinado em relação a determinadas regras , porque está em causa a sobrevivência .
16º Entrevistado	Eu não diria que elas preferem ficar na rua , eu acho que naquele momento , no contexto em que aquelas pessoas se encontram naquele momento poderão dizer que preferem ficar na rua , mas eu não acredito nisso . Acredito que todas as pessoas irão sempre preferir uma solução habitacional e eventualmente naquele contexto específico face à saúde mental face à condição que se encontra poderão dizer ou afirmar isso.”

Assunto	Perceção sobre a Estratégia Nacional para os sem-abrigo
1º Entrevistado	“Sim! Sem dúvida ! É extremamente importante , em termos o conceito da pessoa que estão na rua...
2º Entrevistado	Uma é o lado operacional da estratégia... operacional da estratégia está previsto é que todos os municípios tem interlocutor para implementação da estratégia chamado NPISA... foram consolidados os NPISAS existentes digamos com mais força ainda com aquela que tinham e foi alargada a rede de NPISAS nacional, sem dúvida. A estratégia e a coordenação vai fazendo auscultação das principais problemáticas associadas às pessoas sem-abrigo, tem haver com patologia do foro mental , a problemática das adições e a carência económica e todos esses fenómenos continuam em alta na sociedade ...
3º Entrevistado	Sim! Sem duvida! Portanto, eu acompanhei aqui um bocadinho na altura a criação dessa estratégia. Esta estratégia foi muito importante no âmbito da conceptualização do tema das pessoas em situação de sem-abrigo.
4º Entrevistado	Tem sido! Ela tem sido aqui um grande apoio e acaba por nos dar diretrizes como agir. A criação dos NPISAS tem sido muito no sentido, por ter parceiros e acaba por haver aqui um maior trabalho em rede , mas de facto nem tudo funciona , nem tudo é perfeito mas acabam por nós dar ferramentas para que possamos avançar e funcionar de uma melhor forma.
5º Entrevistado	Para nós técnicos sim , para a população geral não acredito.
6º Entrevistado	Sim! De uma forma sim, portanto a estratégia, permitiu o fato de nós termos uma visão técnica, também passou muito pelo contacto com a população ou contacto com entidades que apesar de não estarem na área social , intervém muito com a área social ou problemática das pessoas em situação sem-abrigo apresentam... forças de autoridades GNR e PSP.
7º Entrevistado	Sim tem ! Um dos eixos ,inclusive da Estratégia é esse mesmo o entendimento da problemática, a divulgação da problemática. Haver uma Estratégia, originou que começassem a perceber que esta situação é real ... a estratégia nacional foi muito importante, nota-se mesmo uma diferença grande do que era as relações, do que eram os diálogos, do que era o trabalho entre instituições e estado .
8º Entrevistado	Esta Estratégia Nacional de alguma forma tem levado a um maior estudo da realidade da população sem-abrigo em Portugal... A importância de conhecer a população, o quê que leva a estar nessa situação, conhecer as suas necessidades , conhecer enfim as realidades, não só pessoais , como sociais , profissionais , realidades geográfica.. A estratégia tem que ser obviamente diversificada e ela ,também está a ser diversificada.
9º Entrevistado	A Estratégia deu-nos linhas orientadoras como deve ser o nosso trabalho e isso é fundamental, proporciona mais conhecimento na área.
10º Entrevistado	ÉA forma como ela está feita e não havendo verba aplicada, isto vai sempre depender aquilo que os municípios ou entidades que estão em determinado território vão entender como algo que deva fazer , ou seja, ela é nacional , mas depois não é nacional, porque não há vontades das regiões ou dos concelhos, devia ser mais normativa e incisiva e com verba associada , porque depois sobrecarrega demasiado os municípios.

11º Entrevistado	Houve várias tentativas de os afugentar com lavagem de rua , mas era um problema pontual. As pessoas não entendiam aquilo como um problema de um grupo que precisava de uma atenção especial e a Estratégia fez isto!
12º Entrevistado	Eu acho que tem sido fundamental por várias vias, uma delas logo , por causa da razão do conceito . Quando foi criada, a primeira edição, digamos assim da estratégia nacional ,nós não tínhamos propriamente um conceito em Portugal sem-abrigo... portanto, a questão do conceito ainda não está resolvida e surgem sempre todos os dias muitas questões relacionadas ,mas esta pessoa pode ser considerada não pode ser considerada sem-abrigo e isso fez logo que até do ponto de vista de números de quantificação passa-se a ser diferente e fez outra coisa , fez com que deixássemos considerar unicamente na contabilização , ao medir o fenómeno em Portugal , deixámos de ter unicamente as pessoas que estavam na rua , que são visíveis na rua . Portanto, o conceito permite isso ... a estratégia trouxe isso claramente essa discussão à relação do conceito , sendo mais apropriado ou desapropriado torna-se mais fácil de medir , torna-se mais fácil de quantificar , saber qual é a realidade concreta que estamos a falar em Portugal . Permitiu ter números , começar a ter números comparáveis de território para território coisa que nós não tínhamos
13º Entrevistado	Da problemática sim , porque ultimamente nós temos inquéritos todos os anos , já é alguma coisa , bem que nós , eu acho que estamos muito na fase de afinar os instrumentos, que permite ter um melhor conhecimento da realidade. Nós estamos nesta fase , começou em 2017 vai acabar em 2023. Continua existir esta luta constante ,que é a questão do conceito ... tem sido importante a estratégia, porque nós temos inquéritos oficiais... o conceito se vai uniformizando e aplicando melhor , nós vamos ter um conhecimento mais justo e fiel , falta de facto, não sei ,será vontade politica ou recursos , mas falta de facto a conceptualização e a recolha de dados e análise de dados para facto atuar , existir respostas de facto de alojamento , mas existem muitos fatores estruturais que impedem isto , tinha que ser algo muito integrado , políticas públicas a nível do estado central... O principal objetivo da estratégia que tem sido uma luta já alguns anos , embora que eu tenha só estado em Janeiro a perceber isso o facto de tentar uniformizar o conceito e que todos os territórios apliquem de forma correta.”
14º Entrevistado	Eu acho que sem dúvida num país, que têm uma estratégia para responder a uma problemática social tao grave como as pessoas em situação sem-abrigo é um ponto de partida ... Portanto , haver um pensamento ,é uma estratégia que preconiza um conjunto de respostas ,que vão desde a prevenção até intervenção é muito importante . Dá uma linha orientadora a todas as estruturas que estão e estou a falar de estruturas estatais ou não que estão no terreno a tentar intervir com esta problemática . Haver uma Estratégia Nacional para as pessoas em situação sem abrigo não é comum , haver planos municipais não é comum., portanto comprova que nós ,quanto todos, enquanto sociedade queremos investir em respostas para esta problemática ... Temos que investir na área da prevenção!
15º Entrevistado	Eu acho que tem sido fundamental! É como digo, eu não consigo ter, se calhar conseguiria ,se tivesse aqui mais anos de experiência nesta área . A verdade é que o contacto com esta área começou ,quando começou este projeto . Portanto , até consigo perceber do antes . Claro que a Estratégia Nacional é a forma que tem vindo a ser concebida, digamos assim ! Tem sido fundamental , desde logo , porque

permitiu pôr aqui os NPISA a mexer.

16º Entrevistado

Garantidamente que sim! Porque, traz para o âmbito nacional este fenómeno, ou seja, deixa de ser uma abordagem local e aborda esta temática como um fenómeno nacional . Depois, o segundo ponto, estabiliza um conceito, ou seja, estabiliza um conceito a nível nacional ,quando fala -se de pessoas em situação sem -abrigo sem teto ou sem casa em Lisboa está-se a usar a mesma terminologia em Faro , Porto , Bragança ou Leiria , também é bastante importante . Porque , estamos a falar sobre o mesmo conceito ,também define uma série de linhas orientadoras daquilo que cada município poderá seguir , como é óbvio cada município terá que fazer o seu ajustamento , porque a realidade de Lisboa não é igual à realidade de Faro ou de Leiria .

Assunto	Influência da ENIPSSA no desempenho das funções como técnico de intervenção e aquisição de competências para trabalhar com este grupo social específico
1º Entrevistado	-
2º Entrevistado	Licenciado em teologia e psicologia. É gestor.
3º Entrevistado	Formação recentemente ao nível do NPISA. , Os instrumentos tem sido muito importantes ao nível ENIPSSA , eu por exemplo tenho uma base de dados aqui da intervenção que faço dos utentes de todas as informações.
4º Entrevistado	Necessidade de empatia, pois no momento da intervenção têm-se que arranjar ali uma estratégia para resolver a situação que está ocorrer, isso acaba por nos dar ferramentas, a nível profissional.
5º Entrevistado	Veio trazer mais ferramentas, serve como base para o trabalho do dia-a-dia.
6º Entrevistado	A estratégia ensina e já reforçava ou já procurava intervir com as pessoas tendo em conta , também que é intervenção centrada na pessoa ...Eu acho que acrescentou, acrescentou sempre, avançou a minha intervenção em algumas situações mais concretas.
7º Entrevistado	Para começar, gerou muitas mais vezes reuniões , mais debate , mais procura até de alguns órgãos de comunicação social sobre algumas informações , mais presença constante com os órgãos máximos das autarquias , dos órgãos máximos do governo português , da presidência da república ... No meu caso particular, como eu não sou técnico não, no meu trabalho com as pessoas em situação de sem-abrigo quando vou ter haver mais a minha experiência como voluntário , ter mais experiência de campo e perceber como é que as coisas devem ser feitas . No caso da estratégia existe algumas formações particulares ... eu acabo por usufruir dela .”
8º Entrevistado	Trabalho sempre com eles sendo o responsável deste centro de alojamento.
9º Entrevistado	É dada formação aos técnicos e tanto eu como a minha colega que estamos nesta área, tivemos as duas formação para intervenção para pessoas em situação de sem-abrigo.”
10º Entrevistado	É assim o facto da estratégia ser nacional e às vezes obriga-nos a trabalhar com outros NPISA , obriga-nos efetivamente a pensar e a ponderar mais sobre a nossa intervenção isso é bom , por exemplo a estratégia já nos deu , duas formações que de fato foram fundamentais e como eu tinha dito à bocado a questão da gestão de caso é um modelo de intervenção maravilhoso
11º Entrevistado	A Estratégia não influenciou nada a minha ação quanto presidente da Cáritas .É uma boa ferramenta, um bom recurso e é bom conhecê-la. Quando a Estratégia apareceu, eu já tinha muitos anos de trabalho, inclusive com as pessoas sem-abrigo.

12º Entrevistado	-
13º Entrevistado	-
14º Entrevistado	Na Crescer tem muitos trabalhos guidelines e a Estratégia Nacional é uma dessas guidelines. A Crescer sempre se orientou mesmo não havendo uma Estratégia Nacional sempre se orientou para as necessidades de prevenir estes fenómenos e para as necessidades de dar resposta efetivas para que eles não se tornem recorrentes.
15º Entrevistado	No projeto de intervenção, sim, na Gira propriamente dita, não, no sentido em que, a principal função da Gira não é intervir com pessoas em situação sem-abrigo. Aqui aplica-se mais no projeto em si. Isto é mais uma, portanto o foco de intervenção da Gira é reabilitação psíco-sócial de pessoas com doença mental ou doença psiquiátrica grave. A ENIPSSA veio dizer que então para vocês trabalharem bem é importante terem formação ! Não queremos aqui amadores a trabalhar , isto é para levar a sério ! Vamos dar ferramentas a quem está no terreno e ao mesmo tempo ouvir quem está no terreno , vamos dar ferramentas a quem está no terreno há mais tempo e vamos dar ferramentas a quem está a começar agora no terreno , e também ouvir ou outro lado que é lado da prática ,para podermos cada vez mais ajustar isto .”
16º Entrevistado	“Influenciou a partir do momento em que enquanto coordenador NPISA, também estou em contacto direto , por exemplo com o processo de monitorização destes dados, em termos de conhecimento daquilo que se passa a nível da cidade e do país , tenho acesso a muitos mais dados.

Assunto	O que correu menos bem na Estratégia Nacional na primeira fase do período de 2009 a 2015
1º Entrevistado	A principal falha da primeira foi não ter dinheiro! Falta mesmo o dinheiro para concretizar o que lá está escrito.
2º Entrevistado	A primeira questão, uma das questões que não ajuda é, para grande parte do país, quando se define uma estratégia nacional ,a resposta metade do país é dizer eu não tenho nada a ver com isso, eu não tenho sem-abrigo, o quê que eu tenho a ver com isso.
3º Entrevistado	Alem de ser muito importante da conceptualização conceito de situação sem-abrigo... foi inovadora, veio aqui perceber um bocadinho aquilo que passava junto da população sem-abrigo , as suas principais características
4º Entrevistado	Não consigo dar essa resposta, porque não estava na área ainda .
5º Entrevistado	Não sei responder a essa pergunta.
6º Entrevistado	Acho que se calhar o conceito e divulgação do conceito do fenómeno devia ser feito ,se calhar mais a um nível macro , começar logo envolver todas as entidades , não sei se foi feito ou não.
7º Entrevistado	Falta uma coisa essencial que é o dinheiro , para que esse dinheiro seja utilizado para mais recursos humanos, mais técnicos, mais pessoas em determinadas áreas para fazer florescer esta área do apoio social ... mais técnicos na rua , mais médicos na rua , mais enfermeiros na rua , tem que haver condições que essas pessoas possam vir à rua. Portanto, essa é uma das maiores falhas que a Estratégia teve ... haver mais presença na rua ... vemos poucos técnicos na rua à noite e alguns durante o dia.
8º Entrevistado	Eu só acho que abordagem de 2009 a 2015 poderá ter sido uma abordagem menos integrada , isto é , menos conectada a nível da rede da cidade de Lisboa durante cada qual instituição estava virada para si própria com os seus desafios ...
9º Entrevistado	Acho que ainda há muita coisa por fazer e continuo achar que tem que haver aqui respostas mais adequadas, portanto resposta ao nível de alojamento , dos centros de acolhimento , como são agora, não são muito organizadores para as pessoas em situação de sem-abrigo, como conhece o centro de acolhimento de Xabregas , é um centro em que as pessoas só podem estar no período da noite, no período de dia tem que sair, isto não organiza .
10º Entrevistado	A primeira falha da estratégia é assim não estava tão estruturada depois ,também é como ninguém a assumiu politicamente, ela foi assim um bocadinho dependente dos municípios e efetivamente em termos de operacionalização da coisa lá está mais uma vez sem dinheiro , mais uma vez sem vínculo.
11º Entrevistado	Foi não se ter conseguido consolidar nesse tempo, portanto a Estratégia foi aprovada, foi lançada, mas depois não houve um acompanhamento, portanto ela não acabou por não ser, houve aqui um erro de sedução aos territórios para implementarem.
12º Entrevistado	Eu acho mesmo foram as questões do financiamento.... Na primeira fase não há gestor, o que há é o tal GIMAE que já havia na altura, que era coordenada pela segurança social e tinha as cúpulas das direções gerais , direção geral de emprego, da saúde, instituto nacional de habitação, as cúpulas das organizações dos vários sectores.
13º Entrevistado	Eu aí não poderia estar a ser justo a falar sobre um período sobre qual eu não trabalhei . Portanto, eu conheço muito vagamente a estratégia de 2009 a 2015 , mas obviamente que estou nesta 2017 a 2023 , portanto não poderia falar com propriedade.
14º Entrevistado	Voltando aquilo que eu estava a dizer anteriormente , nos podemos ter guidelines muito eficazes se estas guidelines não saem do documento e não passam , são traduzidas em investimento financeiro não são dinamizadas por os poderes locais , não

	há maneiras de implementar , porque elas não podem chegar ao terreno traduzir-se sem respostas.
15º Entrevistado	Eu não consigo responder , era aquilo que estava a dizer há bocadinho , eu ainda sou muito novata , apesar dos 2 anos , mas ainda sou muito novata nestas questões , obviamente que já li o que estava para trás , o que estava preconizado, etc , mas eu não tenho experiência de terreno dessa altura .
16º Entrevistado	Eu acho que a principal dificuldade que houve nessa altura , provavelmente foram os pontos de financiamentos , ou seja, pensou-se numa estratégia , pensou-se em medidas e em objetivos , mas nada se faz sem apoio financeiro .

Assunto	Melhoria da Estratégia Nacional de 2017 a 2023
1º Entrevistado	Que haja financiamento que permita a operacionalização da mesma e recursos humanos especializados para o fazer.
2º Entrevistado	A estratégia vai continuar com este desafio de se tornar óbvio que o número de pessoas está a diminuir. Para se tornar eficaz e para o resultado das estratégias e dos programas sejam realmente visíveis no número de pessoas que estão na rua , é importante que os objetivos das estratégias possam se concretizar... as pessoas com problemas de doença mental sem enquadramento e suporte familiar, tem um grau de vulnerabilidade atendendo às ausências de respostas para estas problemáticas muito grande no índice que nós sabemos estaticamente .
3º Entrevistado	Há um longo caminho pela frente, nós vivemos numa sociedade em constante alteração e tanta mudança nunca nada há de estar bem . Irá sempre existir novos dados, novas evidências, novas questões, por isso quero dizer, eu acho que a estratégia tem vindo avançar estas novas realidades, quero dizer estes novos sem-abrigo, as novas substâncias que têm surgido no mercado.”
4º Entrevistado	A criação, se calhar de mais respostas de forma menos burocrática. Nós temos respostas que estão a ser criadas efetivamente, tem existido avanços nesse sentido. Mas, por vezes muito burocráticos que acabam por demorar tempo para conseguir ter uma resposta, criar algumas respostas a nível do município é necessário muita burocracia , documentação , muitas avaliações por parte de várias respostas envolvidas na ENIPSSA que teria aqui uma questão a ser a melhorar.
5º Entrevistado	Acha que é uma questão da habitação. Housing First como modelo de emergência.”
6º Entrevistado	Um dos objetivos da estratégia passava por rentabilizar os recursos.
7º Entrevistado	A questão financeira é importante, haver mais dinheiro disponível ... as instituições e IPSS são de facto no geral muito essenciais para os diversos trabalhos que existem, sejam eles social , ambiental o que quiserem ... a parte sociativa é muito importante nesse sentido ,não só envolver a comunidade, como também é geradora de diálogo ... uma das questões da Estratégia , o estado não deveria intervir tanto e quando eu digo o estado, digo o estado local ... acho que as autarquias não estão preparadas para isso , não tem dinheiro suficiente.
8º Entrevistado	Em 2017, começou-se a trabalhar muito mais em rede, isto é, de uma forma mais integrada. O ENIPSSA tornou-se uma realidade mais intensa, relacionamento entre as instituições mais forte é auto- suficiente no cuidado com a população sem-abrigo. Todos precisamos uns dos outros para poder de alguma forma contribuir para mais completa e ajustada às pessoas em situação sem-abrigo
9º Entrevistado	A resposta ao nível de alojamento, dos centros de acolhimento, como são agora, não são muito organizadores para as pessoas em situação de sem-abrigo.
10º Entrevistado	Esta nova estratégia que está em vigor, sugeria que efetivamente fossem os municípios a assumirem a coordenação , porque eles viram que na outra anterior , os municípios ficaram um bocadinho mais à retaguarda. Os outros serviços têm que estar mais desenvolvidos.
11º Entrevistado	A Estratégia Nacional deve utilizar recursos que possam ser disponibilizado e deve implementar em cada território tem que ter um espaço libertado que lhe dê coesão. Portanto, diagnóstico daquele território ter um espaço de propriedade de implementação da estratégia , nomeadamente na criação das respostas. Agir com proximidade, ter contacto com a população sem-abrigo, ir ter com a pessoa ao sítio a onde está na rua.

12º Entrevistado	A prevenção é um dos fatores mais importante. Existem caminhos que se tem que reforçar, continuidade de apostas de investimentos em soluções habitacionais, do género Housing First e apartamentos partilhados e muito tutoria das organizações que tem estes projetos ... muito suporte a supervisão mesmo não numa lógica de controlo, mas de melhoria de intervenção que se sente que é fundamental, isso ,também e capacitação. Há mesmo necessidade de investimento financeiro e social tem pouco investimento, considerando outras áreas, há muito pouco investimento real concreto, sobretudo pouco investimento para experimentar soluções inovadoras e com esta população é preciso experimentar soluções inovadoras, sobretudo estas habitacionais que são fundamentais para tudo o resto, mesmo para doença mental ,nós sabemos que o Housing First em Portugal e outros países começou com pessoas com doença mental. Portanto, funciona, as pessoas tornam-se mais estabilizadas, precisam tutoria e muito apoio nos primeiros tempos de voltar a uma habitação.”
13º Entrevistado	Falta, se calhar fazer uma avaliação sobre a estratégia, não que ela seja feita, mas importava saber de facto, se a estratégia tem resultado ou não naquilo que nós vemos, não é que a estratégia seja má por si, quer dizer há faltas de recursos, há falta de recursos humanos , técnicos e financeiros. Às vezes é um bocadinho frustrante passamos tanto tempo em reuniões sabendo que obviamente são importantes estas reuniões, mas depois existe consequências destas reuniões, as respostas de alojamento continuam escassas. O estado continua a não conseguir ter mão no mercado de habitação que é cada vez mais especulativo e inflacionadas. As respostas de alojamento público de habitação, continua a ser pequena em relação ao privado . A ENIPSA está virada para emergência , o GIMAE ,também no âmbito da coordenação , de facto GIMAE tem o eixo da prevenção da NPISA , agora quer abrir uma estruturação que é algo positivo que a EAPN tem insistido muito nesta questão da prevenção.
14º Entrevistado	Neste momento é preciso investimento na área da prevenção , que é um dos grandes pilares da estratégia não é ? É esta área de prevenção está muito pouco prevista, mas nós não temos propriamente um apoio, apoios financeiros que sejam ágeis para pessoas que prestes a perder a sua habitação.
15º Entrevistado	Ao nível da sensibilização e da própria informação e da sensibilização da comunidade para esta problemática para as pessoas em situação sem -abrigo, acho que sinceramente há muito por fazer. Portanto, estas duas áreas sem dúvida tem que ser melhoradas, aquilo que me parece é que houve uma concentração muito grande em criar as tais equipas técnicas especializadas, formar as pessoas, formar os técnicos etc. Isto tem sido muito bem sucedido, agora tudo o que diz respeito a estas áreas da prevenção, como da sensibilização da comunidade para esta que é um dos eixos , também previstos na estratégia
16º Entrevistado	Acho que devia -se continuar a reforçar a aposta na descentralização de respostas pelo país, ou seja, tem surgido alguns avisos e alguns financiamentos de apoio para abertura a motivar outros municípios que consigam abrir respostas e locais que existam maior concentração de pessoas em situação de sem-abrigo . Acho que essas respostas não podem ser pensadas a curto prazo, mas a longo prazo, ou seja, não se pode pensar no projeto que vai funcionar durante 2 anos, tem que se pensar a longo prazo, porque o fenómeno não está para terminar nos próximos 2 anos e apostar, e muito acho aqui a estratégia nacional tem um papel preponderante, muito importante nesta área que é a prevenção. A Estratégia Nacional, tem a responsabilidade de a nível nacional chamar a atenção do que está acontecer e contribuir para diminuição das pessoas em situação de sem-abrigo .

Assunto	Perceção sobre o modelo de intervenção assente na premissa “Ninguém deve ficar na rua por mais do que 24 horas”
1º Entrevistado	Sim!
2º Entrevistado	Eu acho que é possível de acontecer , se eu acho que já está acontecer, não está acontecer. Ainda é preciso trabalhar para que a resposta seja eficaz , há muitos aspetos aqui ter em conta ... Portanto a linha 144 não resolve , não resolve de todo , resolve algumas situações , porque depois lá do outro lado há falta de recursos , colocar as pessoas de imediato , tem que aumentar o grau de respostas...
3º Entrevistado	Para isso é preciso que a pessoa queira sair da rua , voltamos aqui à mesma questão . A pessoa não deve estar, se eu chegar ao pé de uma pessoa de uma situação que tenha sido sinalizada, a pessoa estiver na rua , se eu disser olhe há aqui uma possibilidade de encaminhamento para uma resposta , um centro de acolhimento temporário , não, eu quero continuar na rua ... esta premissa esta longe de ser alcançada.
4º Entrevistado	Voltamos à mesma questão não havendo resposta torna-se difícil. Se houvesse respostas era possível mediante a disponibilidade, também da pessoa, serem acolhidas.
5º Entrevistado	Devia acontecer, mas não acontece, ou seja , a premissa é que ninguém devia ficar na rua mais do que 24 horas, mas há casos que acontece que a pessoa não tem resposta no prazo de 24 horas. As respostas são limitadas a nível de habitação.
6º Entrevistado	Lisboa de fato é um concelho ou distrito bastante saturado, se calhar o número de respostas, também não são suficientes para dar resposta à totalidade dos casos, às vezes com maior brevidade . Mas, é possível que a pessoa não fique em condição sem-abrigo por mais de 24 horas , porque existem respostas, portanto há alojamentos temporários, respostas que continuam a ter essa função e continuam resultar nesse sentido .
7º Entrevistado	Não! Para isso acontecer tem que haver uma série de estruturas que permitam que isso seja uma realidade para a pessoa não estar na rua. O primeiro fator essencial é haver um teto , um sítio, a onde as pessoas possam ficar , portanto como não há suficiente.
8º Entrevistado	Essa resposta é uma resposta que de facto ajuda em muito tirar pessoas da rua , mas essa resposta tem as suas limitações, porque por vezes é mais fácil tirar uma pessoa da rua do que a rua da pessoa . Há pessoas sem-abrigo a viverem em casas que mesmo assim sente-se sem-abrigo.
9º Entrevistado	Acho que não tem sido possível percebo a intenção, concordo que ninguém devia permanecer na rua nem 1h .Acho que não está a ser possível , devido à continuidade das pessoas em situação de sem -abrigo que temos. No nosso concelho houve um aumento em relação ao ano anterior e vejo que em Lisboa cada vez mais há pessoas em situação de sem-abrigo.”
10º Entrevistado	Não, não ,não , porque é assim que respostas é que nós temos . Temos a linha nacional emergência social ... Aqui nós, não temos alojamentos de emergência, só resolve o problema 24h ou 48 h e então depois vão outra vez para a rua . Depois é, será que a resposta de alojamento noturno é mais indicada ,se calhar não é . Pronto, aquilo que eu noto ,as pessoas que estão na nossa base dados não são as pessoas que vão parar, são aquelas que já estão na rua , já tem um grande historial de rua .
11º Entrevistado	Eu acho que é possível e desejável , como eu disse-lhe quem consegue dormir uma noite na rua , vai ser cada dia mais difícil que mude a sua situação Nós temos pessoas na rua há mais de 20 anos.

12º Entrevistado	Eu acho possível! O que não acontece de todo. Agora é impossível ! Agora não acontece , porque não temos 2ª linha , não temos lá está, qual resposta imediata de uma pessoa que está na rua, uma camarata ou centro de acolhimentos ou uma resposta equivalente ou as pensões pagas pela segurança social , pagos pela segurança social, também dá pelas horas que derem ou os dias que derem , se houver soluções de emergência de tirar da rua. As pessoas estão 24h ou saem na rua durante 24 h , a seguir essas pessoas são canalizadas para outro tipo de resposta ou podendo ficar mais algum tempo para que isso houver questões de estabilização que precisam ser garantidas e de segurança, etc , porque as situações não são todas iguais, tem que haver 1ª linha , uma resposta concreta e a seguir linhas de retaguarda para trás.”
13º Entrevistado	Possível de acontecer é, a questão fala-se muitas das vezes da questão de existirem respostas duplicadas . Portanto, não é uma questão duplicação de respostas , acho que facto existe potencial para acabar com o fenómeno das pessoas em situação sem-abrigo... reformular as políticas publicas o RSI , existe possibilidades de fazer , tem é que ser muita coisa reformulada , começando pelas politicas publicas , respostas de alojamento , atuar na prevenção como esta.”
14º Entrevistado	Claro! Acho que estas equipas de resposta rápida . Claro que sim ! Se nós tivermos ferramentas certas eu acho que maioritariamente nós conseguimos garantir que todas as pessoas quiserem uma resposta no primeiro dia que chegam à rua a conseguem . Mas, para isso é necessário haver equipas que contactam a pessoa naquele dia . Nós não podemos esquecer que as pessoas às vezes chegam à rua em situações de uma desorganização brutal e que não fazem ideia como o sistema funciona , elas ficam perdidas no meio do sistema , elas não sabem a quem se dirigir . Portanto, para isso tem que haver equipas , equipas que façam ponte entre a pessoa e a resposta e depois tem que haver respostas com vagas suficientes com qualidade suficiente , que conseguem integrar esta pessoa sem a por neste ambiguidade que é isto é tão mau que eu prefiro estar na rua
15º Entrevistado	A nível micro é fantástico, ninguém quer ir para a rua , ninguém quer ficar a dormir na rua ou num espaço de acolhimento temporário, ninguém.
16º Entrevistado	“Eu acho que é, se não achasse possível, não concordava com essa ambição. Acho que esse deve ser a nossa bitola! O papel de agir num espaço de 24h deve ser como é óbvio da responsabilidade da estratégia nacional, deve ser dos municípios, devem ser das equipas que estão no terreno , mas também deve ser de qualquer um de nós enquanto municípios . Se apercebe que está, uma pessoa em situação de sem-abrigo, cada um de nós deve ter a responsabilidade de ativar pelos meios que se sabe.

Assunto	Drº Henrique Joaquim considera que projetos como "Housing First " e apartamentos partilhados ajudam a diminuir o número de pessoas sem habitação .
1º Entrevistado	Sim, pois a metodologia , Housing First , tem o objetivo principal de retirar as pessoas da rua que seja possível trabalhar outras dimensões humanas , como a saúde física e mental , a inserção social e profissional entre outras .
2º Entrevistado	Os projetos mencionados ajudam efetivamente a alargar as possibilidades para as pessoas que se encontram na condição de sem-abrigo e tenham opções de não permanecer na rua . Aumentando as respostas por inerência diminuem o número de pessoas sem habitação. As dificuldades resultam do facto de estarem sempre pessoas a chegar à condição de sem-abrigo .
3º Entrevistado	Sim, sim. A própria Comunidade Vida e Paz tem apartamentos partilhados é uma das nossas respostas, não Housing First , temos apartamentos partilhados.
4º Entrevistado	Mas, sim tem sido retirado, que tem ajudado a tirar da rua são mesmo o Housing First e os apartamentos partilhados .
5º Entrevistado	Eu acho que sim , são bons projetos , bem solidificados podem resultar, há casos de sucesso , não estou tao dentro , porque temos Housing First , a Comunidade tem alguns apartamentos partilhados e são respostas que são boas respostas, ou seja, dão alavanca para a pessoa depois dar o próximo passo e conseguir e integrar na sociedade depois sozinha sem esse suporte.
6º Entrevistado	As pessoas não deixam de estar em situação sem-abrigo por estarem nestas respostas ... mas, concordo com a afirmação . Ajuda sim a dar uma resposta habitacional, isso é claro, mas a pessoa está na mesma em condição sem-abrigo .
7º Entrevistado	Acho que ajuda a ter uma pessoa com teto , eu concordo parcialmente , acho que sim ajuda obviamente ... eu acho que habitação não é apenas um teto , a habitação para mim é algo mais estrutural ... nós temos uma habitação , um apartamento partilhados não é uma habitação , é um quarto é uma cama , é um ambiente fora da rua que permite à pessoa ir sendo estruturada , ir sendo estabilizada independentemente do problema que possa vir a ter ou não ter problema nenhum ter tido azar de parar à rua
8º Entrevistado	Essa resposta é uma resposta que de facto tem ajudado em muito tirar pessoas da rua, mas essa resposta têm as suas limitações , porque por vezes é mais fácil tirar uma pessoa da rua do que a rua da pessoa . Não sei se você está a perceber ? Há pessoas sem-abrigo a viverem em casas que mesmo assim sente-se sem-abrigo.
9º Entrevistado	A minha opinião é muito positiva em relação ao modelo Housing First, para mim é o que faz sentido ...acho que é mais organizador para o utente,vai ter uma casa , depois trabalhar as questões sociais, da habitação, de saúde do que o contrário, portanto sou muito a favor do modelo Housing First .
10º Entrevistado	É assim no caso dos apartamentos partilhados ,aquilo é uma filosofia para 6 meses, isto assusta-me ok! Ou seja , no caso do Housing first sim, nós temos estado implementar já temos 3... Claro que resolve! mais uma vez eu digo, isto é um investimento grande temos ali 2 técnicos ou 3 técnicos a trabalhar aquela pessoa, não é fácil. No caso dos apartamentos partilhados a mim só me aflige é o limite de tempo em que eles têm que lá estar, os 6 meses, acho que é pouco. Eu acho é que nós temos que pensar nas respostas de alojamento para as pessoas em situação de sem-abrigo diferentes, não sei .
11º Entrevistado	Todas as respostas que existem e que anunciou me parece muito úteis para fazer caminho na resolução dos problemas das pessoas sem-abrigo , sendo que qualquer

	umas dessas coisas tem virtuosidades próprias ... A habitação é uma parte da resolução do problema, há outras coisas , higiene , saúde, trabalho de acompanhamento social humano, há muitas coisas . A casa para mim , não é o principal, se não houver equipas não vale a pena haver casas ou as pessoas entendessem umas com as outras e acabam por sair ou destroem a casa , porque não percebem que a casa é deles como um bem próprio .
12º Entrevistado	o Housing First em Portugal e outros países começou com pessoas com doença mental. Portanto, funciona , as pessoas tornam-se mais estabilizadas , precisam é de muita tutoria e muito apoio sobretudo nos primeiros tempos de voltar a uma habitação ... serem autónomos, de poder gerir a sua casa , mas esta estabilidade emocional concreta e física de ter um sitio a onde eu estou em segurança é absolutamente fundamental para trabalhar tudo o resto... a própria montagem da casa comprar a cama , a onde é que montamos a televisão é em si uma fonte de aprendizagens muito mais treinar competências em sala . Porque, tem um objetivo concreto para a vida das pessoas e estamos a treinar montes de coisas , o dinheiro , o voltar o quotidiano.
13º Entrevistado	As respostas de alojamento que existem continuam a ser muito escassas e os critérios não abrange a todas as pessoas ... não estamos a falar em centros de abrigos de emergência , locais de emergência para o abrigo dessas pessoas . Estamos a falar de um sistema que seja mais acessível às pessoas em situação de sem -abrigo.
14º Entrevistado	São dois projetos que efetivamente pretendem dar resposta e reduzir o número de pessoas que estão sem habitação. . Os apartamentos partilhados são respostas partilhadas , portanto são para pessoas que primeiro conseguem estar em respostas partilhadas nem todas as pessoas conseguem , são respostas de curta duração, as pessoas têm tempo de limite para estar São respostas, também com acompanhamento de uma equipa , acompanhamento diferente daquele que é feito no Housing First ... O Housing First é menos financiado que os apartamentos partilhados.
15º Entrevistado	Estes modelos , ou seja , apartamentos partilhados seja modelo Housing First , tantos outros modelos que existem , permitem de facto integrar pessoas que estão em situação de sem-abrigo há muitos anos... é importante fazer essa passagem com devido acompanhamento técnico, porque se não vão se colocar aquelas questões que falávamos há pouco desde logo que as regras que as pessoas trazem , regras do contexto de rua ou do contexto do espaço de acolhimento temporário , não são as mesmas regras necessariamente do que estar numa casa , onde há de cuidar da casa , há que saber desde logo saber utilizar os eletrodomésticos , há de saber que é importante pôr a roupa a lavar como é que isso se faz. Acho que os modelos devem ser diversificados até por aquilo que eu estava a dizer , estamos a falar de pessoas . Se calhar uma pessoa funciona bem com o projeto Housing First, outras não, não conseguem objetivamente estarem numa casa e precisam de acompanhamento em contexto coletivo. Há pessoas que irão precisar de acompanhamento 24 h por dia , há outras que não precisam deste apoio . Portanto , no meu entender , o trabalho tem que se fazer para que estas pessoas aceitem aquilo que está a ser proposto é adequar as respostas à pessoa e não vice versa.
16º Entrevistado	Acho que os modelos devem ser diversificados até por aquilo que eu estava a dizer , estamos a falar de pessoas . Se calhar uma pessoa funciona bem com o projeto Housing First , outras não, não conseguem objetivamente estarem numa casa e precisam de acompanhamento em contexto coletivo. Há pessoas que irão precisar de acompanhamento 24 h por dia , há outras que não precisam deste apoio . Portanto , no meu entender , o trabalho tem que se fazer para que estas pessoas aceitem aquilo que está a ser proposto é adequar as respostas à pessoa e não vice versa .

Assunto	O papel do gestor de caso
1º Entrevistado	O gestor de caso, essa figura que é sempre a assistente social que gere aquela pessoa para evitar que a pessoa que vá à Santa Casa diga a mesma coisa à assistente social da Santa Casa, depois vai à Vida e Paz e diz a mesma coisa , depois vai trocar o saco de comida à AMI ou igreja tem que repetir outra vez, se houver um gestor de caso não é necessário.
2º Entrevistado	Portanto, não é o técnico de serviço social ,é um gestor de caso que tem uma formação de base. Mas, que está atuar de uma outra maneira, porque está alargar o horizonte e o gestor de caso faz um trabalho muito mais alargado com a pessoa, delinear um plano que tem a ver com a saúde, com a saúde mental, tem a ver com a saúde física, tem a ver com empregabilidade, tem a ver com área das dependências aquilo que for.
3º Entrevistado	O gestor de caso é o técnico que é atribuído para a gestão do processo daquele ... daquele utente . A estratégia , também veio aqui alertar para a necessidade de cada utente ter o seu processo, a informação estar reunida, estar agrupada, estar organizada. Nós sabemos quem é aquela pessoa , que tem aqui alguma necessidade ao nível da saúde, ao nível da medicação .Eu acho que um técnico gestor de caso é muito importante, que é a pessoa que vai criar uma relação com empatia com utente, em que vai orientar e ajudar ao nível daquilo que é a reconstrução do seu sentido de vida , proporcionar algum tipo de respostas, encaminhamento para algum tipo de respostas .
4º Entrevistado	temos o técnico gestor de caso de processo ,que está associado a câmara ou segurança social ou uma instituição local , portanto um gestor de caso sempre esses colegas
5º Entrevistado	Envolver sempre a pessoa no processo, pedir sempre à pessoa autorização para nós contactarmos outra entidade X, se nos dá autorização para falar sobre o seu caso ou expor os seus dados a outra instituição. Portanto, o envolver sempre a pessoa em todo o processo de o acompanhar a pessoa aos locais, perceber sempre se a pessoa precisa do nosso auxílio deixa-la ir sozinha.
6º Entrevistado	Na minha opinião ,o gestor de caso está com o utente numa base diária só assim é que nós podemos ter um acompanhamento.
7º Entrevistado	À partida será aquela pessoa técnico de uma instituição ou de uma entidade pública... que trabalha nessa área que no fundo vai acompanhar todo o processo da pessoa em situação de sem-abrigo, desde que ele é sinalizado até à altura que eu diria ser autónomo ... o gestor de caso, vai ajudar a procurar a tal casa, o centro de alojamento , o Housing First, arranjar todas as condições que estejam inerentes às necessidades formativas, emprego, necessidades de apoio mental ou física, se há toxicodependência ser tratada respostas se há alcoolismo tem que ser tratado.
8º Entrevistado	As pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo tem que ser referenciadas nesse lugar, se estiverem em ligação direta à Casa de Misericórdia há uma técnica que é responsável por essa pessoa sem-abrigo ,que nós chamamos o gestor de caso, se for da cidade de Lisboa , portanto está relacionada com a Santa Casa de Misericórdia , que atribui um gestor de caso a essa pessoa em situação de sem-abrigo . O gestor de caso é a pessoa que vai acompanhar o utente ao longo de todo o seu processo ,da sua vida num processo de reinserção .
9º Entrevistado	o gestor de caso pode fazer reencaminhamento ao técnico que atender o utente e o processo é mais rápido , o utente não tem que estar contar novamente a história de vida .

10º Entrevistado	O gestor de caso é o técnico que trabalha a relação , trabalha o afeto, tem um trabalho colaborativo com a pessoa em situação sem-abrigo, não obriga a pessoa a fazer nada ... tem que ser uma pessoa com uma mente muito aberta... mas uma vez eu digo trabalhar a relação com aquela pessoa , que ela sinta confiança naquele técnico e ache que aquele técnico está ali para ajudar .
11º Entrevistado	O gestor de caso deve ser a pessoa que tem mais competências especializadas na área que é o problema principal . O segundo indicador para o gestor de caso, se houver uma relação de proximidade, alguém de uma relação preferencial com um técnico na situação das pessoas sem-abrigo .
12º Entrevistado	É uma pessoa que tem um número de casos de limite para gerir e que é responsável por acompanhamento daquela pessoa e pela articulação com os outros, é o pivô de ligação à pessoa ou à família e o pivô de ligação aos serviços às outras organizações e parceiros.
13º Entrevistado	O gestor de caso é a pessoa que acompanha a pessoa em situação de sem-abrigo desde do momento que ele é integrada no processo, através do NPISA, as pessoas que as sinalizam . Faz todo o trabalho com pessoa em situação sem-abrigo, no sentido da sua inclusão , não só o sentido de emergência atuando na emergência de todo o processo da sua inclusão social. Elaborar para a pessoa um plano específico direcionado personalizado com essa pessoa .
14º Entrevistado	Olhe o gestor de caso é a pessoa que consegue estabelecer uma relação de proximidade com a pessoa que acompanha, é a pessoa que consegue perceber as necessidade, aquele que tem o maior conhecimento sobre si , aquele que consegue definir os seus objetivos... o gestor que entende, que eu não estou aqui para decidir por ti, eu estou aqui para eliminar as barreiras entre ti e os objetivos que tu tens . Eu estou aqui para fazer isto com maior respeito pelo o teu tempo, pela tua história de vida, pelas tuas características, acreditando que tu tens as competências para seres autónomo , competências para tomar decisão.
15º Entrevistado	o gestor de caso é alguém, como eu costumo dizer é o elástico muito grande . Ou seja, nós temos que ter uma flexibilidade e uma capacidade de adaptação muito, muito grande... alguém que tem que ter um perfil empático , um perfil inspirador de confiança ... capaz adaptar –se a todos os imprevistos e mais alguns e quando não for capaz é importante ser alguém, que saiba conhecer bem os seus limites...ter a capacidade de pedir ajuda ,porque nós não estamos aqui para salvar ninguém , nós não temos que conseguir fazer tudo ... depois é importante ser uma pessoa que conhece muito bem os recursos da comunidade , é importante ser uma pessoa com uma capacidade de escuta ativa.
16º Entrevistado	o gestor de caso é aquela pessoa que efetivamente que já acompanha a pessoa que já está em situação de sem-abrigo , seja ela sem teto ou sem casa..., no âmbito da estratégia nacional , o gestor de caso é aquela pessoa que de uma forma periódica acompanha , que ajuda a resolver a necessidade daquela pessoa ao longo do tempo. Mas, em termos de Estratégia Nacional , as pessoas que estão em situação de sem-abrigo , uma grande parte , uma grande percentagem têm gestor de caso , segundo aquilo que é preconizado pela estratégia nacional

Assunto	Cumprimento dos objetivos da Estratégia Nacional até o ano 2023
1º Entrevistado	Não! Irá certamente cumprir muitos, assim eu espero, mas todos, não. Isso implicaria que um dos objetivos da estratégia é não haver ninguém na rua.”
2º Entrevistado	O primeiro objetivo estratégico da estratégia que o conceito de pessoa em situação de sem -abrigo seja um conceito usado e conhecido. Seguindo o principio da estratégia e esse objetivo e ainda está por alcançar, porque quando nós reunimo-nos com este primeiro objetivo para termos critérios muito apertados que toda a gente o siga. O outro é a monitorização do fenómeno, a monitorização é de uma enorme existência, porque eu sei que nós estamos agora abrir, Maio 2022 nós, a sociedade e estratégia não tem recurso ou uma ferramenta que permita que mostre como está o fenómeno. Quer dizer, nós garantimos a monitorização, mas quer dizer , estes objetivos são ambiciosos tem que haver uma melhoria muitíssimo grande. Pronto , acho que os objetivos são muitos , a nível da articulação dos NPISAS está a ser feito um grande esforço
3º Entrevistado	Eu acho que isso depois depende NPISA para NPISA, eu posso falar aqui de Odivelas , não como está de Lisboa , porque não faço parte .
4º Entrevistado	Acho que para mim torna-se um bocadinho impossível, a mesma questão com mais tempo sim, com este tempo, apenas é difícil pelas várias dificuldades, serviços fechados, serviços que funcionam apenas em teletrabalho através pelo telefone, dificultam imenso.
5º Entrevistado	Não!
6º Entrevistado	Acho que não vai cumprir na totalidade. Acho que o contributo foi positivo. Acho que vai cumprir, mas na integra penso que não. Então, depois de uma situação pandémica com tantas adaptações que a própria estratégia, que os próprios técnicos, as próprias instituições tiveram que fazer neste âmbito, parece -me que em termos específicos ainda há assuntos que podem ser ou devem ser limados.
7º Entrevistado	Não ! Até porque as coisas prejudicadas, por causa obviamente do processo da pandemia parou muita coisa, mas independentemente disso, eu continuava achar que isso não era possível ... para trabalhar a questão dos sem abrigo tem se trabalhar, duas vertentes a prevenção e a reação. Reação já nós trabalhamos, a Estratégia trabalha muito, a prevenção, a Estratégia menciona e fala , é uma das premissas da Estratégia ,mas falta apoio socioeconómico pré educativo do país no seu todo, para que as pessoas não fiquem sem-abrigo.
8º Entrevistado	Não se conseguirão cumprir todos os objetivos .”
9º Entrevistado	Sim! Faz sentido.
10º Entrevistado	Difícilmente! Mais uma vez digo há uma serie de lacunas, é assim em termos estatísticos pode-se até diminuir alguns casos mas tem tendência a agravar-se pela falta de respostas no que respeita à área da saúde mental.
11º Entrevistado	1Eu gosto muito de ter esperança ,mas acho muito difícil, os objetivos muito ambiciosos que não parecem realistas .Não parece que vai ser possível concretizar os objetivos da Estratégia.
12º Entrevistado	A questão da prevenção eu acho que é o calcanhar de Aquiles , será e continuar a ser o calcanhar de Aquiles, se não houver investimento específico nesta matéria , de fato os territórios e as organizações tem muito a responder a questões muito concretas e se não houver aqui linhas de financiamento de apoio que introduzem , projetos experimentais de intervenção ...pronto acho que falta ajudar as organizações e dar algum suporte para as soluções que possam ser criadas neste domínio.”

13º Entrevistado	Não! Portanto, existem objetivos que seguramente não foram cumpridos.
14º Entrevistado	Não sei, tudo depende, da vontade política, do financiamento que for dado, apoio dado aos interventores do terreno, da articulação com as equipas.
15º Entrevistado	A prevenção, sensibilização da comunidade para esta problemática, a formação de algumas áreas até que eu acho muito importante, como por exemplo a comunicação social que eu que devia haver tal e qual como organização mundial de saúde fez aqui alguns anos atrás com as questões do suicídio .Acho que era importante ,a estratégia poder formar aqui a comunicação social para aprender a noticiar tudo o que diz respeito às pessoas em situação sem-abrigo .Desde logo, continua-se a tratar as pessoas como o sem-abrigo , não é o sem -abrigo , a pessoa é só uma pessoa , a condição é que é sem-abrigo ... Eu acho que a estratégia tem um trabalho muito interessante, mas longo para fazer , não apreço que o pouco que estão a fazer , não me parece que tenha dado assim tantos frutos .”
16º Entrevistado	Não sei! Não faço parte de nenhum grupo de avaliação da estratégia , não lhe posso responder assim dessa forma a essa pergunta. Há garantidamente vários pontos da estratégia que foram alcançados enquanto objetivos da estratégia nacional , nomeadamente alargar o número de NPISAS do país , isso é um facto há mais NPISAS no país é trabalho da estratégia nacional dos municípios que abriram NPISAS em outros concelhos do país .Há programas de financiamento que foram lançados no âmbito da estratégia nacional .

Assunto	Em que fase se encontra neste momento a Estratégia Nacional
1º Entrevistado	Sinceramente não sei!
2º Entrevistado	Não sei dar essa resposta.
3º Entrevistado	O próprio orientador da estratégia, tem visitado vários núcleos que existem no país , para perceber o quê que tem sido feito, são representados anualmente relatórios com todos os encaminhamentos com diagnóstico social da população no local Acho que neste momento a estratégia , também pretende acompanhar aquilo que tem sido feito, orientar os próprios técnicos nesse sentido.
4º Entrevistado	Aquilo que no é passado temos aqui uma tentativa de tirar o maior número de pessoas da rua , muito nesta questão de conseguir respostas , principalmente através do Housing First e dos apartamentos partilhados .
5º Entrevistado	Bem ... sinceramente não .
6º Entrevistado	Eu diria , sinceramente eu não tenho esse conhecimento tão ao pormenor , mas diria que estão na avaliação .
7º Entrevistado	Esta agora, está acabar ,vão fazer uma nova, portanto contamos para o ano que apareça qualquer coisa já colmatando as eventuais lacunas que esta poderia ter, mas a experiência é que vai ditar e mostrar o que tem melhorar. Portanto, nesta fase dá-me entender que está num processo de transição para a nova
8º Entrevistado	Ela está a ser neste momento reavaliada é importante de haver processos de avaliação nas estratégias . Neste momento está -se já a trabalhar para redefinição de uma estratégia para a cidade de Lisboa.
9º Entrevistado	Não sei .
10º Entrevistado	Aquilo que eu posso dizer vamos ter uma reunião dia 14 com eles , ENIPSSA , propor-nos para implementar um projeto piloto ... vamos ter avaliação deste projeto ... Eu acho que eles estão numa fase de balanço do trabalho que tem vindo a desenvolver .
11º Entrevistado	Não , não sei
12º Entrevistado	não está parada , mesmo em situação de pandemia houve muita articulação entre os territórios, houve muitas coisas a acontecer , pronto também não está numa fase de chegada, estamos a um mês do ano 2023, ao chegar ao último ano , não está numa fase e consolidação.
13º Entrevistado	Nós não sabemos o que vai acontecer após 2023, não há grandes informações o que vem a seguir
14º Entrevistado	Há muitas coisas já implementadas na Estratégia Nacional . Acho que é uma avaliação genérica dos parceiros entre as pessoas que trabalham . A área da prevenção tem ser muito investida e há vários aspetos do terreno que tem que ser pensados ... estamos na execução , há questões ainda que foram implementadas e que tem que ser melhoradas na prática.

15º Entrevistado

o Dr. Henrique Joaquim e quem trabalha na estratégia estão a fazer obviamente um balanço, no sentido em que ao longo deste ano, ela irá terminar e vai dar lugar à próxima... quem trabalha na estratégia estão a começar o período de reflexão e de até porque são feitos relatórios anuais e tudo mais , também colaboramos com os relatórios anuais da ENIPSSA com os pontos em que cabem a nós dar esses dados.

16º Entrevistado

Eu acho que a Estratégia Nacional , estando a terminar em 2023, se já não está a fazer o seu processo de avaliação irá fazê-lo certamente . Tal como nós quando plano municipal estamos a fazer e queremos também lançar o próximo plano municipal para 2024 , ainda no final de 2023.

Assunto	Influência do Covid no Programa
1º Entrevistado	A Europa está extremamente preocupada com as questões dos sem-abrigo .O próprio pilar europeu para os próximos dez anos , nos direitos sociais , na comunidade europeia prevê medidas específicas ao nível da habitação para os sem-abrigo é quase inevitável a continuidade desta de uma maneira ou outra , a terceira ou a continuidade desta , não é importante.”
2º Entrevistado	Eu não tenho assim muita opinião sobre isso. O que faz sentido é que seja feita uma avaliação e que seja definida uma nova estratégia para outra temporalidade. Como todas as estratégias, as estratégias tem um tempo, portanto devia-se fazer avaliação daquilo que foi implementação da estratégia neste tempo e definir uma nova estratégia com as aprendizagens deste tempo e com aquilo que é identificado como necessidades desenvolvidas para o futuro é o que parece
3º Entrevistado	Eu acho que pode ter em conta esta questão, nós não sabemos o que vem aqui para frente , vemos outra vez os números de casos a disparar completamente ... lá está eu acho que está tudo muito incerto .
4º Entrevistado	Sim! Até porque há um aumento de pessoas de pessoas a precisar deste apoio, por causa da perda de casa e de emprego. Mas, se esta questão do COVID 19 melhorar como tem vindo a melhorar, acredito que sim , o país ter um funcionamento normal , em 2026 ter resultados muito bons que seriam esperados em 2023 .”
5º Entrevistado	Não sei, se irá acontecer , mas tendo em conta que se calhar não , houve muita coisa que estagnou neste período e alguns objetivos, se calhar não foram cumpridos , se calhar seria razoável que pudesse repensar novamente esta estratégia , principalmente alargar aqui o período .”
6º Entrevistado	É assim a pandemia, todo este contexto é certo que teve impactos, não ajudaram visibilizar de alguns objetivos mais específicos, os que eu falava que não foram tão bem cumpridos , também foi muito devido a muita situação que nós não conseguimos controlar , foi algo que nos afetou e que afetou muito estas pessoas . O acesso ao serviço foi barrado em muitas situações ou estava menos facilitado e isso interfere o nosso dia a dia enquanto técnicos, também nas respostas que temos que dar aos nossos utentes.
7º Entrevistado	Está a ser feito uma nova Estratégia. A própria estratégia tem que responder às premissas que estão no quadro comunitário, porque no fundo são essas políticas europeias que vão gerar os projetos , os financiamentos quer que seja , portanto a estratégia tem que responder a isso , porque se não poderá não haver condições para as candidaturas.
8º Entrevistado	Acredito que a estratégia e os planos irão ter períodos bem definidos, mas que cada um desses planos e estratégias tem que se fazer conta à vida.
9º Entrevistado	Acho que sim .
10º Entrevistado	“Não sei se vai ser alargada ou implementarem outra, porque é assim na estratégia nacional da luta contra a pobreza já começa a falar das pessoas em situação sem-abrigo portanto não sei.
11º Entrevistado	Eu acho que é sensato, as pessoas que estão a gerir a estratégia têm espaço e razões para o fazer, prolonga prazos com tanta facilidade em relação outras coisas ,se calhar faz mais sentido.”
12º Entrevistado	Não sei responder em relação a esta estratégia, talvez acredito que sim , não sei , mas depois, entretanto lá está veio o quadro comunitário, desconheço completamente os pontos que foram feitos com o quadro comunitário. Mas, às vezes pode aqui haver

	alargamentos do ponto de vista de financiamentos.
13º Entrevistado	Deveria haver uma prorrogação do prazo da estratégia. Era importante que fosse revisto os objetivos e revistos os recursos mobilizados. Tudo isso devia ser revisto, porque claramente não foi a questão da pandemia que falhou obviamente que a pandemia não veio ajudar, mas em 2009 a 2015 não houve pandemia, portanto estarmos a culpar a pandemia pela a estratégia não ter cumprido os objetivos não acho correto. Portanto, é isso acho que vai ser alargado esse prazo, mas acho que seria que revê-se a estratégia.”
14º Entrevistado	Não sei, se será repensado uma continuidade avaliando que aqui aspetos, nomeadamente a prevenção que tem que ser fortemente melhorada, eu não estabeleceria a relação com o covid 19 eu acho que há coisas que estavam previstas de implementação.
15º Entrevistado	Ouvi dizer que 2023, acabam as pessoas em situação sem-abrigo em Portugal. Eu não entendo como é que isto vai acontecer, porque a verdade é que vemos cada vez mais respostas de Housing First abrirem e tudo mais e isso é fantástico e isso ajuda de facto muito. Portanto, acho que certamente o caminho é por aí, mas também acho que as respostas de Housing First não são para todas as pessoas, muito honestamente, como os centros de acolhimento temporário não são para todas as pessoas, como os apartamentos partilhados não são para todas pessoas.”
16º Entrevistado	Pois, não sei, é uma decisão que eu não faço ideia! Será uma decisão da estratégia nacional se quer lançar uma estratégia nacional a partir de 2024 ou se vai estender esta por mais anos.